

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**REGULAÇÃO DA LEITURA E DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL, NO RIO
GRANDE DO SUL, NA DÉCADA DE 1950: INTERDIÇÃO, TRIAGEM E
INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES**

Eliana Ventorini

**Porto Alegre
2009**

ELIANA VENTORINI

**REGULAÇÃO DA LEITURA E DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL, NO RIO
GRANDE DO SUL, NA DÉCADA DE 1950: INTERDIÇÃO, TRIAGEM E
INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES**

Dissertação apresentada como pré-requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Educação junto ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou

**Porto Alegre
2009**

Ventorini, Eliana

Regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil no Rio Grande do Sul na década de 1950 : interdição, triagem e intervenção das autoridades / Eliana Ventorini . – Porto Alegre, 2009.

119 p. : il., tabs. + Anexos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, Porto Alegre, BR-RS. Orientadora: Maria Stephanou

1.Educação. 2.Literatura infanto-juvenil. 3.Leitura. 4. Educação – Rio Grande do Sul – História. I.Stephanou, Maria. II.Título.

CDU 82-93:37.014.5(816.5)

Catálogo na publicação: Ana Lucia de Macedo Rüdiger – CRB10/963

Dedico esse estudo ao meu pai, Belmiro (*in memoriam*), testemunho inesquecível de bondade e simplicidade. À minha mãe, Elena, pela perseverança incomum com que enfrenta desafios, persegue sonhos e vem realizando um belo número deles. Ao Daniel, meu marido, com quem descobri outras trilhas, ao lado de quem passei a sonhar e a me aventurar mais.

Agradeço, em especial, a professora e orientadora Maria Stephanou, pelos aprendizados proporcionados nesses anos de agradável convívio, pela presença que contagia e inspira, pelos incansáveis movimentos de apoio e encorajamento. Pelo afeto e amizade.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade, das quais também tive o privilégio de ser aluna: Carmem Maria Craidy e Arabela Campos Oliven.

Aos colegas da linha de pesquisa, pela companhia desses anos e pelas trocas inestimáveis. Carinhosamente assim os nomeio: Carla, Claudemir, Déia, Edison, Fernanda, Giani, Larissa, Lili, Maurício, Téia e, mais recentemente, Marcio.

Às professoras Maria Helena Câmara Bastos (PUC-RS) e Beatriz Daudt Fischer (UNISINOS), pela acolhida, empréstimos e doações que tanto enriqueceram esta pesquisa.

Ao professor, amigo e grande incentivador, Enrique Serra Padrós.

À Alessandra Gasparotto, pela sincera amizade, pela torcida e pela oferta incansável de apoio.

Ao Maurício Viegas da Silva e Vâna Cristina Santos Pereira – Pró-Reitor e Vice Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas desta Universidade. Assim como às colegas da “DIMA”: Angélica Giacomel, Débora Lipp, Michele Riella, Rosani Nicoletti e Vera Lucia de Souza. Sem o apoio recebido, certamente eu não teria tido condições para concluir essa jornada. Obrigada pelo incentivo e pela amizade que nos aproxima em tão pouco tempo de convívio.

À Luiza Serafini, pela escuta e pela palavra que acolhe, mas também faz desacomodar.

Ao Jorge, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre, pela atenciosa e interessada ajuda.

A função da arte/1
Eduardo Galeano

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar.

Viajaram para o Sul.

Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

- Me ajuda a olhar!

RESUMO

A investigação aqui apresentada se inscreve no campo da História da Educação e procura dialogar, preferencialmente, com os aportes teóricos da História Cultural, em especial com os contextos de pesquisa envolvendo a história do livro e da leitura. É, pois, através da interlocução entre estes dois campos do conhecimento – história e educação – que o estudo procura compreender os dispositivos de controle da literatura infanto-juvenil, isto é, as ações que intentavam controlar, coibir, taxar e interditar determinados impressos, notadamente periódicos infanto-juvenis, em circulação no Rio Grande do Sul no decorrer da década de 1950. Ou ainda, as estratégias de regulação impostas na tentativa de governar a leitura da maioria. Ao mesmo tempo, compreender as práticas discursivas sobre a literatura e o leitor jovem, bem como as condições de possibilidade de emergência e proliferação de tais práticas naquele contexto histórico. Procurou-se compreender, ainda, como o controle da leitura e da literatura infanto-juvenil é construído discursivamente, de modo a ser justificado e autorizado como verdade.

Palavras-chave: educação, literatura infanto-juvenil, leitura

ABSTRACT

The investigation here presented enrolls itself in the field of the History of the Education and it tries to dialogue, preferentially, with the theoretical contributions of the Cultural History, especially with the research contexts involving the history of the book and the reading. It is, therefore, through the dialogue among these two fields of the knowledge -history and education - that the study searches for understanding the devices of control of the infanto-juvenile literature, that is, the actions that attempted to control, to restraint, to rate and to interdict certain printed papers, mainly infanto-juvenile newspapers, the ones which was circulating in Rio Grande do Sul, during the 1950s. Or still, the regulation strategies imposed in the attempt of governing the reading of the majority. At the same time, to understand the discursive practices on the literature and on the young readers, as well as the conditions of emergency possibility and proliferation of such practices in that historical context. In addition, to understand, still, how the control of the reading and the infanto-juvenile literature is built discursively, in a way to be justified and authorized as a truth.

Key-words: Education; Infanto-juvenile literature; Reading.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa de uma revista da série Cavaleiro Negro.....	31
Figura 2 - Contracapa da revista da série Cavaleiro Negro.....	32
Figura 3 – Reportagem sobre a campanha contra as publicações imorais, publicada na contra-capas do Jornal do Dia	34
Figura 4 - Manchete da reportagem de Alberto André publicada no jornal Correio do Povo	38
Figura 5 - Desenhos de personagens de histórias em quadrinhos publicados no jornal Correio do Povo	40
Figura 6 – Notícia sobre reportagem do Correio do Povo publicada nos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre	44
Figura 7 – Exemplar 1 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino	57
Figura 8 – Exemplar 2 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino	58
Figura 9 – Exemplar 3 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino	59
Figura 10 - Reportagem do jornal Correio do Povo relaciona literatura infantil e o problema do menor abandonado.....	60
Figura 11 – Deputado atribui o fracasso nos exames vestibulares à influência das leituras perniciosas	62
Figura 12 – Cena de leitura no lar veiculada na Revista do Ensino	67
Figura 13 – Cena de leitura na adversidade veiculada na Revista do Ensino	68
Figura 14 - Ficha de leitura do Compêndio de Literatura Infantil para o 3º ano Normal de 1959.....	86
Figura 15 – Súplica do livro, publicada na Revista do Ensino em 1959	88

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: UMA ESCRITA HISTORIOGRÁFICA – ENTRE O <i>FIO</i> E OS <i>RASTROS</i>	10
INTRODUÇÃO	11
1 O PODER PÚBLICO CONTRA A IMORALIDADE IMPRESSA	18
1.1 A Comissão Especial: entre <i>boas</i> e <i>más</i> leituras	18
1.2 A legislação estadual contra as <i>publicações imorais</i>	25
1.3 Uma campanha de envergadura contra a <i>imoralidade impressa</i>	33
2 O <i>PERIGO</i> DAS LEITURAS LIVRES	48
3 <i>MOLDÁVEL COMO A CERA</i>: JUVENTUDE E LEITURAS INFAMES	71
4 ENTRE O LIVRO E O LEITOR: A ESCOLA E A BIBLIOTECA ESCOLAR	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A – NOMINATA DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ANALISADAS ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 1957 E CLASSIFICADAS, DO PONTO DE VISTA TÉCNICO-PEDAGÓGICO, PELA COMISSÃO ESPECIAL DO CPOE/RS.	109
ANEXO B – RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS EM 1958 PELA COMISSÃO ESPECIAL DO CPOE/RS.	119

APRESENTAÇÃO:

UMA ESCRITA HISTORIOGRÁFICA – ENTRE O *FIO* E OS RASTROS

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. (Carlo Ginzburg, 2007)

Na epígrafe acima, o autor anuncia a “relação entre o fio – o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade – e os rastros, (...) [as] histórias verdadeiras (...)” (p. 7). Essa idéia inspirou a escrita deste estudo, traduzida no desejo de compartilhar os “rastros”, dar a ver as histórias e os testemunhos narrativos encontrados no percurso, ao mesmo tempo em que também deixamos nossas marcas e as legamos para outras trajetórias investigativas. Afinal, como nos lembra Robert Darnton (1986), “sempre é possível fazer perguntas novas ao material antigo” (p.14). Portanto, mesmo que atravessados por nossas leituras e perspectiva teórica, há o desejo de que tanto os testemunhos históricos aqui compartilhados quanto o intento de interpretá-los possam servir de pistas para outros fios, e outros rastros. Dito ainda de outra maneira, há o desejo de que esta escrita se mantenha viva, no sentido de que possa continuar suscitando outras leituras, outras relações, a cada novo reencontro com ela.

A metáfora utilizada por Ginzburg traduz também um dos nossos maiores desafios: *contar*, servindo-nos dos rastros; conduzir o leitor pelo fio do nosso relato, da nossa narrativa. Esta talvez seja uma forma de anunciar o quanto estamos cientes do componente subjetivo presente em uma narrativa histórica. Entretanto, a orientação teórica por nós adotada não considera tal implicação um limitador dessa atividade.

Assim, o labirinto no qual nos aventuramos neste estudo é o da literatura e da leitura infanto-juvenil na década de 1950 do século XX, no contexto da sociedade gaúcha. Interessamo-nos pelos rastros dos movimentos de interdição, triagem e intervenção das autoridades na direção da regulação dos impressos e das práticas de leitura. O fio de nossa narrativa procura descrever e tramar as pistas que buscamos e encontramos no caminho.

INTRODUÇÃO

A investigação que aqui apresentamos se inscreve no campo da História da Educação. Mais especificamente, no âmbito da história do livro e das práticas de leitura, no contexto de consolidação da cultura escrita e difusão do impresso. No Brasil, tais processos se situam nas últimas décadas do século XIX e no desenrolar do século XX, quando também ocorre a difusão da escolarização no país e, portanto, das competências de leitura e escrita que progressivamente se popularizam. É a partir de então que emerge a crescente presença do leitor criança e do leitor jovem como sujeitos sociais da cultura escrita.

Em particular, o estudo se detém no exame dos discursos e dispositivos que tiveram por objeto a literatura infanto-juvenil. Interessa-se, com atenção especial, pelas práticas discursivas e institucionais de regulação da leitura infanto-juvenil. Em outras palavras, pelo desejo de controle manifesto nas proposições de interdição, ou de recomendação e aprovação, de obras que eram objeto de leitura e/ou se dirigiam a tal público e que passaram a circular sistematicamente entre esses leitores, seja nos diferentes espaços socioculturais das cidades, seja nas escolas.

O estudo se ancora nas especificidades do conhecimento histórico e procura dialogar, preferencialmente, com os aportes teóricos da História Cultural, em especial com os contextos de pesquisa envolvendo a história do livro e da leitura. Dentre os historiadores que empreendem estudos desde essa matriz teórico-metodológica, nosso trabalho dialoga, de modo mais intenso, com a obra do historiador Roger Chartier, que inspira e fundamenta o percurso da pesquisa, bem como sua escrita.

É, pois, através da interlocução entre esses dois campos de conhecimento – história e educação – que o estudo procura compreender os dispositivos de controle da literatura infanto-juvenil, isto é, as ações que intentavam controlar, coibir, taxar e interditar determinados impressos, notadamente periódicos infanto-juvenis, que circularam no Rio Grande do Sul no decorrer da década de 1950. Ou ainda, as estratégias de regulação impostas na tentativa de governar a leitura da maioria. Ao mesmo tempo, compreender a proliferação discursiva sobre a literatura e o leitor infanto-juvenil, que, naquele momento histórico, empenhou-se em justificar a importância da leitura, ao mesmo tempo alertando para os seus perigos. Tais

perigos estiveram associados ao fato de que se pensava na relação direta entre os escritos e os gestos, ou seja, nos textos como produtores de condutas e comportamentos. A reflexão teórica adotada nesse estudo indica, no entanto, que não há essa relação direta. Uma precaução que Chartier (2004) considera necessária é justamente a de “jamais confundir o estudo dos textos com o dos gestos ou dos pensamentos que eles supostamente produzem” (p. 14).

Nessa medida, cabe destacar que foi o ascenso de tais práticas e sua disseminação, no Rio Grande do Sul, no transcurso da década de 1950, que chamou nossa atenção e buscamos compreender por meio do estudo aqui apresentado. Essa foi, sem dúvida, uma década expressiva no que se refere não só ao número de proposições de projetos de lei, comissões e campanhas, sanção de leis e decretos, que tinham como alvo a literatura dirigida ao público infanto-juvenil, como também no que diz respeito à proliferação de discursos que visavam a sua interdição, regulação, controle. É a esse movimento que desejamos dar visibilidade.

Cabe esclarecer, ainda, que os discursos são aqui considerados não como uma “realidade preexistente”, separada da prática, mas como prática social e cultural. Conforme Chartier, “as obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro” (1994, p. 8). Da mesma forma, os discursos dos quais nos ocupamos neste estudo ganham existência, porque pronunciados nas tribunas e sessões plenárias, inscritos nas páginas de projetos e leis, decretos, atas, anais, jornais e revistas. São, assim, considerados “práticas discursivas”, uma vez que “a ‘realidade’ não é uma referência objetiva, exterior ao discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem” (CHARTIER, 2006, p. 38).

Em síntese, através da partilha desse estudo, intenta-se delimitar sua preocupação central, qual seja: compreender as condições de possibilidade de irrupção/emergência e proliferação de práticas discursivas que se ocuparam do regramento da literatura, da leitura e do leitor infantil e jovem no decorrer da década de 1950, no Rio Grande do Sul.

A partir disso, pergunta-se: como o controle da leitura e da literatura infanto-juvenil é construído discursivamente, de modo a ser justificado e autorizado como verdade, e de modo a possibilitar sua normatização para, através dela, governar gestos, condutas e comportamentos?

Não se trata de buscar explicações que dêem conta das “origens” ou das “causas” dessas práticas, mas de compreender sua contingência e historicidade. No mesmo sentido, Alain Corbin sugere: “em vez de procurar pelas causas, buscar colocar-se na pele dos atores, e reconstruir a lógica (...) dos grupos envolvidos” (2005, p. 16). Preferimos, assim, a metáfora do “holofote”, que “ilumina o objeto e vê suas radiações” (informação verbal)¹. No mesmo sentido, não pretendemos dar a ver, no presente, o passado “como ele foi”, “resgatá-lo” ou “trazê-lo à tona”, uma vez que ele nos “escapa”, “está para sempre ausente”, conforme nos sugere Dosse (2003, p. 197). O mundo passado “não se mexe mais. Nós é que mexemos nele”, corrobora Certeau (1970, p. 168 apud DOSSE, 2003, p. 197). Diante disso, nosso intento é o de produzir *uma* explicação histórica, “mexer” nesse passado com o propósito de construir uma interpretação verossímil e inteligível que a ele dê sentido, ao mesmo tempo em que damos significado ao mundo que é o nosso. Podemos dizer que esse é, também, o sentido da História Cultural, ou seja, conhecer e compreender as práticas culturais que traduzem as “maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu” (CHARTIER, 2004, p. 18).

Com isso, mesmo sabendo que os documentos têm suas “áreas de opacidade e silêncio”, conforme nos alerta Darnton (1986, p. 14), e consciente das nossas implicações e limitações interpretativas, esperamos que o estudo possa também indiciar algo sobre como os sujeitos dos discursos e das ações aqui apresentadas responderam aos desafios, às questões mais gerais que se constituíam em pauta de atenção de seu tempo no que tange à literatura e à leitura infanto-juvenil.

Anne-Marie Chartier aponta para a existência de três grande discursos sobre a leitura² que, no século XIX, tinham conteúdos diferentes: o da escola, o da Igreja e o da biblioteca (1995, p. 113). No contexto da nossa investigação, entretanto, não encontramos diferenças que justifiquem tomar em separado os discursos desse “três corpos profissionais” a que a autora se refere – os padres, os professores e os bibliotecários –, em cujo grupo acrescentamos, ainda, os legisladores (deputados e vereadores). A maioria dos discursos de que nos valem indiciam uma certa

¹ Metáfora utilizada pela Profa Dra Maria Teresa Santos Cunha, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), quando esteve, certa vez, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a convite da nossa linha de pesquisa.

² Ver CHARTIER & HÉBRARD (1995a). Essa obra é fruto de uma investigação coletiva e trata dos discursos da Igreja, dos bibliotecários e da escola sobre a leitura na França entre o século XIX e XX.

sintonia em torno das proposições elaboradas sobre a literatura e o leitor infanto-juvenil. Por isso, ao invés de separados, foram tomados em conjunto. A partir desse conjunto discursivo, construímos os dados da pesquisa, ordenados a partir do que os produtores/sujeitos dos discursos então *diziam* sobre:

- a) os impressos infanto-juvenis, em quadrinhos ou não, que circulavam nos anos 1950;
- b) o “leitor” criança ou jovem;
- c) a “escola” e a “biblioteca escolar”, no que diz respeito à literatura e à leitura.

Com base nos dados e problematizações, assim sistematizados/ordenados a partir do que os próprios documentos nos sugerem, produzimos a explicação histórica aqui compartilhada. No percurso dessa análise, procuramos não nos afastar da idéia de que o “rigor” vem (...) da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos” (LAPERRIÈRE, 1997, p. 375 apud MARTINS, 2004, p. 295).

A organização dos capítulos seguiu a mesma lógica e ordenação dos dados que acabamos de explicitar. No capítulo 1, intitulado “O poder público contra a imoralidade impressa”, preocupamo-nos em apresentar os rastros encontrados pelo caminho: comissões, leis, decretos e campanhas que tornaram o tema da regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil uma das principais pautas de atenção dos anos 1950. O capítulo 2, intitulado “O *perigo* das leituras livres”, está voltado aos discursos sobre a literatura, sobre os impressos periódicos, as revistas (em quadrinhos ou não) que então circulavam e que se dirigiam ao público infanto-juvenil. No capítulo 3, “*Moldável como a cera: juventude e leituras infames*”, procuramos explicitar os discursos sobre o leitor infanto-juvenil. A ênfase, nesse caso, é a análise dos argumentos através dos quais autoridades públicas leigas e religiosas justificavam a necessidade de regular, interditar, controlar o acesso juvenil a determinados produtos culturais. Através do capítulo 4, “Entre o livro e o leitor: a escola e a biblioteca escolar”, intentamos explicar como os discursos sobre a literatura e o leitor jovem perpassaram a escola e a biblioteca escolar, por meios dos discursos de professoras, bibliotecárias e técnicos em educação. Também procuramos evidenciar, nesse capítulo, o modelo de leitura que a instituição escolar preconizava como ideal para dentro e fora de seus muros.

Por fim, tecemos algumas “considerações finais”, as quais guardam muito mais o sentido de “conclusões provisórias” do que de certezas solidificadas.

As visitas aos arquivos e bibliotecas, as horas de deslocamento e ao tempo em que lá permanecemos, foram fonte de muito prazer, mas também de preocupação e cautela, tendo em vista as orientações de Alain Corbin:

Um dos momentos mais interessantes para o historiador que trabalha em arquivos, ou, aliás, em bibliotecas, é o tempo do deslocamento. Se é preciso meia hora de caminhada, temos o tempo de pensar: “Vejam, vou lá... com quais intenções? O que eu quero ver? O que vou encontrar?” E depois, quando se volta – é também muito importante a reflexão ao sair dos arquivos ou da biblioteca – pensa-se: “Bem, o que encontrei, hoje? Como vou poder organizar aquilo?” Essas interrogações podem ajudar, às vezes, a lutar contra as interpretações abusivas”. (2005, p. 26)

Essa tarefa de organizar os rastros do passado, e de responder às questões sugeridas pelo autor, só foi possível porque nos valem do diálogo, sempre retomado, com o referencial teórico-metodológico que nos guia. Também procuramos não esquecer o alerta de Ginzburg: “entre os testemunhos, seja os narrativos, seja os não narrativos, e a realidade testemunhada existe uma relação que deve ser repetidamente analisada” (2007, p. 8). A vigília contra as “interpretações abusivas” e a pergunta que indaga sobre como organizar o material que os arquivos nos dão a ver foram igualmente difíceis, um desafio mesmo. E nos apoiamos nas orientações de Michel de Certeau para iniciar o percurso de sua resposta. O autor afirma que, “em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar assim em ‘documento’ determinados objetos repartidos de outra maneira” (CERTEAU, 1975, p. 84 apud DOSSE, 2003, p. 201). Com base nessa operação historiográfica descrita por Certeau, reunimos e transformamos em documentos os seguintes objetos impressos, constituídos, a partir de então, em *corpus* empírico do estudo:

‣ Legislação da década de 1950: a Lei Estadual nº 2.220 (de 17/12/1953), o Decreto nº 5.922 que a regulamenta (de 14/01/1955), bem como outras leis, projetos de lei e códigos de ética referentes à literatura infanto-juvenil, publicados no RS e em outros estados brasileiros no mesmo período;

‣ A “Classificação das Publicações Periódicas Examinadas até 31 de outubro de 1957” e a classificação dos impressos analisados em 1958 (as duas nominatas a

que se teve acesso, elaboradas pela Comissão Especial do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais – CPOE/RS³);

‣ Os discursos de professoras-bibliotecárias sobre a leitura e o leitor infanto-juvenil, em artigos da Revista do Ensino, bem como as imagens/cenas de leitura representadas nesse periódico;

‣ Os discursos de deputados e vereadores proferidos nas sessões plenárias da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de Porto Alegre, respectivamente, que se ocuparam da questão da literatura e da leitura infanto-juvenil, bem como a legislação por eles criada com o fim de controlar o acesso especialmente dos jovens a certos impressos;

‣ Os discursos do arcebispo Dom Vicente Scherer, publicados nos boletins da arquidiocese de Porto Alegre e reunidos na Revista Unitas;

‣ Reportagens publicadas, especialmente, nos jornais Correio do Povo e Jornal do Dia, nos anos de 1952 e 1953;

‣ Outros documentos, como Boletins do CPOE/RS, Ofícios Circulares, livros e compêndios (de moral católica e de literatura infanto-juvenil) dos anos 1950.

Alguns documentos foram gentilmente cedidos, outros emprestados. Mas grande parte da documentação foi acessada através dos seguintes arquivos e bibliotecas:

- Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA);
- Arquivo Histórico e Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre;
- Biblioteca Borges de Medeiros, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

³ O CPOE foi um órgão da Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul (SEC/RS), responsável pela normatização da educação pública no estado. Sobre o CPOE/RS, ver QUADROS (2006).

- Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

1 O PODER PÚBLICO CONTRA A IMORALIDADE IMPRESSA

1.1 A Comissão Especial: entre *boas e más* leituras

Marc Bloch, referindo-se à operação historiográfica, aos rastros a que ela estaria presa e aos componentes subjetivos presentes em uma narrativa histórica, anuncia uma “grande revanche da inteligência sobre o mero dado concreto”. Em que pese a “inevitável subordinação ao passado”, o autor defende a “emancipação” em relação a ele, pois, “embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer” (BLOCH, [1942-3] apud GINZBURG, 2007, p. 10). Assim, conscientes das implicações e limitações em jogo, mas também confiantes nas possibilidades anunciadas pelo autor, começaremos por eles – os rastros.

Em 1958, foi publicada, em Porto Alegre, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, uma nominata, contendo títulos de revistas em circulação na época e, na sua maioria, dirigidas ao público infanto-juvenil. A nominata assim classificava uma série de publicações analisadas em 1957: recomendáveis; aceitáveis; aceitáveis com certas restrições; aceitáveis com restrições à linguagem; aceitáveis a critério de pais e professores; desaconselháveis; reprováveis; proibidos mediante portaria do Juizado de Menores. Havia, também, alguns títulos cuja classificação poderia variar, conforme o conteúdo de cada número (ver Anexo A)⁴.

⁴ Foi a partir desse documento que iniciamos o caminho investigativo em busca de outros indícios de práticas reguladoras dos impressos periódicos dirigidos aos jovens naquele tempo.

A nominata informa, além dos títulos dos impressos, a editora, o gênero e a categoria correspondente a cada um. Esta última, podia variar de acordo com o público para o qual as revistas se destinavam: infantil, juvenil, infanto-juvenil, adulto, feminino, entre outros. Dos 216 títulos presentes nessa lista, 102 constam na categoria “adulto”, o que sugere que os jovens tinham acesso a publicações dirigidas aos leitores adultos. Entretanto, esse acesso “livre” ao que circulava através das bancas e stands de jornais e revistas era considerado, pelas autoridades políticas e eclesiásticas e por profissionais do campo da educação, como um sério problema a ser combatido, pela ameaça que representava à infância e à juventude. Não raras vezes, encontramos, nos diferentes documentos consultados, a constatação de uma proliferação de impressos, especialmente de revistas, na capital Porto Alegre, e a queixa referente à ausência da intervenção das autoridades no sentido de conter o acesso juvenil a esses objetos através do controle de sua comercialização.

A autoria da nominata referida é da “Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas”⁵, criada, em 1955, pelo então Secretário Estadual de Educação e Cultura, Liberato Salzano Vieira da Cunha, e vinculada diretamente ao Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS). Essa primeira nominata contém títulos de periódicos examinados pela Comissão até 31 de outubro de 1957. Na seqüência, informaremos sobre uma segunda nominata, contendo os impressos analisados em 1958.

Como a Comissão Especial vinculava-se ao CPOE/RS, buscamos dados sobre sua atuação nos próprios Boletins⁶ emitidos por esse Centro. Em um deles, de 1957, há notícia sobre os integrantes da primeira Comissão designada, sendo a maioria apresentada ou como “professora” ou como “técnico em educação”:

A primeira Comissão (...) que trabalhou eficientemente em 1955 e 1956, por motivo de aposentadoria de um de seus membros – professora Antonieta Taiani – e afastamento para estágio no estrangeiro de outros dois – técnicos

⁵ Comissão instituída pela Portaria n. 3.135, de 28 de junho de 1955. Dada a extensão do seu nome, optamos por designá-la, deste ponto em diante, de “Comissão Especial do CPOE/RS” ou, apenas, “Comissão Especial”, designação esta também encontrada nos documentos consultados.

⁶ Publicação oficial do CPOE/RS. Através desses Boletins, circulavam “orientações técnicas e pedagógicas, ofícios, informações sobre atividades relacionadas a cursos, seminários, missões pedagógicas, visitas a escolas, legislação e resultados de estudos, pesquisas ou levantamentos em andamento ou concluídos. (...) Suas páginas testemunham a produção e a proliferação de um discurso autorizado que remete, quase invariavelmente, para três dimensões do trabalho desenvolvido pelo Centro: a difusão de práticas e de novos rumos para a educação, a formação de um espírito científico e o movimento de renovação educacional que, ao final, os técnicos do Centro dizem representar” (QUADROS, 2006, p. 39-40).

em educação Antonieta Barone⁷ e assistente social Lúcia Castilhos – foi substituída no ano em curso, permanecendo, no entanto, o Dr. Flávio Lacerda na função de assistente jurídico da mesma. A nova Comissão está assim constituída: Prof^a Maria Luiza Necchi, assistente social, prof^a Yvonne Ribeiro de Moraes, jornalista, professoras Carolina Carvalho e Lahidy Zapp, técnicos em educação do C. P. O. E. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 252)

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Comissão Especial, seu intento maior consistia em “congregar esforços no sentido repressivo da imprensa malsã e, principalmente, na orientação dos editôres [visando o] saneamento das publicações, em geral, e daquelas destinadas à infância e juventude” (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 252).

Paralelamente a essa ação junto aos editores, visando “encontrar falhas” nas publicações e “meios de removê-las”, a Comissão procurou “alertar o Magistério Nacional para o problema da influência da leitura na formação harmônica do indivíduo” (Ibid.). Com esse intuito, esteve presente na 3^a edição do Congresso Nacional de Professores Primários, ocorrido em Porto Alegre, entre os dias 11 a 18 de janeiro de 1958. Na ocasião, a Comissão apresentou as finalidades do seu trabalho. Também teria mostrado uma exposição de revistas recomendáveis e documentário dos “aspectos negativos exaltados por certas publicações, que induzem o leitor imaturo a incorporá-los na sua personalidade” (Ibid.).

A professora Lahidy Zapp foi quem representou a Comissão Especial no evento. A comunicação apresentada por ela foi publicada, na íntegra, em um Boletim do CPOE/RS de 1958⁸. Na ocasião, aproveitou para divulgar uma campanha de saneamento moral em relação a publicações, empreendida em maio de 1949, pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara. Também noticiou o Projeto de Lei (nº 3.812/53) de autoria do deputado federal Aarão Steibruch. Através desse projeto, o deputado procurava proibir a publicação de textos e desenhos de histórias em quadrinhos que versassem sobre assuntos que não fossem científicos, culturais, religiosos, históricos ou humorísticos, não podendo, em nenhuma hipótese, sugerir o crime, a violência ou a má conduta. Ele também propunha que qualquer história em quadrinhos editada em língua portuguesa e exposta à venda no país deveria conter, pelo menos, cinquenta por cento de textos e desenhos de autores que tivessem como único domicílio o Brasil (JUNIOR, 2004, p. 399).

⁷ Antonieta Barone faleceu em novembro de 2008, aos 95 anos, em Porto Alegre, antes que, após primeiro contato, tenhamos colhido seu depoimento.

⁸ Ver RIO GRANDE DO SUL, 1958, p. 307-312.

A professora Zapp mencionou, ainda, a Lei de Imprensa vigente na época. Esta, mesmo assegurando a liberdade de expressão, proibia a “publicação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editores, diretores ou redatores conhecidos, ou quando atentarem à moral e aos bons costumes” (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p. 309). Com essa redação, a lei acabava por oferecer argumentos para justificar ações contra os impressos considerados “atentatórios à moral”, não só no Rio Grande do Sul – especialmente em Porto Alegre, onde a Comissão do CPOE se fez mais presente e atuante – como também em outros estados brasileiros.

No desejo de explicitar, mesmo que superficialmente, essa abrangência nacional das práticas de interdição da literatura infanto-juvenil, e, ao mesmo tempo, pensando em outros percursos investigativos que possam se valer dessa informação, investimos nos Quadros 1-3, que seguem. Neles, foram sistematizados os dados encontrados sobre a legislação brasileira que ordenava a circulação de impressos infanto-juvenis no transcurso das décadas de 1940, 50 e 60: códigos de ética referentes às publicações em quadrinhos, projetos de lei, leis e decretos. Eles nos dão, assim, uma idéia desse movimento:

ANO	AUTORIA
1948	Associação Brasileira de Educação (ABE)
1954	Editora Brasil-América (EBAL)
1961	Código de Ética Brasileiro

Quadro 1 - Códigos de Ética de Histórias em Quadrinhos no Brasil⁹

LEI/DECRETO	DATA	DESCRIÇÃO
Lei nº 171	11/10/1948	Criação de uma comissão mista denominada “Comissão Orientadora de Literatura Infanto-Juvenil” (baseada no Projeto de Lei do deputado

⁹ JUNIOR (2004, p. 395-406). Nessa obra, o autor disponibiliza, na íntegra, um conjunto expressivo de códigos de ética e legislação de censura aos quadrinhos, de 1948 até 1965, elaborados no Brasil e nos Estados Unidos, onde os *comics* (como lá eram chamados os gibis) também foram alvo de severas críticas. Sua obra se constitui em importante referência sobre a chegada das histórias em quadrinhos estrangeiras, especialmente norte-americanas, no Brasil, bem como sua difusão no país a partir do início da década de 1930. O autor detalha em minúcias como se deu a formação de um mercado editorial segmentado para esse tipo de impresso, as disputas entre os principais editores desse segmento, bem como suas estratégias para conquistar leitores. E, ainda, a “guerra” travada contra os quadrinhos (como o próprio título da obra refere) por setores da sociedade em vários estados do país.

		Gabriel Migliori de São Paulo).
Decreto nº 52.497	23/9/1963	Lei de Nacionalização das Histórias em Quadrinhos (disciplina a publicação de histórias em quadrinhos no Brasil e dá outras providências).
Número não localizado	10/1965	Lei das Publicações Perniciosas aos Jovens (Sanção do projeto de lei do deputado Eurico de Oliveira, que proíbe a impressão e a circulação de revistas sobre temas de crimes, violência e terror destinados à infância e à adolescência).

Quadro 2 - Leis e Decretos sobre a venda de publicações infanto-juvenis no Brasil¹⁰

Nesse cenário, no início dos anos 1950, o Rio Grande do Sul é citado como um dos estados mais combativos, palco de uma dita “cruzada” contra os gibis¹¹. Conforme relata Junior, “a campanha contra os gibis no decorrer de 1953 mobilizou para a discussão todos os principais jornais do Rio Grande do Sul, além de deputados, vereadores de várias cidades, grêmios estudantis, professores e psiquiatras” (2004, p. 195). A mobilização teria iniciado pelo jornal Correio do Povo que, “numa série de extensas reportagens publicadas ao longo daquele ano e do seguinte, (...) acusou os editores cariocas de levar as crianças e adolescentes a imitar gestos e cenas e, em casos extremos, a cometer crimes” (Ibid.).

PROJETO	DATA	AUTOR	DESCRIÇÃO
nº 90	1948	Vereador Jânio Quadros (SP)	Dispõe sobre fiscalização do comércio de livros e outras publicações na cidade de São Paulo.
nº 105	01/7/1953	Deputado Cândido Norberto dos Santos (RS)	Eleva a taxa de imposto sobre vendas e consignações nas operações de venda, consignações ou transferências de artigos que refere. Foi sancionada. Tornou-se a primeira lei de taxação de impressos do RS. (Lei 2.220, de 17/12/53)
nº 3.813	09/11/1953	Deputado Federal Aarão Steinbruch (RJ)	Também propunha o dispositivo da taxação sobre a venda de determinados impressos no Rio de Janeiro.
Fusão dos Projetos nº 3.813/53, 254/55 e 379/55	04/3/1955	Proposto no âmbito do Senado federal e aprovado por este.	Sobre nacionalização das revistas em quadrinhos e revistas obscenas.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Conforme JUNIOR (2004) “o termo ‘gibi’ (...) surgiu de uma famosa revista semanal lançada por Roberto Marinho em 1939. (...) Sua adoção, porém, surgiu da necessidade dos detratores de Marinho de acusá-lo de publicar revistas que induziam seus leitores mirins ao crime. Portanto, apelida-las de revistas ‘do tipo gibi’ tinha uma conotação pejorativa” (p. 11). Já nos Estados Unidos, as histórias em quadrinhos eram chamadas de *comics*, “porque os primeiros artistas exploraram o gênero para fazer graça com o universo miserável dos cortiços das grandes cidades americanas no final do século XIX (Idem, p. 25).

Quadro 3 - Projetos de Lei referentes à venda de impressos infanto-juvenis no Brasil¹²

Num contexto histórico fortemente marcado pelos processos de urbanização e ampliação crescente da escolarização básica no Brasil, o que têm a nos dizer as listas classificatórias, a legislação normatizadora, as leituras reprovadas, bem como as práticas discursivas que justificam sua interdição? Por que uma Comissão para examinar e classificar o que, na época, era oferecido à leitura dos jovens? Em que princípios se assentava tal Comissão e quais as condições de sua legitimação naquele momento histórico?

Uma vez que a Comissão Especial do CPOE/RS era formada, na sua maioria, por professores e técnicos em educação, partimos em busca de pistas na Revista do Ensino¹³, especialmente nas edições da década de 1950 e 1960. A escolha por esse impresso se justifica pelo fato de ter sido um periódico pedagógico de grande circulação na época, além de ser considerado, “pelas professoras em geral, (...) indispensável ao trabalho docente” (FISCHER, 2005, p. 27). Sua publicação se estendeu, num primeiro momento, de 1939 a 1942, tendo iniciado como entidade privada. Uma segunda fase da Revista iniciou em 1951, quando foi encampada pelo Governo do Estado¹⁴, ficando diretamente subordinada ao titular da Secretaria de Educação e Cultura, com a supervisão técnica do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS). Essa fase se estendeu até 1978. Com isso, a Revista do Ensino passou a ser distribuída gratuitamente a todas as escolas oficiais do estado (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p. 249). Especialmente nos exemplares que circularam nos anos 50 e 60, na seção intitulada “Biblioteca Escolar Infantil”, encontramos uma série de artigos que tratam da leitura e do leitor jovem, motivo que também nos levou a investir nesse periódico como documento histórico profícuo à pesquisa.

Nessa primeira imersão empírica na Revista do Ensino, um artigo de 1962, intitulado “Exortação”, chamou especial atenção e acabou se constituindo em rastro para outras pistas. Nele, a autora – professora e jornalista Yvonne Ribeiro de

¹² Ibid.

¹³ Há um acervo dessa Revista na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sobre a Revista do Ensino/RS, ver BASTOS (2005).

¹⁴ As dificuldades financeiras da Revista do Ensino teriam repercutido na Assembléia Legislativa, tendo o deputado Poty Medeiros apelado ao Secretário de Educação para que este mantivesse a publicação que “se tornou indispensável ao professorado patricio” (Revista do Ensino, 1956b, p. 6) .

Moraes, integrante da Comissão Especial do CPOE/RS – escreve aos congressistas do 4º Congresso Nacional de Professores Primários realizado, naquele ano, em Recife. Ela adverte que os jovens são fortemente influenciados pelos livros que lêem. A “má” literatura, escreve ela, é “avassaladora”, porque “age em surdina e envenena muito lentamente”. Passando os olhos pela juventude de então, o que ela via? “Irresponsabilidade, desajustes emocionais, incompreensões”. Aos jovens, faltavam-lhes “recreações sadias: leituras, filmes, programas de rádio que fornecessem exemplos de heroísmo, amor à pátria, respeito às leis, ideais sãos, princípios de honestidade e probidade”. Ao invés disso, constata a autora, os jovens se têm “intoxicado de toda a sordidez: homicídios, roubos, seqüestros, falcatruas, bebedeiras, escândalos”. E exorta: – “Cabe a ti, professor primário, a responsabilidade da organização da imensa pátria de amanhã, da consolidação da família” (REVISTA DO ENSINO, 1962, p. 5). E assim completa a exortação: – “Professor primário, (...), combate com tôdas as armas a má literatura para que a criança brasileira seja o lastro ouro, a garantia da pátria comum” (Ibid.).

No mesmo artigo, a professora elogia a Lei estadual nº 2.220, de 17/12/53, que taxava pesadamente em 80% publicações consideradas pelos técnicos em educação “prejudiciais à boa formação da infância e da juventude”. E destaca o mérito da “campanha de boa leitura” que teria sacudido Porto Alegre, em 1953, através da qual “em côro tôdas as vozes se faziam ouvir: povo, pais de família, vereadores, deputados, clero, governo, alertados pela sentinela dos pagos – a imprensa gaúcha que sempre tem sabido manter e defender as tradições brasileiras” (Ibid.). Com isso, o artigo da professora Yvone Ribeiro de Moraes, publicado na Revista do Ensino nos idos de 1962, além de evidenciar concepções acerca da leitura e do leitor jovem, indicia a existência de uma Lei estadual que se ocupava da leitura e de uma “campanha de boa leitura”, em torno da qual parecia haver um certo consenso. Esses indícios foram fundamentais para que a pesquisa prosseguisse.

1.2 A legislação estadual contra as *publicações imorais*

Seguindo os rastros do artigo da professora, publicado na Revista do Ensino, fomos em busca do texto da Lei estadual nº 2.220. A Lei fixava em oitenta por cento (80%) o imposto de vendas e consignações a incidir sobre os seguintes objetos:

- a) brinquedos de qualquer espécie, imitando armas de guerra;
- b) fogos de artifício explosivos, como bombas, buscapés e congêneres;
- c) revistas e publicações de histórias, em quadrinhos ou não, que versem sobre super-homens, e em que o crime ou a violência sejam o traço predominante;
- d) revistas e publicações de histórias imorais em quadrinhos ou não, em que o humorismo se alicerce em situações equívocas, em que o sexo é o motivo central;
- e) publicações imorais de toda a espécie, notadamente revistas que explorem o nu, humorísticas ou não. (RIO GRANDE DO SUL, 1953)

Aproximadamente um ano depois de sancionada pelo Governador Ernesto Dornelles, a Lei nº 2.220 sofreu algumas alterações¹⁵ e, em 1955, pelo Decreto 5.922, foi regulamentada. As disposições referentes às revistas ou publicações de histórias, em quadrinhos ou não, permaneceram as mesmas. No entanto, através do Art. 2º do Decreto, acrescentou-se o seguinte:

(...) a Secretaria de Educação e Cultura, pelo órgão competente ou através de uma **comissão especial** designada para êsse fim, definirá quais os que estão enquadrados nas disposições citadas e fará a devida comunicação à Secretaria da Fazenda. (RIO GRANDE DO SUL, 1955, grifo nosso)

O Decreto 5.922/1955 torna-se, assim, o dispositivo para a criação da Comissão Especial do CPOE/RS, ao mesmo tempo em que indicia sobre a forte influência desse órgão nos assuntos e decisões de ordem pública. Em meados do mesmo ano, a Comissão Especial estaria, portanto, instituída. A partir de então, as empresas que distribuía/vendiam, em primeira mão, as revistas ou publicações de que trata a Lei e o Decreto, eram obrigadas a apresentá-las à Secretaria de Educação e Cultura, para que, através da sua Comissão Especial, fossem examinadas e classificadas (Ibid.).

¹⁵ Pela Lei nº 2.341, de 28/01/1954 (que altera a Lei nº 2.229, de 17/12/1953), foram excluídos da taxa de 80% os fogos de artifício explosivos, como bombas, buscapés e congêneres. Os demais objetos, no entanto, permaneceram sujeitos à taxação.

Nos Anais das sessões plenárias da Assembléia Legislativa, de dezembro de 1953, encontramos um discurso do deputado Cândido Norberto dos Santos¹⁶, autor do projeto (nº 105, de 01/7/53) que originou a Lei 2.220/1953, de taxação dos impressos. O deputado defende as “novas bases para o comércio de revistas, de leituras flagrantemente perniciosas à infância” e condena matéria veiculada no jornal Diário de Notícias que se opunha à nova lei recém sancionada. A reportagem foi lida, na íntegra, pelo deputado, no plenário da Assembléia Legislativa, ganhando, com isso, registro nos Anais da Casa. Esta era, aliás, uma prática recorrente. Na reportagem, o jornal destaca o perigo representado pelo fato de a liberdade de imprensa estar, a partir daquele momento, nas mãos da censura e de censores gaúchos. Assim o jornal teria se manifestado:

Por força da recente lei votada, inadvertidamente, pela Assembléia Legislativa, de indisfarçável inspiração comunista, sub-repticiamente introduzida, aproveitando um instante psicologicamente propício (a campanha de imprensa contra as revistas de quadrinhos, etc.) – serão varridos praticamente de nossas vitrinas os brinquedos imitando o material e os engenhos usados por nossas forças armadas. E ainda mais, ficarão inacessíveis ao homem comum os rojões, fogos de artifício, busca-pés, quase todos esses produtos pirotécnicos que encantam pequenos e grandes nos tradicionais festejos juninos. É que a nossa lei aumentou de 3 a 80% a primeira incidência do impôsto de vendas à vista sôbre êstes artigos. Ainda mais, como se trata, apenas de legislação estadual, colocará a indústria rio-grandense respectiva totalmente fora do mercado nacional pôsto que não poderá competir com os concorrentes de outras circunscrições, isentos do tributo medieval que aqui foi criado. Traz, no entanto, a lei recém sancionada em seu bôjo, outras e mais perigosas ameaças. Deixa à discrição da censura gaúcha uma das conquistas máximas da civilização democrática – a liberdade de imprensa. Colocando as revistas de quadrinhos e outras ao sabor de um órgão do Executivo, fácil é inferir-se o grave risco a que fica sujeita essa liberdade em face do tremendo poder de política (e de coação) que se atribui às autoridades da censura. (SESSÃO PLENÁRIA, 172, 1953, p. 341).

O jornal também faz menção a uma “campanha de imprensa contra as revistas de quadrinhos”, ocorrida em 1953, o que nos servirá de pista. Apesar da polêmica levantada pelo Jornal Diário de Notícias e de outras supostas vozes discordantes, foi a partir do Decreto de 1955 que os dispositivos de controle da leitura infanto-juvenil ganharam maior força e evidência. A Comissão Especial do

¹⁶ Jornalista natural da cidade de Bagé (RS). Em 1955, exercia o segundo mandato consecutivo (1955-59) como deputado estadual pelo Partido Social Brasileiro. Ao todo, exerceu quatro mandatos: os dois primeiros pelo PSB, o terceiro (1959-63), pelo Partido Libertador e o quarto (1963-67), pela legenda do Movimento Trabalhista Renovador, quando também ocupou a presidência da Assembléia Legislativa. Nos primeiros mandatos, integrou a Comissão de Educação e Saúde Pública da Assembléia.

CPOE/RS passou a empreender uma série de ações, assim ordenadas: exames seguidos de pareceres sobre as revistas (em quadrinhos ou não) dirigidas aos jovens; repasse de listas/nominatas, contendo a classificações dos periódicos analisados, à Secretaria da Fazenda (para a cobrança das taxas previstas em lei), ao Conselho Municipal de Educação de todas as Prefeituras do estado e a todos os Juizes de Direito – da capital e do interior do estado (o Juizado de Menores se manifestava sobre certos impressos, proibindo sua circulação); orientações a professores; palestras; atendimentos e visitas a editoras, entre outras ações, conforme informa o Quadro 4 – um relatório do “movimento [da Comissão Especial] registrado em 1957”:

MOVIMENTO GERAL	
Foi o seguinte o movimento registrado em 1957:	
1 — Publicações recebidas	443
2) — Idem examinadas	252
3) — Idem reexaminadas	7
4) — Idem reclassificadas	4
5) — Orientação dada a professores	3
6) — Consulentes atendidos	5
7) — Listas distribuídas	60
8) — Entendimentos mantidos verbalmente, na sede, com representantes de editôres	44
9) — Correspondência recebida	11
10) — Idem, enviada a editôres e representantes com apreciação sôbre publicações	18
11) — Idem, mantida com serviços congêneres	7
12) — Comunicações à Fazenda	12
13) — Idem, ao Juizado de Menores	4
14) — Pareceres sôbre revistas	14
15) — Palestras realizadas	1
16) — Visitas recebidas, com explanação dos trabalhos	6
17) — Visitas realizadas em objeto de serviço	
a) ao Sr. Diretor de Fiscalização Geral do Tesouro	2
b) ao Sr. Juiz de Menores	1

Quadro 4 - Movimento geral da Comissão Especial do CPOE/RS em 1957¹⁷

Um dado interessante que chamou a atenção nesse documento, nessa rede de ações empreendidas pela Comissão Especial, é o “reexame” sucessivo e a “reclassificação” (itens 3 e 4 do quadro acima) de certas revistas, após visitas às editoras. Sobre essa prática, encontramos o seguinte testemunho:

¹⁷ RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 253.

É motivo de alegria consignar no presente Relatório as modificações salubres registradas em algumas das revistas reexaminadas no ano corrente, atestados da compreensão de algumas editôras que, reconhecendo a necessidade da orientação que lhes é dada, a título de colaboração, a acatam e põem em prática. Algumas foram LIBERADAS, por terem sido eliminados do seu conteúdo os aspectos que incidiam nos dispositivos legais que haviam determinado sua anterior taxação. Outras tiveram alterada sua classificação pedagógica, por terem corrigido as deficiências de linguagem, falhas na apresentação, inadequação do conteúdo, etc. que não permitiam incluí-las na relação das revistas recomendáveis. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 253, grifo do autor)

Não foi localizada qualquer informação acerca dos títulos desses impressos “liberados” após “reexame” e “reclassificação”. Seria interessante conhecer as “deficiências de linguagem”, as “falhas na apresentação” e as “inadequações do conteúdo” atribuídas pela Comissão a essas revistas e em que aspectos foram “corrigidos”. Que elementos foram suprimidos e quais foram postos em seu lugar, a fim de atender às recomendações feitas? Tal falta não impediu a identificação do sentido das mudanças que se costumava sugerir, quais elementos costumavam ser rejeitados e quais eram desejados nas revistas. O exame dos exemplares enviados à SEC/RS pelas editoras ou distribuidoras de revistas atendia a dois propósitos distintos:

a) classificação legal: de acordo com a legislação vigente (Lei nº 2.220/1953 e o Decreto nº 5.922/55 que a regulamenta, Lei de Imprensa¹⁸ e Código Penal¹⁹);

b) classificação pedagógica: “atendendo aos fundamentos da educação e aos princípios morais da família brasileira”, conforme definição encontrada no Boletim do CPOE/RS (RIO GRANDE DO SUL, 1958, p. 312); nesse caso, a referência era o discurso moral católico.

Quanto aos aspectos considerados para a classificação, eles costumavam ser os seguintes: tema desenvolvido; ambiente; fatos mais destacados e sua força de

¹⁸ Antes de sancionada a Lei nº 2.220/53 e também o Decreto nº 5.922/55, a referência legal utilizada para as proposições de interdição de certos impressos era encontrada, principalmente, na Lei de Imprensa e no Código Penal, tendo sido encontradas referências também no Código de Menores. A Lei de Imprensa que então estava em vigor era a Lei nº 2.083/53 (do segundo governo de Getúlio Vargas). Em seu Capítulo I (A liberdade de imprensa), art. 1, inciso 1, lia-se: “só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editôres, diretores ou redatores conhecidos, ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes” (BRASIL, 1953). A lei foi editada, em 1967, no governo Castelo Branco (Lei nº 5.250), e, por fim, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 30/04/2009.

¹⁹ Trata-se do Código Penal de 1942, que, em seu Capítulo VI (Do ultraje público ao pudor), art. 234 (sobre escrito ou objeto obsceno), afirma ser crime “fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno” (BRASIL, 1942).

sugestão; linguagem; Ilustração; personalidade de figuras principais; estética na apresentação; higiene da leitura; adequação ao público a que se destina (Ibid.).

Em outro Boletim do CPOE/RS, encontramos a publicação de uma segunda nominata. O Centro, na pessoa de sua diretora, Sarah Azambuja Rolla, no intuito de divulgar o exame dos impressos realizado em 1958, enviou Ofício-Circular, com a nominata em anexo, ao Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre e de todas as prefeituras do estado, bem como a todos os Juízes de Direito – da capital e do interior do estado, uma vez que o Juizado de Menores apreciava a “proibição” sugerida pela Comissão a certos impressos.

Seguem, assim, os Quadros 5-6 que mostram parte dessa classificação das publicações analisadas em 1958. Destacamos os segmentos do documento em que aparecem os títulos das publicações “taxadas”, ou seja, aquelas classificadas pela Comissão Especial como “desaconselhadas”, bem como aquelas encaminhadas ao Juizado de Menores para “proibição” (os demais segmentos, contendo as “publicações livres” e os impressos de “classificação variável”, constam no Anexo B):

Nº	Título	Editora	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
1	Águia Negra	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
2	Aí, Mocinho	Ebal	Av. Faroeste	Juvenil	Desaconselhada
3	Batman	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
4	Capitão Marvel	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
5	Cavaleiro Negro	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
6	Cowboy Romântico	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
7	Dom Chicote	Rio Gráfica	Av. Faroeste	Juvenil	Desaconselhada
8	Fantasma (O)	Rio Gráfica	Policial	Adultos	Desaconselhada
9	Flecha Ligeira	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
10	Garras da Lei	Coluna Sel	Policial	Adultos	Desaconselhada
11	Gibi Mensal	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
12	Globo Juvenil	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
13	Homens em Guerra	Garimar	Guerra	Adultos	Desaconselhada
14	Idílio (O)	Ebal		Juvenil	Desaconselhada
15	Marvel Magazine	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
16	Quem foi?	Ebal	Policial	Adultos	Desaconselhada
17	Reis do Faroeste	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
18	Superman	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
19	Zorro	Ebal	Aventura Faroeste	Juvenil	Desaconselhada

Quadro 5 – Publicações desaconselhadas e taxadas
– Impressos analisados pela Comissão Especial do
CPOE/RS em 1958²⁰

²⁰ RIO GRANDE DO SUL, 1959, pp. 483-484.

Com exceção da revista *Homens em Guerra*, todas as demais listadas no quadro acima compõem com a mesma classificação na nominata anterior. Portanto, são títulos cuja classificação não se alterou. Fora esse segmento de impressos desaconselhados/taxados, o restante da nominata das publicações analisadas em 1958 traz títulos novos em relação àquela que a precedeu. Ambas as nominatas são, ao que parece, complementares. À classificação dos impressos analisados em 1957 (com 216 títulos), seguiu-se essa, menos extensa que a primeira (59 títulos no total), porque de caráter complementar.

Nº	Título	Editora	Gênero	Categoria
1	Confidencial	N. Risarde	Escândalo	Adultos
2	Escândalo	Revista Escândalo	Escândalo	Adultos
3	Seleções Humorísticas	Seleções Humorísticas Ltda.	Humorismo	Adultos

Quadro 6 - Publicações encaminhadas ao Juizado de Menores para proibição – Impressos analisadas em 1958²¹

Os títulos encaminhados ao Juizado de Menores para proibição também são novos, não sendo citados na nominata anterior, que trazia onze títulos com essa classificação. Havia alguns casos isolados, como o do gibi *Gene Autry*, que cotinou desaconselhado, porém passou a integrar a lista de “publicações livres” e, portanto, não taxadas. Em uma edição especial de histórias da série *Cavaleiro Negro*, revista desaconselhada em ambas as nominatas, na capa consta o selo “Aprovado pelo Código de Ética” (cf. Figura 1). Como não há registro do ano de publicação dessa edição, uma pista, em especial, leva-nos a crer que se trata de uma reedição de 1965. Em uma das páginas há um anúncio do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, evento que aconteceu naquele ano. Com base nisso, o selo de aprovação pode corresponder ao do Código de Ética dos Quadrinhos Brasileiros, criado em 1961. Mas não é possível afirmar ao certo, visto existir, na época, outros códigos de ética, como o Código de Ética da Associação Brasileira de Educação, de 1948, por exemplo, além dos próprios códigos de ética das editoras. Além disso, desconhecemos todas as estratégias possíveis levadas a cabo pelas editoras para fazerem circular suas revistas sem que, sobre elas, pairasse a suspeita de conteúdo imoral.

²¹ Ibid.

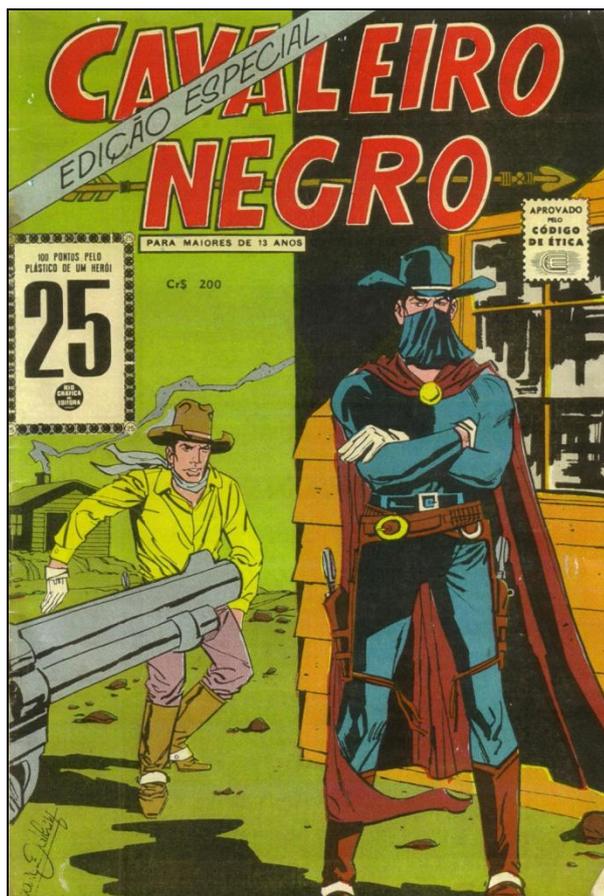


Figura 1 - Capa de uma revista da série Cavaleiro Negro²²

Outro aspecto da capa da revista que chamou a atenção é o cupom para ser recortado, valendo 25 pontos. Cada 100 pontos em cupons poderiam ser trocados por um plástico colorido de um herói, em qualquer jornaleiro ou ponto de venda das revistas da Rio Gráfica Editora (RGE). Essas regras vinham logo na segunda folha, juntamente com a relação das outras revistas da RGE que também traziam o cupom do concurso na capa. Se, de uma parte, há interdição das autoridades, que através de severa triagem das revistas em circulação tentam regular seu consumo, de outra parte há as mais variadas estratégias editoriais para atrair os supostos leitores. Ambas, autoridades e editoras tendo por alvo os jovens leitores. Na contra-capa (Figura 2), eram mostradas as figuras coloridas dos heróis, conforme segue:

²² CAVALEIRO NEGRO (Edição Especial). Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. s.d.

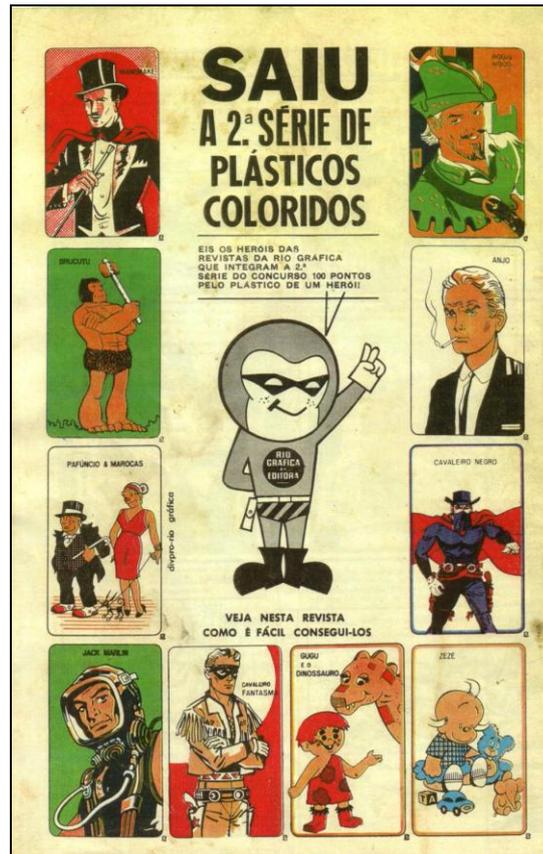


Figura 2 - Contracapa da revista da série Cavaleiro Negro

Esses são, em alguma medida, indícios das estratégias utilizadas por diferentes editoras para conquistar leitores, bem como das práticas culturais que envolviam o “saboroso hábito de colecionar revistas”, prazer esse “comparável apenas ao de completar álbuns de figurinhas” (JUNIOR, 2004, p. 94). Os textos dos balões das histórias em quadrinhos eram traduzidos e editados, podendo ter seu conteúdo modificado em relação à história original. A Comissão Especial do CPOE/RS valia-se desse recurso, inclusive, para sugerir às editoras alterações que pudessem levar a uma classificação mais favorável dos impressos que então circulavam.

Seria interessante poder examinar as diferentes versões/variações impressas da mesma história em quadrinhos, isto é, “os textos nas suas formas discursivas e materiais” (CHARTIER, 1994, p. 12): a versão original, norte-americana, por exemplo, a versão traduzida e adaptada para o Brasil e a versão modificada por sugestão da Comissão, ou ainda, os recursos ou estratégias textuais, editoriais, etc., observáveis nos diferentes impressos, que indiciam algo sobre seus supostos leitores, suas prováveis expectativas, preferências e competências de leitura. Para

completar o circuito sugerido por Chartier, seria desejável capturar as formas plurais com que diferentes sujeitos se apropriavam desses objetos, produzindo usos e significações diferenciadas. Em nosso estudo, encontramos pistas e rastros da “norma” disciplinar, mas quase nada quanto às apropriações.

1.3 Uma campanha de envergadura contra a *imoralidade impressa*

O veneno anda exposto nas montras e estandes, com rótulos atraentes, para conquistar os incautos e curiosos. (Jornal do Dia, 1952)

A cada novo rastro, novas pistas. Uma “campanha” esteve em curso, em Porto Alegre, no início da década de 1950: a “campanha de boa leitura”, conforme indicia a Revista do Ensino, ou a “campanha de imprensa contra as revistas de quadrinhos”, de acordo com reportagem do jornal Diário de Notícias de 1953. Fomos a elas. Inicialmente, procuramos indícios desse movimento na imprensa escrita, concentrando a busca nos anos de 1952 e 1953, conforme sugeriam os próprios documentos. Também foram perseguidas pistas da campanha nas Atas e Anais das sessões plenárias da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Abaixo, segue imagem da manchete com a qual o Jornal do Dia, em 1952, noticiou a “campanha de envergadura contra as publicações imorais”, liderada, naquele momento, pelo Pe. Pauquet. Logo abaixo da manchete (Figura 3), lê-se sobre a disposição dos idealizadores do movimento em “sacudir a inércia das autoridades públicas diante [da] onda de obscenidades”:



Figura 3 – Reportagem sobre a campanha contra as publicações imorais, publicada na contra-capa do Jornal do Dia²³

O Jornal informa que uma Comissão formada por pais, mestres e parlamentares, tendo à frente o Pe. Pauquet, visitou o então Secretário do Interior e Justiça, Egídio Michaelsen, entregando a este um relatório e um “copioso material ilustrativo da ação dissolvente e subversiva que se processava sobre a população”. O Secretário teria manifestado que a preocupação era também dele e de todos os pais, afirmando, ainda, ser imprescindível o resguardo “dos valores e virtudes [legados pelo] Cristianismo”. A manifestação publicada nesse periódico de orientação católica aponta alguns aspectos em torno dos quais se concentravam as críticas a certas revistas: elas veiculavam imoralidade, idéias “subversivas” e “comunizantes”, como se lê a seguir:

Questão muito grave é a da publicação e divulgação no Brasil de livros e especialmente revistas imorais, obscenas e comunizantes. Não resta dúvida de que se trata de atividade criminosa, essa de divulgar, difundir e vender obras obscenas e de propagação de idéias subversivas, e isto tanto face às leis penais do país, quanto diante da moral. Não são apenas a pureza e as virtudes da mocidade que são visadas e feridas de morte [e] não são, também, a ordem e a permanência de nossas instituições que periclitou diante da avalanche de imoralidade impressa, que se oferece como alimento espiritual, e de propaganda subversiva, a entrar nos lares livremente; é, também, a sobrevivência da nação como tal e do país como soberania. A atitude de pura expectativa (sic) face a tais ações criminosas e demolidoras, não passa de gesto suicida! Por isso, a necessidade de reagir, logo e energicamente. É dever de pais e de mestres. É dever social. É dever dos poderes governamentais especialmente, de polícia. (1952a, p. 8)

O excerto sugere que os males sociais que atingiam especialmente a juventude vinham de “fora” (os males são sempre externos). Também é possível

²³ JORNAL DO DIA, 1952a, p.8.

perceber os dois campos discursivos recorrentemente evocados para legitimar a repressão e a contenção do acesso a determinados periódicos: o religioso e o jurídico. Ambos aparecem geralmente associados: busca-se nas leis vigentes e na moral católica o amparo para a força dos argumentos.

Pelo relato do jornal, evidencia-se uma certa dinâmica, que em muito lembra a descrita por Chartier (2004) para mostrar como uma “queixa” pode se transformar, sem demora, em uma “aliança de poderes”. O autor assim descreve o movimento que se formara contra as festas populares no Antigo Regime:

Em toda a parte, o mecanismo é o mesmo: uma queixa é apresentada pelo vigário do lugar junto ao procurador-geral do Parlamento, este manda abrir um inquérito pelos juizes locais, e essa informação acaba muitas vezes, mas nem sempre, como um decreto de interdição”. (2004, p. 25)

É curioso como esse mecanismo descrito pelo historiador se assemelha, guardadas as especificidades históricas, ao movimento desencadeado pelo Pe. Pauquet e a comissão por ele formada. Num primeiro momento, levam a queixa à autoridade pública, no caso, o Secretário do Interior e Justiça. A ação, em seguida, repercute no legislativo municipal, e daí segue reverberando em outras instâncias.

Assim, no dia seguinte à divulgação da notícia no Jornal do Dia, o vereador Alfredo Hofmeister encaminhou à Câmara Municipal a Indicação (nº 352, de 24/7/53), solicitando apoio incondicional da Casa ao movimento dirigido pelo reverendo Pauquet, contra as “publicações atentatórias à moral pública e aos bons costumes” (PORTO ALEGRE, 1952). Hofmeister acusou o afrouxamento do controle sobre a divulgação destas publicações, por parte da sociedade e dos poderes públicos, a inércia das autoridades e destacou a “urgência de uma ação enérgica, profunda e extensa (...) no sentido da mais ampla moralização dos nossos costumes” (Ibid.). À Indicação, aprovada em plenário, foi sugerida uma Emenda (também aprovada): que fosse solicitado à Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) providências para a campanha moralizadora contra as revistas consideradas “licenciosas”. Assim, em agosto de 1952, seguiram correspondências, com a Indicação em anexo, ao Secretário de Estado e dos Negócios da Educação e Cultura (Julio Marino de Carvalho), à ARI, ABI e ao Chefe de Polícia do Estado (Alter Cintra de Oliveira). Os representantes

desses órgãos/entidades acusaram recebimento da correspondência e responderam em apoio incondicional.

A Secretaria de Educação e Cultura, através do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), também se associou à campanha a que se referia a Indicação e, como demonstração de apoio, enviou às escolas de todo o estado um ofício-circular, ao fim do qual sugere aos professores e diretores:

criação ou renovação de bibliotecas escolares; divulgação, na escola, de bons jornais e revistas; projeção de filmes de fundo construtivo; fomento e criação de clubes escolares nos quais sejam programados e executados códigos de bons costumes; promoção, através do Círculo de Pais e Mestres, do Clube de Ex-alunos, etc., de campanhas que concorram para a elevação de hábitos morais da comunidade em que esteja localizada a escola. (Ofício-Circular nº 505, de 16/10/1952)

Dessa forma, estava formada, em pouco tempo, uma espécie de “aliança de poderes” contra a literatura tida como *nociva*, à semelhança do descrito por Chartier em seu estudo de caso.

No transcurso do ano de 1952 e também do seguinte, o legislativo municipal manteve-se atuante em relação ao tema dos impressos condenáveis, através da formulação de Projetos de Lei, manifestação de discursos nas sessões plenárias, bem como através de uma série de reportagens veiculadas, principalmente, nos jornais Correio do Povo e Jornal do Dia. O vereador Manoel Osório da Rosa, por exemplo, através do Projeto de Lei nº 86 (de 30/9/53) propunha, entre outras coisas,

caçar a licença de funcionamento de qualquer estabelecimento que expuser à venda ou comerciar com revistas reconhecidamente imorais; estabelecer licença especial, mediante o pagamento adiantado da taxa de Cr\$ 2.000,00 mensais, para todos os estabelecimentos que negociarem com revistas impróprias para a infância e a juventude; estabelecer a taxa diária de Cr\$ 2.000,00 paga adiantadamente, para os teatros e cinemas que exibirem peças ou filmes imorais, porém, permitidos pela censura. (SESSÃO PLENÁRIA, 123, 1953, p. 984)

Segundo ele, cabia ao município, em parceria com o estado e a União, “cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais” (Idem, p. 983). Portanto, não bastava combater os impressos perniciosos; era preciso estender essa ação a outras manifestações culturais, como o teatro e o cinema.

O vereador, também jornalista e escritor, Josué Guimarães, por sua vez, submeteu ao plenário um Projeto de Lei (nº 136, de 19/11/53) semelhante ao de

Osório da Rosa. Guimarães pretendia alterar, em parte, uma lei já existente (a Lei nº 183/1949), que tratava do Imposto de Indústrias e Profissões, no que diz respeito à incidência que recaía sobre livrarias e stands de venda de revistas e jornais. Sua intenção também era a de “gravar aqueles estabelecimentos comerciais que [vendiam] revistas ou publicações (...) perniciosas para a juventude e a infância” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1090). O vereador teve seu projeto sancionado, em 01/12/1953, e transformado na Lei nº 1.156/53. Com isso, o legislativo municipal agia em parceria com a Assembléia Legislativa, que, no transcurso do mesmo mês, aprovaria o projeto de lei do deputado Cândido Norberto dos Santos, sancionado pelo governador e também transformado na Lei nº 2.220/53.

Os recursos de que dispunham o município e o estado para controlar o acesso dos jovens às publicações reprovadas eram, no entanto, limitados. Na impossibilidade de censurar/interditar, tendo em vista a liberdade de imprensa e expressão assegurada na época, propunha-se a taxaçoão daqueles periódicos, no desejo confesso de que os altos preços impossibilitassem a sua aquisição por parte da juventude. Muitos eram otimistas em relação a essa estratégia, como o vereador Alberto André. No desejo de que o Rio Grande do Sul pudesse servir de exemplo para outros estados, assim se fez ouvir da tribuna: “em breve, se nada falhar, teremos, no Rio Grande do Sul, ambiente completamente proibitivo às publicações dessa natureza. E isto como exemplo feliz para todo o território brasileiro” (1953, p. 616). Teria tal intento se tornado efetivo?

Há, também, notícias de telegramas que chegavam aos vereadores em apoio às campanhas contra as *más* leituras e os filmes *imorais*. Essas correspondências, lidas no Plenário da Câmara, ganhavam atenção especial e registro nos Anais da Casa. Além dos projetos já mencionados, há registro da ação enérgica do vereador Alberto André, que, “escrevendo para uma quantidade de jornais do Estado, fazendo conferências e apontando este cancro social às autoridades” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1066), fez recrudescer, em 1953, a “campanha” contra as publicações consideradas imorais. A manchete de uma dessas reportagens (Figura 4) do vereador no jornal Correio do Povo encontra-se a seguir:

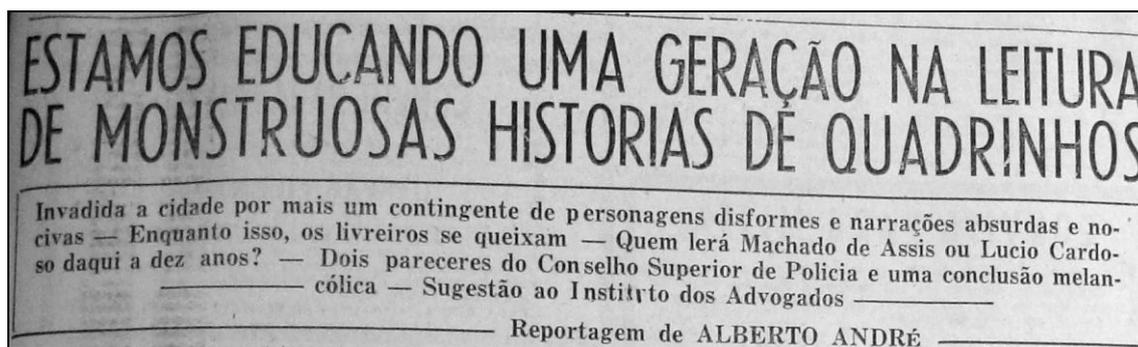


Figura 4 - Manchete da reportagem de Alberto André publicada no jornal Correio do Povo²⁴

Essa reportagem de Alberto André, em especial, é representativa do conjunto discursivo que analisamos, uma vez que trata dos principais aspectos relacionados às publicações periódicas condenadas, especialmente as histórias em quadrinhos infanto-juvenis. Assim, ordenamos a matéria em segmentos, como forma de anunciar e antecipar algumas idéias que, mais adiante, ganharão maior visibilidade. No primeiro segmento, o vereador constata a proliferação das revistas em quadrinhos naquele momento, sua crescente presença como objeto de consumo cultural:

É cada vez mais alarmante o volume das novas revistas e dos mais grotescos e disformes personagens que vêm sendo dados à leitura das crianças em todo o país. Nos últimos dois meses, por exemplo, uma dezena de novos títulos surgiram nos 'stands' e postos de venda da cidade e, como se supõe, em todo o Brasil, eis que há uma perfeita rede de distribuição do material. (CORREIO DO POVO, 1953b, p. 19)

O vereador também critica as histórias em si, veiculadas através dos quadrinhos, bem como seus personagens, acusando-as de "anti-educacionais". Com isso, acaba por manifestar uma idéia segundo a qual a literatura, além de divertir, deve sempre *instruir*.

Em sua maioria, essas histórias de quadrinhos se apresentam envolvidas em enredos absurdos, confabulações planetares e infernais e onde os personagens, fruto de imaginações rocambolescas, anti-educacionais e anti-sociais, assumem os aspectos mais anti-estéticos e anti-humanos. (...) Já estão em circulação, seguramente, cerca de trinta revistas, em sua maior parte de quadrinhos, e onde muito poucas se salvam, ainda, pela sua orientação sadia. (Ibid.)

²⁴ CORREIO DO POVO, 1953b, p. 19.

Sob o título “Perigos para uma geração”, manifesta-se sobre os perigos que as histórias em quadrinhos representavam – para os jovens que as consumiam e também para o mercado do livro. No trecho que segue, duas idéias se destacam: histórias em quadrinhos impedem que se alcance leituras mais densas; os jovens, por imitação, são levados a repetir os gestos e atitudes dos personagens das histórias, numa relação direta entre o texto e as condutas sociais:

Toda uma geração que estamos criando será sensivelmente afetada por este calamitoso estado de cousas. (...) Não temos dúvida em afirmar que, se não surgir uma campanha repressiva nacional contra a praga das histórias em quadrinhos, haverá décadas em nosso futuro em que não haverá espaço para a leitura de Coelho Neto, Machado de Assis, Lucio Cardoso, Monteiro Lobato e os nossos bons autores. Esses reflexos, altamente nocivos às emanações literárias, assumirão feições catastróficas quanto à sociedade. Novas e grandes levas de jovens engrossarão as fileiras dos criminosos, com o incremento desproporcionado dos desajustamentos. Atentem as autoridades, os homens públicos e os professores para essa calamidade! (...) Visitem as livrarias da cidade e vejam como as produções da sã literatura infantil são empilhadas, cheias de poeira, e como se vendem as histórias de quadrinhos. Já está chegando a onda das queixas dos livreiros de todo o país, face ao momento delicado que estão atravessando. (...) Se contribuem para isso o alto custo do livro, a amplitude das radiofonizações, as dificuldades econômicas da massa do povo brasileiro, não é também de superestimar-se o quase completo abandono da literatura de parte dos nossos jovens, em especial parcela já afetados pela pseudo literatura infantil. (Ibid.)

Outra idéia bastante recorrente é a que considera a família incapaz de proceder às orientações adequadas junto aos filhos, quando o assunto é leitura e literatura infanto-juvenil. Esse é um dos argumentos que justificavam a intervenção das autoridades públicas e religiosas:

A providência terá de vir de cima, pois do lar muito pouco é de esperar-se. Já dissemos que, devido à formação de nossa sociedade, infelizmente não nos será possível uma expectativa em torno de uma iniciativa adequada dos pais. Citamos, ainda, a perspicaz observação de ‘Anhembí’, segundo a qual muitos pais são vistos nas filas de bondes e ônibus devorando tais histórias. Cabe, assim, uma atitude radical do poder público e, supletivamente, dos professores, das associações religiosas, dos círculos de pais e mestres e todos quantos tenham compreensão e responsabilidade. Ninguém com força para agir e compreensão do problema, pode furtar-se a esta ação coletiva contra esta invasão de elementos tão estranhos e perniciosos da consciência, das emoções e da imaginação das crianças. (Ibid.)

A Figura 5 mostra a reprodução de desenhos de alguns personagens das publicações infantis que, segundo Alberto André, invadiam Porto Alegre e o país:

“disformes e absurdos, (...) envolvidos em enredos fantásticos e, agora, de outros mundos, são verdadeiros agentes de deseducação”, nos dizeres do vereador e jornalista.



Figura 5 - Desenhos de personagens de histórias em quadrinhos publicados no jornal Correio do Povo ²⁵

Alberto André destaca, na matéria, a ação do então ex-ministro da Justiça, Negrão de Lima²⁶, que teria pleiteado a nomeação, em seu Ministério, de uma Comissão que faria um estudo sobre o assunto, tendo em vista uma ação nacional contra as publicações imorais. Mas Lima teria deixado o cargo antes de completar sua gestão, ficando tal intento em suspenso. Também cita o resultado de dois pareceres: do Conselho Superior de Polícia e do delegado João Giuliano. As conclusões desses pareceres apontam para o fato de que a polícia não podia proceder, diretamente, à apreensão das publicações de caráter obsceno, uma vez que estavam elas reguladas pela Lei de Imprensa (de 1953) e não pelo Código Penal (art. 234).

²⁵ CORREIO DO POVO, 1953b, p. 19.

²⁶ Negrão de Lima foi Ministro da Justiça de 1951 a 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Quanto à literatura infantil, o parecer sugeria a ampliação da incidência dos arts. 128, 129 e 130 do Código de Menores²⁷, tornando-a extensiva “a tudo quanto possa prejudicar a formação mental dos menores”. O vereador Alberto André, no entanto, insiste que “a polícia podia socorrer-se do Código Penal para apreensões de revistas obscenas, submetendo o caso, posteriormente, à Justiça. É o que vai acabar acontecendo: publicações dessa natureza eram apreendidas pela polícia; mas, em seguida, retornavam aos stands por decisão do Ministério Público. É que havia dificuldade legal em conceituar a obscenidade. Portanto, as apreensões não se sustentavam por muito tempo. Por fim, André reconhece e lamenta que a apreensão direta da “falsa literatura” não estava contemplada em lei. Diante das impossibilidades que se apresentavam, a solução encontrada para combater tanto as revistas obscenas quanto a “falsa” literatura infantil (os gibis) serão as leis de taxaço desses impressos.

Mas a campanha contra a imoralidade impressa, no entanto, pelo que consta nos Anais da Câmara, teria iniciado em 1948, por iniciativa do então vereador Zacarias de Azevedo²⁸, que “teve a rara e feliz idéia em denunciar para toda a nação êsse derrame de revistas imorais e indecentes, não incluindo, nessa ocasião, as famigeradas revistas de quadrinhos” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1066). Na época, teria feito “chegar os seus protestos até o então Presidente da República dos Estados Unidos, Harry Truman, contra a edição de cadernos escolares, com ilustrações [não recomendáveis] à nossa juventude” (Ibid.). A iniciativa resultou na Indicação nº 243/48 do legislativo municipal, através da qual se pedia providências e apoio de organizações e entidades. Como resposta,

²⁷ Tinha-se como referência, na época, o Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943, de 12/10/1927). Segue a explicitação dos artigos mencionados:

Art. 128: “a entrada das salas de espectaculos cinematographicos é interdicta aos menores de 14 annos, que não se apresentarem acompanhados de seus paes ou tutores ou qualquer outro responsavel”;

Art. 129: “os mesmos preceitos applicam-se ao accesso dos espectaculos em qualquer outra casa de diversões publicas, resalvados os dispositivos especiaes”;

Art. 130: “sob as mesmas penas não é permittido: aos menores de 18 annos o ingresso em casas de dancing ou bailes públicos, qualquer que seja o título ou denominação que adoptem, aos menores de 21 annos o acesso aos cafés-concertos, music-halls, cabarets, bars nocturnos e congêneres; a entrada em casas de jogo aos menores de 21 annos” (BRASIL, 1927).

²⁸ O vereador Jorge Achutti também teria iniciado campanha semelhante em abril 1948, conforme reportagem publicada no CORREIO DO POVO (1952d, p. 3).

a Polícia varejou todos os 'stands' de Pôrto Alegre, apreendeu as revistas imorais (obscenas e que traziam ilustrações eróticas), com geral agrado da população, das entidades católicas, da A.C.M. [e] de Câmaras do Interior. (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1067)

Pouco tempo depois, no entanto, as revistas teriam voltado a circular livremente, pois os donos dos stands, amparados pela liberdade de imprensa, impetraram mandado de segurança, obtendo a vitória. No início dos anos 1950, a campanha novamente ganhou força, especialmente através do movimento encabeçado, como foi referido antes, pelo Pe. Pouquet, em 1952, e pelo vereador e jornalista Alberto André em 1953, entre outros colegas do legislativo municipal e estadual. O desejo claramente manifesto era o de que tais revistas desaparecessem por completo dos stands e das casas que as vendiam. Conforme discurso do vereador Ary Sanhudo, “era preciso banir êste nocivo veneno que vem sendo ministrado através de leitura preguiçosa de quadrinhos ao cérebro e à imaginação desprevenida das nossas crianças” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1082).

No final do mês de novembro de 1953, após a aprovação e sanção de dois projetos de lei (um municipal e outro estadual) que regulavam a venda de certos impressos, foi instituída, no RS, por iniciativa de autoridades públicas, a “Primeira Semana da Boa Leitura Infanto-Juvenil”. Na Câmara Municipal de Porto Alegre, propôs-se a reserva de uma hora do expediente dessa semana para debate e manifestação dos vereadores de todas as bancadas sobre o “monumentoso assunto” (Ibid.). Paralelamente a isso, a “guerra judicial” dos gibis continuou. A expressão define, em certa medida, este movimento: ora as revistas eram apreendidas pela polícia e tiradas de cena, por força das acusações e apelos, ora retornavam ao comércio por meio de sentenças judiciais favoráveis à sua livre circulação. Sobre isso, há um discurso do então arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Sherer, em que elogia as autoridades da então administração (Ildo Meneghetti era o prefeito na época), pelo empenho coercitivo em relação a certas publicações. Ao mesmo tempo, lamenta as sentenças judiciais que continuavam dando ganho de causa aos proprietários de estabelecimentos comerciais que vendiam “literatura corruptora”:

(...) Contra [as publicações impregnadas de sensualismo], por diversas vezes, nesta capital e em outros pontos do País, foram iniciados amplos movimentos populares para obter a apreensão e proibição de semelhante literatura corruptora pelas autoridades competentes, já que os exploradores

gananciosos de tão tôrpe comércio não reagem a motivos de consciência. Conseguimos no curso da atual administração e na vigência do governo anterior o apoio eficaz das autoridades. Mas, diante de uma sentença judicial proferida nessa cidade e de outra mais recente na capital da República, dando ganho de causa aos proprietários de revistas obscenas (sic), com profunda mágoa devemos confessar que do poder judiciário já não esperamos proteção nesta campanha moralizadora. (REVISTA UNITAS, 1954, p. 9)

Nessa manifestação, o ataque de D. Vicente se dirigia de forma mais direta às publicações que veiculavam sensualismo. Criticava a “deplorável falta de pudor com que, (...) fomentando a indisciplina dos costumes, senhoras vaidosas e frívolas se apresentam despidas em público”. Em comparação a isso, considerava “bem menos perniciosas” as revistas infanto-juvenis “deseducativas” contra as quais se promovia intensa campanha” (Ibid.).

O tema dos impressos infanto-juvenis fez convergir, assim, esforços de políticos e jornalistas, cujos papéis não raras vezes se confundiam: o vereador Alberto André, considerado o “elemento número um” de combate à *má* literatura, era também jornalista, assim como o deputado Cândido Norberto dos Santos, autor de uma das leis de taxação dos impressos. Alberto André era, ainda, funcionário do Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas, do qual se encontrava afastado em virtude do mandato eletivo. O vereador Alfredo Hofmeister, outro político combativo em relação aos impressos juvenis, definiu a dupla inserção do colega, chamando-o de “‘dublê’ de jornalista e Vereador” (SESSÃO PLENÁRIA, 163,1953, p. 1071).

Assim, entre as práticas legislativas e a imprensa que apoiava a campanha moralizadora em curso (destacam-se os jornais Correio do Povo e Jornal do Dia), havia um fluxo recíproco e contínuo. Vereadores e deputados solicitavam inserção nos Anais das respectivas Casas de reportagens veiculadas na imprensa e esta, por sua vez, fazia repercutir em suas páginas debates e discursos proferidos nas tribunas. A manchete que segue (Figura 6) exemplifica esse movimento. Na matéria que a acompanha, o Correio do Povo noticia a inserção nos anais da Câmara Municipal da reportagem do jornalista e vereador Alberto André, publicada no jornal²⁹. E também reproduz, na íntegra, o discurso do vereador Alfredo Hofmeister, proferido em plenário, em que argumenta sobre a pertinência daquela inclusão.

²⁹ Trata-se da matéria intitulada “Estamos educando uma geração na leitura de monstruosas histórias de quadrinhos”, referida nas páginas 35 a 38.



Figura 6 – Notícia sobre reportagem do Correio do Povo publicada nos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre³⁰

Conforme o jornal, Hofmeister teria salientado em seu discurso que a tomada de posição contra as “publicações obscenas e atentatórias à moral”, bem como as histórias em quadrinhos de “fundo deseducativo e deformadores da personalidade da juventude em formação” têm em vista a preservação da “sagrada defesa da família e da sociedade, instituições que vêm sendo vergastadas pela ação deletéria e dissolvente desses agentes corruptores”. E reforça que a reportagem de Alberto André “tem esse sentido reajustador”, merecendo, portanto, registro nos anais da Câmara (CORREIO DO POVO, 1953c, p. 5).

Diante do exposto até aqui, passamos à referência a outro importante foco de nossa pesquisa. Tão destacadas quanto os discursos e as ações empreendidas por jornalistas, legisladores e profissionais da educação, figuram as ações da Igreja Católica, especialmente através das manifestações do Cardeal Alfredo Vicente Scherer³¹, arcebispo titular de Porto Alegre de 1947 a 1981. Por vinte anos, D. Vicente dirigiu o boletim oficial da Arquidiocese, intitulado *Unitas*, e manteve a decisão de seu antecessor, D. João Becker, de criar e fortalecer um jornal católico – o *Jornal do Dia* (MOESCH, 2007, p. 39).

No Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), foram encontrados os boletins da arquidiocese, reunidos na *Revista Unitas* e, neles, a referência a uma outra Comissão, inclusive, com portaria de nomeação. Trata-se da “Comissão Arquidiocesana de defesa da fé e dos costumes”, instituída pelo

³⁰ CORREIO DO POVO, 1953c, p. 5.

³¹ Sua biografia foi escrita pelo prof. Edy Job Pizzato, secretário do arcebispo por vários anos. Ver: PIZATTO, E. J. *Dom Vicente Cardeal Scherer no seu tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2005, 254 p.

arcebispo, em junho de 1953, da qual faziam parte: Liberato Salzano Vieira da Cunha³² (presidente da Comissão), Jorge Casado de Azevedo, Alaor Terra, Marinha Lopes e Zilda Machado da Rosa (REVISTA UNITAS, 1953a, p. 29). As atribuições dessa Comissão assim foram definidas pelo próprio arcebispo que a nomeou:

Cabe a esta COMISSÃO articular todas as forças ativas do laicado católico e pessoas honestas, sob nossa direta orientação, para um vasto movimento de ação apostólica no elevado objetivo de preservar os valores espirituais ameaçados em constantes e ousadas investidas com que os agentes do mal, conciente (sic) ou inconcientemente (sic), visam a derrocar os fundamentos insubstituíveis da dignidade humana e cristã e da felicidade dos indivíduos, das famílias e da Nação. (Ibid., grifo do autor)

A iniciativa de D. Vicente foi sem demora elogiada pelo vereador Alfredo Hofmeister, através de um pronunciamento no plenário da Câmara Municipal, na mesma sessão em que solicitou a inserção nos Anais da Casa da reportagem de Alberto André publicada no Correio do Povo. Em relação à Comissão criada pelo arcebispo, Hofmeister afirmou ter ela o mesmo “objetivo protetor” da campanha contra os impressos imorais, destacando suas atividades:

em plena atividade, tem, pelos meios ao seu alcance, orientado a juventude e mocidade para a leitura escolhida e sadia, para a boa escolha do filme a ser visto – condenando os de fundo licencioso e imoral – para a sintonia de bons programas radiofônicos de conteúdo nobre e educativo, e, para tantas outras iniciativas e atitudes práticas [que muito necessitam de] cooperação para o soerguimento de nossa sociedade (CORREIO DO POVO, 1953c, p. 5).

Ainda nesses boletins, D. Vicente, sob o título “Problemas do momento”, “Imperativos da hora”, por exemplo, escreve sobre os temas mais variados e em pauta naquele momento histórico: a família e as más leituras; modas e publicações condenatórias; a política e a moralidade dos costumes; defesa contra os vícios sociais, a ameaça do comunismo, entre tantos outros. Os boletins eram o instrumento de comunicação da arquidiocese com a comunidade católica. Neles, divulgavam-se as mais variadas notícias e ações, a exemplo do “Curso Radiofônico de preparação para o matrimônio”, a cargo do arcebispo, cujo tema era “literatura perniciosa”. Sobre esse tema, mais especificamente sobre a “Campanha Pró Boa

³² Liberato Salzano Vieira da Cunha foi deputado estadual, eleito em 1950 e 1954; em 1955, renunciou ao legislativo estadual para assumir a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, em cujo mandato foi instituída a Comissão Especial do CPOE/RS.

literatura Infanto-Juvenil”, D. Vicente assim se manifestou, em 25 de novembro de 1953, data em que estava em curso, em Porto Alegre, a “Primeira Semana da Boa Leitura Infanto-Juvenil”:

Queira a V. Revma. emprestar o apóio à campanha, em boa hora iniciada, sob a égide dos senhores Secretários de Justiça e de Educação, por espíritos esclarecidos e preocupados com os prejuízos que à evolução psicológica e à educação das crianças causa a perniciosa literatura que se lhes destina. Devemos ser gratos às dignas autoridades que colocam a influência oficial e o poder coercitivo ao serviço de um apostolado sempre por nós feito, talvez com resultado escasso, precisamente pela falta de medidas enérgicas do poder público contra os que se mostram insensíveis a motivos de consciência (sic) por nós invocados. (REVISTA UNITAS, 1953b, p. 256-257)

Nesse contexto, a campanha deflagrada ainda nos anos 1940, recrudescida nos anos 1950, através de iniciativas como a do Pe. Pauquet (em 1952) e de vereadores e jornalistas como Alberto André (em 1953), significou, talvez, o fio de uma meada, cuja dimensão possivelmente não conseguimos apreender no espaço e tempo dessa investigação. No entanto, nossa intenção, conforme já referimos, não é a de dar conta das “origens” dessas práticas, mas de compreender sua contingência e historicidade, o que indiciam e em que princípios se baseavam.

É possível perceber que homens e mulheres católicos circularam nos mais variados postos públicos, ligados diretamente à educação e à atividade legisladora. Empenharam-se em propor formas de controle do acesso a determinados impressos considerados prejudiciais à infância e à juventude. Supunham que tais objetos tinham força suficiente para abalar, ou mesmo fazer sucumbir, os princípios morais católicos que defendiam. Ainda, acreditavam que tais publicações tinham força de sugestão capaz de levar os leitores “mirins” à imitação de comportamentos, gestos e ações indesejáveis ou desautorizadas.

Foi, pois, pensando nessa “rede” de discursos e de ações empreendidas contra a circulação de determinada literatura, e tomando como inspiração o estudo de Roger Chartier (2004) sobre a *feira popular* no Antigo Regime, que se chegou à elaboração do título da dissertação. De acordo com o historiador, “a feira ‘popular’ foi pensada pelas culturas dominantes como um obstáculo maior à afirmação de sua hegemonia religiosa, ética ou política, [sendo] alvo de um trabalho, sempre recommençado, visando destruí-la, desbastá-la, discipliná-la (...)” (2004, p. 23). Nesse contexto, o autor aponta as censuras eclesiásticas como sendo as mais antigas e

importantes, “a ponto de serem frequentemente retomadas pelas autoridades civis, parlamentares ou municipalidades” (Idem. p. 25), transformando-se, sem demora, em uma “aliança de poderes” (Ibid).

Interdição, triagem e intervenção das autoridades são, pois, as três estratégias utilizadas pelas autoridades eclesiásticas e civis para censurar a *feira popular* no Antigo Regime. A interdição, por ser uma estratégia de erradicação, é tida como a mais radical. Através dela, “a instituição eclesiástica visa impor sua ordem ao espontâneo, enquadrar a liberdade popular, extirpar suas manifestações intoleráveis” (Idem, p. 28). A triagem, por sua vez, visa separar o núcleo lícito do ilícito – as “boas” e as “más” leituras e condutas, fazendo uma analogia com o nosso estudo. Assim, estratégias semelhantes parecem ter sido utilizadas, no contexto de nossa pesquisa, para tentar controlar a livre circulação da literatura impressa, bem como das leituras livres, espontâneas, aquelas empreendidas pelos jovens longe do tutelamento da escola, da Igreja e da família.

Desse modo, fomos nos movendo no labirinto, entre rastros e pistas. Deixando-nos conduzir pelos documentos e pelas indagações suscitadas, fomos abrindo caminho aos poucos. Um documento nos levava a outro, sucessivamente. Dessa forma, foi possível mapear uma rede de práticas discursivas sobre a literatura e o leitor jovem e sobre o desejo de regulação, através das tentativas de interdição de determinados impressos, livros ou revistas, em quadrinhos ou não.

2 O PERIGO DAS LEITURAS LIVRES

Grande é a influência da leitura em todos os recantos do psiquismo, nenhum escapa à sua penetração (...) – cada um recebe de algum modo o seu influxo para se aperfeiçoar ou se aviltar. (Yvone Ribeiro de Moraes, 1962)

Na epígrafe acima, a autora, integrante da Comissão Especial do CPOE/RS, expressa uma crença em torno da qual parecia haver um claro consenso: acreditava-se no *poder* da leitura – para o *bem* e para o *mal*. Por isso, *ler* era uma prática considerada *perigosa*, que necessitava ser ordenada, regrada, tutelada. Conforme Chartier, ler é “decifrar, cada um à sua maneira, (...) os materiais impressos que circulam” no mundo social (2004, p. 174). Está implícito, nessa formulação, o conceito de “apropriação” do livro pelo leitor, e não “expropriação do leitor pelo livro”, conforme destaca Pécora (2001, p. 15.). Com base na manifestação da professora, entretanto, a leitura não era entendida como uma prática que se dá à *maneira do leitor*, mas à *maneira do texto*, do que *ele sugere*, numa perspectiva que anula o campo de ação do sujeito.

Tal crença foi observada não só nas proposições que visavam o controle da literatura, mas também no empenho em oferecer às crianças publicações *sadias*. Conforme o vereador de Porto Alegre, Ary Sanhudo, “antes de se condenar a má literatura infantil, antes de se procurar banir esta literatura, [tinha-se] a obrigação de propiciar, de dar boa literatura, literatura barata às crianças” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1075).

Também com o propósito de oferecer “boa” literatura às crianças e jovens, José Mariano de Freitas Beck, Secretário de Educação e Cultura³³ no governo Ernesto Dornelles (1951-1955), convidou as professoras Maria da Glória Albuquerque e Nancy Mariante, ligadas ao CPOE/RS, para “criarem, com a maior urgência, uma revista infantil no âmbito da secretaria [para fazer frente aos] ‘gibis’ da época, considerados perniciosos à formação infantil e juvenil” (CAMPUOCO, 1981, p. 10). Assim, passou a circular, no período de 1954 a 1963, a Revista Infantil Cacique³⁴. O novo periódico era amplamente distribuído às delegacias de ensino, escolas e secretarias de outros estados. Também contava com assinantes de vários estados brasileiros, além de ter seus exemplares vendidos de forma avulsa e com preços simbólicos pela Distribuidora Laporta (Ibid.). A linha de ação da Revista foi assim explicitada, em seu primeiro número, pela professora Nancy Mariante:

Deus permita que ela responda à tua curiosidade em suas informações e, em tudo, te leve os pensamentos, os desejos, as ações, para as coisas boas e sadias da vida. Assim, se esta revista te agradar e nossos desejos se realizarem, ficaremos imensamente felizes, na certeza de que estamos te ajudando a crescer para a Verdade e o Bem (CAMPUOCO, 1981, p. 10).

A Revista Cacique, no intuito de angariar colaboradores, promoveu concursos de literatura infantil, com inscrição livre, tanto para adultos quanto para escritores mirins. As regras que regiam tais concursos eram claras: “o conteúdo das histórias, além de recreativo, deverá despertar no leitor o desejo de ser bom, generoso e de praticar boas ações” (REVISTA INFANTIL CACIQUE, 1958). Evidencia-se, portanto, o caráter prescritivo, moralizante e disciplinador que sustentava os propósitos dessa revista. A partir de estudo realizado sobre a produção discursiva desse impresso pedagógico, BASTOS afirma que especialmente a “imprensa de educação e de ensino são meios de difusão do conhecimento, pois perpassam um saber com status de verdade que pretendem submeter o leitor – sua consciência e conduta” (1994,

³³ Durante seu mandato, Freitas Beck assinou o Decreto nº 4.898, de 13 de março de 1954, que regula o Ensino religioso nas escolas oficiais do estado. Conforme esse documento, o ensino religioso passou a constituir disciplina integrante do plano de estudos, dos cursos primário, rural, secundário, normal e profissional, de matrícula facultativa. Para os alunos inscritos a frequência era obrigatória. Os demais (não inscritos), nos períodos destinados à religião, deveriam assistir a aulas que versassem sobre princípios de moral que orientaram a vida de homens e mulheres que se destacaram em suas ações por altas qualidades de espírito e caráter.

³⁴ Publicação da Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul, de periodicidade quinzenal. Sua circulação se estendeu de 1954 a 1963, com uma pausa de quase dois anos (1960 e parte de 1961). A sede localizava-se na Rua dos Andradas, nº 1428, em Porto Alegre.

p.51). Sobre essa manifesta “vontade disciplinante”, Chartier sugere “não considerar como totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos, as falas ou os exemplos que visam moldar os pensamentos e as condutas da maioria” (2004, p. 13). O autor observa que os usos que os sujeitos fazem desses textos “não são redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas” (Ibid.) ou, ainda, que a “força de imposição de sentido (...) não anula o espaço próprio de sua recepção, que pode ser resistente, astuta, rebelde” (CHARTIER, 2004, p. 16).

Nos anos 50 do século XX, entretanto, a força sugestiva dos textos e seu caráter formador emerge como idéia explicitada em diferentes discursos. Uma das sessões plenárias da Câmara Municipal de Porto Alegre, espaço de discussão do tema, é emblemática em relação a essa idéia que atribui aos textos a força de *moldar* condutas. Na ocasião, vários vereadores, em seus discursos, dedicaram-se a noticiar fatos que, para eles, evidenciavam o perigo das “más” leituras. O vereador Alberto André, por exemplo, leu um telegrama da United Press, publicado no jornal O Estado de São Paulo³⁵, sob o título “Atirou no pai depois de ler uma história em quadrinhos”. O telegrama noticiava um fato ocorrido na cidade de Pontiac (Michigan-EUA), em que um menino de onze anos atirou no pai para vingar-se de uma surra que havia levado. Perante a polícia, o menino teria contado que teve a idéia “lendo uma história em quadrinhos” (SESSÃO PLENÁRIA, 157,1953, p. 616). O vereador Fernando Schneider, por sua vez, relata fato semelhante, porém, este, ocorrido em Porto Alegre: “um garoto com dez anos de idade, tendo lido num desses ‘gibis’ que existia um homem de pescoço de aço, que nunca conseguiram enforcá-lo, foi tentar essa façanha e morreu!!!” (Ibid.).

Ainda, na mesma sessão, o vereador e escritor Josué Guimarães fez cômico com os colegas parlamentares ao citar a opinião do então promotor do Distrito Federal, Augusto Pamplona, “sobre a influência nociva das historietas em quadrinhos” (Idem, p. 615). Segundo o vereador, o promotor teria afirmado a um jornal carioca que “a única ilação a que se chega, analisando-se as famigeradas histórias em quadrinhos, é que estimulam os maus instintos e conduzem os adolescentes à prática de atos reprováveis”. Segundo ele, essa influência não estaria poupando nem mesmo os praças da Polícia Militar e de outras corporações, entre os quais se verificavam crimes cujos aspectos se assemelhavam aos

³⁵ Edição de 26/09/1953.

“descritos e enaltecidos nas historietas despidas de qualquer fundo pedagógico” (Ibid.). Para concluir seu discurso, Guimarães relata o caso da sentinela do Forte de Copacabana, que “desfechou um tiro num avião comercial, em pleno vôo, atingindo-o numa das asas e ferindo um passageiro”. De acordo com o vereador, os jornais teriam publicado, na época, amplas reportagens sobre o caso, “revelando todos eles o fato de que o soldado era leitor contumaz de historietas em quadrinhos, pautando sua conduta, quase sempre, a exemplo dos falsos heróis das falsas histórias” (Ibid.).

Tais casos eram relatados sem qualquer menção a uma suposta doença psicológica, causa primeira dos atos considerados desajustados, sendo as histórias em quadrinhos apenas o meio indutor. A simples coincidência daqueles fatos com o gosto manifesto pelos gibis era suficiente para a causa do “desajuste” se impor: a leitura de quadrinhos.

Uma vez que, na época, prevalecia uma concepção que pensava a relação direta entre os textos e as condutas, certa literatura deveria ser evitada. Tal concepção foi também observada no Código de Ética da Associação Brasileira de Educação (ABE)³⁶, de 1948, em que são prescritos os temas “censuráveis” e os “aconselháveis” nas revistas. Dos temas censuráveis, destacamos os seguintes:

As histórias não versarão nunca temas imorais, impatrióticos, sectários, dissolventes, desanimadores, capazes de criar ou estimular a descrença, a indolência, a luxúria, a devassidão, o preconceito de raças, o crime, a irresponsabilidade, a passividade. Essas histórias devem ter sempre um fundo moral, nunca podendo ser apontadas como fonte de sugestão a qualquer prática nociva. As histórias não devem ser reduzidas a historietas, mas incluir seções de informação cultural em todos os domínios, desde a ciência até a história, geografia, vida literária, política, economia, viagens, etc. (...) Nunca é demais que jornais e revistas procurem associar seus leitores à vida da publicação, por meio de concursos culturais, na base de perguntas e respostas, maratonas e outras competições. (JUNIOR, 2007, p. 395-396)

As proposições trazidas por esse documento reforçam a idéia segundo a qual os textos veiculados nas revistas podem se constituir em fonte de sugestão a *práticas nocivas*. Portanto, têm a força de *moldar* condutas. Também reforçam a idéia de que toda literatura dirigida às crianças e jovens deve ser *instrutiva*, isto é, ter um “fundo” pedagógico e moral. O “verdadeiro objetivo” da literatura infantil é

³⁶ Conforme Cury (1978), a ABE, fundada em 1927, “congregava um grande número de educadores brasileiros e promovia de tempo em tempo a Conferências Nacionais de Educação onde eram discutidas linhas e sugestões referentes ao ‘problema educacional’” (p. 22).

“recrear, educando”, afirmava também a professora Flora Nobre, na Revista do Ensino (1954a, p. 12). A professora assim explicitava as principais finalidades educativas da literatura infanto-juvenil:

despertar sentimentos nobres e democráticos; inculcar no espírito da criança o desejo de servir e praticar o bem; despertar interesse pelas tradições brasileiras; combater certas crenças prejudiciais à formação moral ou à saúde; despertar simpatia pelas plantas e pelos animais úteis. (Ibid.)

O propósito de inculcar normas e preceitos, através da literatura, era recorrente nas proposições que então eram feitas. É possível também perceber uma relação entre as sugestões trazidas no Código da ABE referido e as orientações que guiavam a publicação da Revista Cacique. O concurso de literatura juvenil promovido pela revista, ao qual fizemos referência anteriormente, pode ser considerado como um exemplo da estratégia que sugeria “associar [os] leitores à vida da publicação”. A própria escolha do nome do periódico foi feita por “leitores mirins”, a partir de uma pré-lista enviada às escolas primárias. Dentre as sugestões apresentadas, as crianças deveriam manifestar suas preferências. Assim, “Cacique” foi o nome mais aceito por seu suposto público leitor (CAMPUOCO, 1981, p. 10). Estratégias semelhantes eram também exploradas, vale frisar, pelas grandes editoras responsáveis pela publicação e divulgação no Brasil das histórias em quadrinhos de origem estrangeira. O Código da Associação Brasileira de Educação traz, ainda, os temas “aconselháveis”, dentre os quais destacamos:

A observância dos preceitos morais, que representam a base indestrutível de nossa civilização, de essência cristã, transmigrada do Ocidente europeu e aclimatada na América. O desenvolvimento da imaginação das crianças e adolescentes, tão propício por força da idade, de tão fecundos efeitos, quer sob o ponto de vista individual, quer sob o ponto de vista social, pelas descobertas e invenções que pode gerar. (JUNIOR, 2004, p. 396)

Como se observa, a moralidade que se queria ver impressa era a católica. A força do argumento contra certas publicações se efetivava, em especial, nessa articulação com o discurso religioso. Também comparece nesse excerto do Código a preocupação com a imaginação infantil, por sua potência criativa e inventiva – para o bem, mas também para o mal. O tipo de literatura a que a criança tinha acesso ou a

ela era alcançada pelo adulto era considerado um elemento decisivo em sua formação. Daí a necessidade de controle sobre a literatura que então circulava e de tutela sobre a leitura das crianças e jovens.

As prescrições e as recomendações de interdição andavam lado a lado com as sugestões do que *podia ser*. É assim nas nominatas já mencionadas, que trazem os títulos “recomendáveis” e “aceitáveis”, ao mesmo tempo em que listam as revistas “desaconselháveis”, “reprováveis” e “proibidas”. É assim também no Código da ABE. Nesse sentido, a consideração do vereador Alfredo Hofmeister é emblemática:

Não basta que combatamos sómente está má literatura, esta literatura perniciososa, é necessário, também, que se ofereça uma boa literatura, uma literatura sadia, que substitua aquela que nós consideramos perniciososa à formação da nossa gente. (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1071)

Nesse contexto, o preconceito e os estereótipos construídos especialmente em torno dos gibis, tão logo eles apareceram no mercado editorial brasileiro, eram grandes e o ataque se dirigia, principalmente, ao conteúdo e linguagem. Como afirma a segundanista do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Porto Alegre, Ada Vaz Cabeda, “as revistas têm preferência especial. Elas, entretanto, devem ser escolhidas cuidadosamente para não servirem de agentes deformadores da personalidade infantil” (REVISTA DO ENSINO, 1954e, p. 21).

A palavra associada ao desenho – elementos constitutivos dos gibis – eram considerados “recursos primorosos”, desde que veiculassem idéias “sadias”. A maioria das revistas, na visão de especialistas da educação, trazia conteúdo “mais estrangeiro que brasileiro” e exaltava “os heróis de outros povos, deixando à margem a nossa glória passada” (REVISTA DO ENSINO, 1962, p. 5). Percebe-se, aí, a vontade de difundir uma história oficial, uma interpretação autorizada, que fixa e conserva um sentido a partir do culto aos heróis nacionais, exemplos intocáveis de conduta.

Paralelamente à constatação de que havia à disposição das crianças as mais variadas publicações – “boas, más, sinceras, pérfidas, sublimes ou miseráveis” –, advertia-se quanto ao uso exclusivo dos gibis, capaz de “embotar a imaginação” e “cercear o espírito criador infanto-juvenil” (Ibid.). A crítica se dava também em relação à proliferação desses impressos, que suplantava “a revista de propaganda, o

jornal, o boletim religioso, o livro de catecismo, as obras literárias e o próprio anúncio” (REVISTA DO ENSINO, 1956d, p. 48-49).

Assim, a preocupação maior parecia residir no julgamento de tais objetos, designando-os pela alcunha pejorativa de “subliteratura”, “pseudo literatura”, “falsa literatura”, “literatice” e “historieta”. Recorremos ao dicionário, que traz como definição de “literatice” um tipo de “literatura ruim ou ridícula”, também denominada literatismo; nesse mesmo sentido, “historieta” é considerada uma “narração sem importância” (FERREIRA, 1995). Além do empenho em desqualificar as histórias em quadrinhos, associava-se a força de seus efeitos à de outros corrosivos males, como o envenenamento, a intoxicação, o vício. Ainda, os termos “literatura” e “leitura” costumavam aparecer, nos discursos em questão, acompanhados de adjetivos que as qualificavam ou difamavam. Quando o assunto era a “famigerada” literatura, a força dos argumentos que intentavam desautorizá-la recaía sobre o uso de adjetivos como: má, pernicioso, imoral, nocivo, daninha, falsa, nefasta, corrosiva, deletéria, entorpecente, pérfida, miserável, preguiçosa, subversiva, comunizante. Esse sentido visado e imposto a certos impressos, no entanto, pode não corresponder ao sentido dado pela maioria e por seus supostos leitores.

Como normalmente os termos “literatura” e “leitura” apareciam associados, sem uma distinção clara entre os dois, cabe esclarecer que literatura infantil ou infanto-juvenil era, para especialistas do campo da educação, toda literatura “recreativa”, “todo o acervo de bela e agradável leitura, que também não deixa de ser cultural” (CARVALHO, 1959, p. 72). Era uma literatura que tinha entre seus objetivos: “aperfeiçoar o caráter, pois sabemos que a arte é, sobretudo, edificante e moralizadora, predispondo o espírito para os valores estéticos e éticos, para o Bem e para o Belo (Ibid.). Qualquer outra publicação destinada ao público infanto-juvenil que não correspondesse às expectativas acima mencionadas eram desqualificadas e desautorizadas³⁷.

Já a prática da leitura é identificada através de um sujeito que lê, em um dado tempo e lugar e de determinada maneira. Para Chartier (1995b), trata-se, ainda, de uma prática “criativa”, através da qual o leitor “inventa significados (...) não redutíveis às intenções dos autores dos textos e produtores de livros” (p. 214). Concepção esta

³⁷ Apesar de os discursos apontarem para uma literatura autorizada, todas as publicações que se dirigiam ao público infanto-juvenil eram alvos de preocupação, exame e regramento. Por isso, no contexto deste estudo, estamos considerando “literatura infanto-juvenil” toda a produção destinada a crianças e jovens.

que parece se afastar do horizonte para o qual os discursos religiosos, políticos e pedagógicos aqui analisados apontavam.

Sobre a prática da leitura incidia um forte desejo de tutelamento, talvez porque pensada como uma prática que levava o leitor a imitar o que os textos comunicavam, o que as histórias “imorais” e seus personagens “desajustados” sugeriam. Interessante, no entanto, foi ter encontrado uma concepção diferente de leitura e de leitor, num período bem próximo ao que estamos considerando em nosso estudo. Em uma publicação de 1960, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, deparamo-nos com o seguinte conceito de leitura:

Hoje, (...) entende-se a leitura como um processo de reação individual para que se verifique uma relação operante entre o leitor e o texto. Os processos mecânicos, mentais e emocionais, que a leitura envolve, variam de indivíduo a indivíduo. O domínio do sentido não depende só das palavras lidas, mas, sobretudo, do que elas significam e sugerem dentro do contexto. A acuidade intelectual, a sensibilidade e a experiência são fatores decisivos na interpretação de uma página impressa. (SILVEIRA, 1960, p. 46)³⁸

Nessa formulação, ao leitor não é reservado um lugar de total submissão ao texto, afirmando, inclusive, que a leitura só se efetiva na relação “operante” entre o leitor e o texto. Portanto, nessa perspectiva, ler é uma prática produtiva, na qual o leitor “reage” ao texto e “opera” sobre ele. Não nega a força sugestiva dos textos. Mas a relativiza, uma vez que o domínio do sentido depende, sobretudo, do significado das palavras e do que elas sugerem dentro do contexto, sendo decisivas a perspicácia, sensibilidade e experiência do leitor. Ainda conforme a autora, a leitura só pode ser considerada como tal se o leitor for capaz de atribuir sentido, de interpretar o que leu. (Idem, p. 47). Ao mesmo tempo, a autora propõe que as atividades que envolvem o ensino da leitura levem a criança a “desenvolver o gosto e o hábito das boas leituras” (Ibid.). É preciso educar sua vontade, seus interesses:

³⁸ Segundo nota explicativa escrita por Anísio Teixeira (então diretor do INEP), a obra (“Leitura na Escola Primária”) constituía a terceira publicação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do INEP, na Série II – Livros de Texto, “destinada a profissionais da educação primária e a professorandas” (p. 13). A autora, Juracy Silveira, é apresentada como Assessora Técnica do Secretário de Educação do então Estado da Guanabara, professora de Metodologia da Linguagem, no Instituto de Educação do mesmo Estado, e ministrante de Cursos de Aperfeiçoamento de Professores de Linguagem dirigidos ao magistério das Escolas Normais.

Na leitura, como em tudo mais, precisamos avaliar a qualidade dos interesses para deliberar quais os que devemos incentivar, dirigir e desenvolver, dado ensejo ao aparecimento de novos interesses, e quais precisamos refrear ou substituir. (...) A função do professor não se limita a ensinar a ler, mas a propiciar experiências de leitura que estimulem os interesses, criando-se no aluno a atitude de desejar ler o que é belo, útil e construtivo. A arte de ensinar não significa saciar interesses, mas alimentá-los, enriquecendo-os. (Ibid.)

Nesse ponto, as proposições de tutelamento da leitura observadas no excerto recém referido se aproximam daquelas encontradas na discursividade em estudo. Assim, no contexto dos anos 1950, eram expressos, em diferentes espaços, enunciados que insistiam no fato de que os impressos dirigidos ao público infanto-juvenil, fossem eles livros ou revistas, em quadrinhos ou não, eram perigosos, devendo passar, necessariamente, pelo crivo e censura de especialistas e da escola – responsáveis por seu julgamento, classificação, seleção e interdição.

Embora a preocupação se estendesse a toda e qualquer publicação periódica dirigida ao público infanto-juvenil, os quadrinhos foram alvo de atenção redobrada pela popularidade que vinham conquistando desde os anos 1930. Tal popularidade costumava ser diagnosticada através de pesquisas feitas com crianças sobre suas preferências de leitura. Uma dessas investigações foi realizada em São Paulo e minuciosamente relatada em um artigo da Revista do Ensino. A autora, C. Edissa Zulmires de Campos, professora de Metodologia do Ensino Primário no Instituto Feminino de Educação Padre Anchieta, contextualizava sua pesquisa, fazendo referência ao I Congresso Estadual de Professores Primários, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), em cujo término aprovou-se a tese: “Precisamos de melhores revistas para as crianças” (REVISTA DO ENSINO, 1956d, p. 48).

O artigo descreve que foram três as perguntas feitas às crianças entrevistadas: a) Você gosta das revistas em quadrinhos? b) Por que você gosta das revistas em quadrinhos? c) Qual a revistinha que você mais gosta? Segundo a professora, a análise minuciosa a que foram submetidas cada revista citada pelas crianças possibilitou saber quais impressos deveriam ser “condenadas” e quais elementos as prejudicavam: conteúdo, apresentação, ilustração, linguagem, etc. Também são listados os títulos das revistas consideradas “perniciosas”, principalmente por seu conteúdo: Fantasma, Gibi, Rocki Lane, Zorro, Globo Juvenil, Guri, Aí Mocinho, Durango Kid, Capitão Marvel, Grande Hotel, Rosalinda, Super homem, Gilda, Biriba, Cavaleiro Negro, Terror Negro, Dom Xicote (Idem, p. 49).

Na seqüência de seu artigo, a autora destacava os “maus elementos” explorados nessas revistas: o crime, o assassinio, o roubo, as falsificações, a ambição, o terror, a vingança, os ódios, os assaltos, os raptos, a espionagem, o ianquismo, além das restrições à linguagem, ao aspecto material, gravuras e colorido que nem sempre atendem ao aspecto educativo e artístico desejável (Ibid.). Assinalava, ainda, a “impunidade” com que, segundo ela, dava-se a distribuição de revistas nas bancas de jornais, bem como os “efeitos” dessas leituras, levando às crianças “a semente do vício, do erro, do crime, contribuindo para a delinqüência infantil e a degeneração moral” (Ibid.). Nas Figuras 7-9 a seguir, constam os “maus elementos”, conforme foram explicitados na Revista do Ensino.

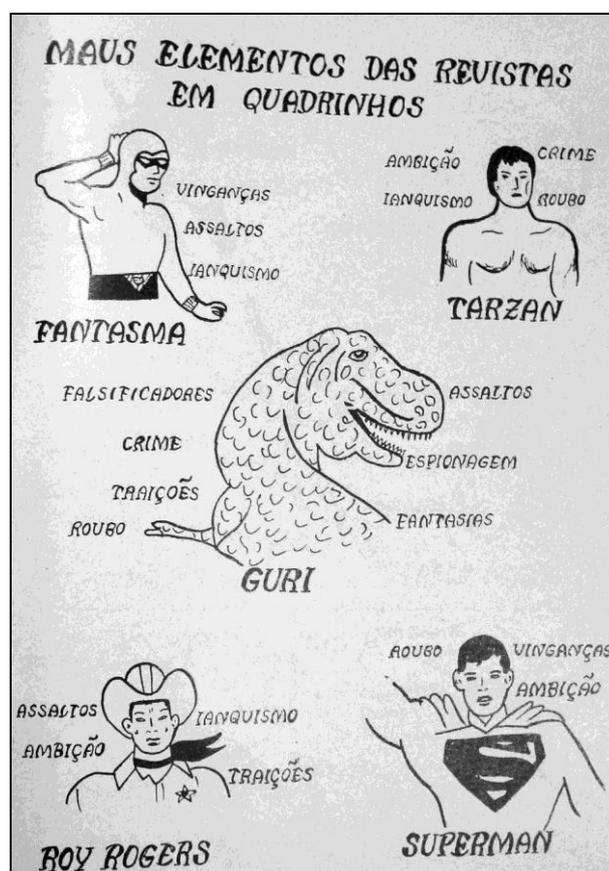


Figura 7 – Exemplar 1 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino³⁹

Os “maus elementos” representam as “más ações”, as “más condutas” a que estariam sujeitos os leitores desses impressos. Identificar os “maus elementos” era

³⁹ RE, 1956b, p. 51.

uma forma de dizer que, especialmente os jovens, por força de sugestão e imitação, eram levados a cometer crimes, assassinatos, falsificações, estavam expostos e sujeitos ao ódio, ao terror, à ambição, às influências ianques. Dos Estados Unidos, cabe ressaltar, sopravam dois ventos em franca colisão. Um deles, tentava propagar um estilo de vida e um padrão cultural e de consumo traduzido nas possibilidades de conforto material. Um conforto desfrutado especialmente por uma nova burguesia, que se beneficiava da vertiginosa recuperação econômica do país após a depressão dos anos 1930.

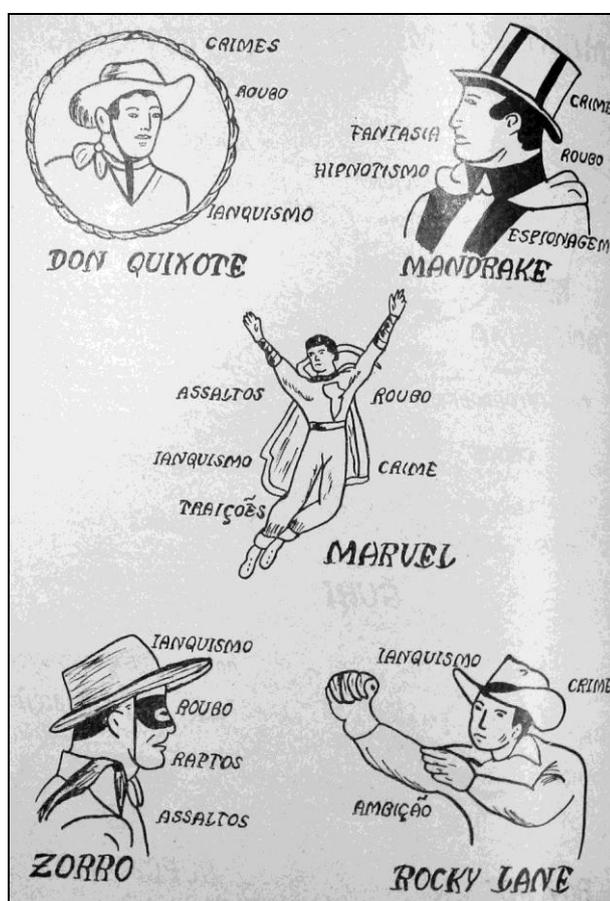


Figura 8 – Exemplar 2 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino⁴⁰

Outro vento, talvez mais preocupante para certos grupos, era aquele soprado, em especial, pelos movimentos culturais juvenis de contestação aos padrões morais conservadores e ao estilo de vida materialista então vigentes naquele país. Era de lá que também vinha a maioria dos considerados “malfadados” gibis, em cujas histórias

⁴⁰ Idem, p. 52.

a moral vigente não se via representada ou reconhecida – nem lá, onde os quadrinhos também foram, pelos mesmos motivos, alvo de severas críticas, nem aqui no Brasil. Assim, dois “maus elementos” parecem se associar à cultura ianque: o materialismo, por um lado, e as histórias que não refletiam a moral que se queria perpetuar, por outro.

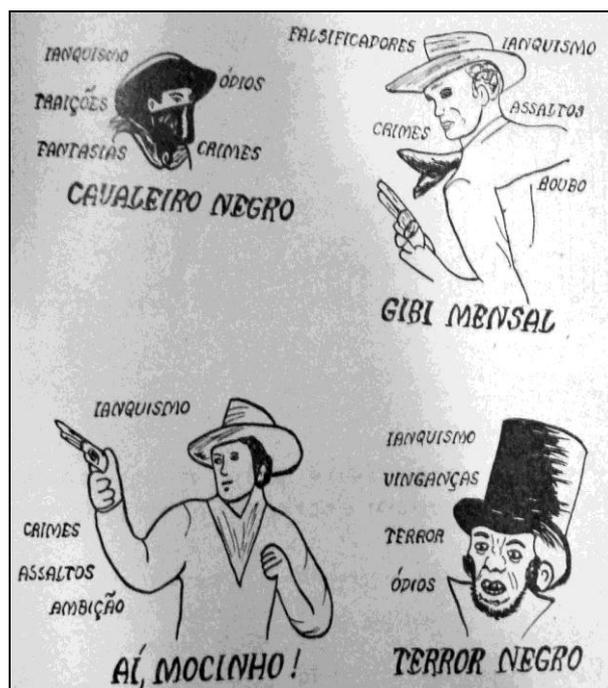


Figura 9 – Exemplar 3 dos “maus elementos” das histórias em quadrinhos publicada na Revista do Ensino
41

A manifestação que segue, cuja autoria é atribuída ao então promotor do Distrito Federal, Augusto Pamplona, também associa, de forma direta, as histórias (os textos e as imagens que os acompanham) e as más condutas:

a pluralidade de crimes sangrentos e também de natureza sexual, que vai em crescendo nesta capital e nos demais centros populosos, não provém unicamente dos reconhecidos defeitos de educação, mas em grande escala da malfadada literatura a que se dedicam jornais, revistas e folhetos. (SESSÃO PLENÁRIA, 157, 1953, p. 615)

⁴¹ Idem, p. 53.

Nas palavras do vereador portoalegrense, Josué Guimarães, “a má literatura infantil (...) é o início de tanto desajuste, de tanto crime, de tanta dissolução moral” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1069).

Também o problema dos menores abandonados era visto como reflexo da “degradação da literatura em quadrinhos”. Este era o grande “mal social” na visão do vereador também portoalegrense, Therézio Oliveira (Idem, p. 1073), que completa seu discurso, afirmando: “têm crianças com pouca idade que já são ladrões e que vão para os cárceres e tudo por culpa dessa má literatura” (Ibid.). Não raras vezes, a literatura infantil aparecia associada aos menores abandonados. A matéria do Jornal Correio do Povo, conforme a manchete que segue (Figura 10), expressa a idéia de que a juventude em geral se encontrava abandonada. E a desproteção que então a vitimava vinha, ao mesmo tempo, da legislação, da escola e dos lares.

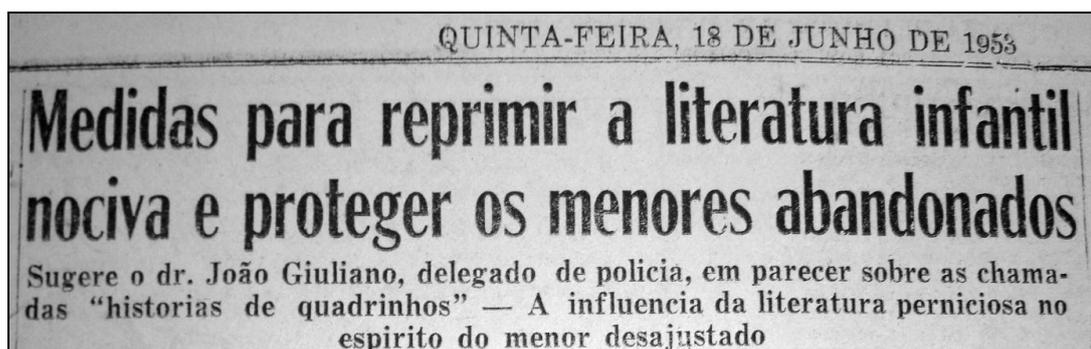


Figura 10 - Reportagem do jornal Correio do Povo relaciona literatura infantil e o problema do menor abandonado

A matéria veicula um parecer do Chefe de Polícia de Porto Alegre, João Giuliano, “estudioso dos problemas sociais e conhecido jurista”, sobre “os efeitos e as possibilidades de repressão às chamadas ‘Histórias de quadrinhos’”. Giuliano afirmava que tais efeitos “são iniludivelmente perniciosos”, pois “incutem nas crianças um sentido errado da vida”. Lamenta o fato de a polícia não ter autoridade suficiente para “debitar aos editores a responsabilidade por esse comércio deletério”. E culpa a legislação e o ensino brasileiro por tal limitação. A legislação, por sua “tendência materialista” e “menosprezo pelos interesses morais e espirituais”. O ensino, por estar “confinado entre dois extremos – tecnicismo e intelectualismo”. Para ele, “os sentimentos de honra, de disciplina moral, de fraternidade têm bem mais importância que a história, a geografia, o francês, o latim, etc.” Não culpa diretamente os “educacionistas”, uma vez que “se limitam a cumprir os defeituosos

programas oficiais de ensino”, além de terem sido educados “no mesmo falho sistema”. Investe o mesmo raciocínio para se referir à família: “os pais transmitem aos filhos a mesma educação imperfeita (...) que receberam de seus mestres” e têm suas preocupações “voltadas para a acumulação de bens terrenos, para os prazeres materiais da vida”. As mães (e, portanto, as mulheres), por sua vez,

com honrosas e gloriosas exceções, se dedicam, de preferência, ao cinema, às novelas radiofonizadas, aos institutos de beleza, aos desportos, ao cigarro, à dança, às diversões de toda espécie. Não lhes sobra tempo nem mentalidade para cuidar da formação espiritual dos filhos. (CORREIO DO POVO, 1953a, p. 9).

Quanto à repressão a certo consumo cultural então em evidência afirmava ser “difícil”, senão “impossível”, dada a legislação penal “omissa”. O Código de Menores (arts. 128, 129 e 130), exemplificava ele, só fazia referência às “representações” (exibições cinematográficas, teatrais, etc.), ao invés de tornar seus dispositivos extensivos “a tudo quanto possa influir prejudicialmente sobre a mentalidade dos menores”, especialmente às “historietas” em quadrinhos, bem mais ao alcance das crianças que o cinema e o teatro. As histórias em quadrinhos, na visão de Giuliano, levam as crianças a “sentirem mais interesse e orgulho pela hipótese de exercer a chefia de uma quadrilha de bandoleiros, que a direção de uma indústria, de uma escola, de um laboratório, de um hospital, etc.” Por fim, propõe a “mais vigorosa campanha de recuperação de menores abandonados”, considerando como tais a juventude em geral, independente da posição política, social ou econômica dos pais (CORREIO DO POVO, 1953a, p. 9).

Essa matéria, publicada no dia 18 de junho de 1953, antecipa, em alguma medida, uma tendência que se verificará nos meses seguintes. A descrença na legislação então existente, “omissa”, porque restrita a poucos artigos distribuídos entre a Lei de Imprensa, o Código Penal e o de Menores, coincidirá ou dará lugar a proposições de vários projetos de lei que, sem as amarras da justiça federal, darão um tom “local” à repressão a certas publicações em âmbito municipal e estadual. Dois desses projetos, um em âmbito municipal e outro em âmbito estadual, serão sancionados até o final de 1953, conforme já observado.

Ainda, concepções daquela natureza, que atribuíam aos quadrinhos efeitos de longo alcance, que prejudicam os jovens nos mais variados domínios de sua existência, também foi matéria do Jornal do Dia em circulação na cidade de Porto

Alegre. O periódico católico publicou, em 1952, parte de um discurso do então deputado Liberato Vieira Salzano da Cunha, proferido no plenário da assembléia legislativa. Trata-se de uma manifestação sobre “a influência das leituras perniciosas no fracasso dos exames vestibulares”, que ganhou a seguinte manchete (Figura 11):

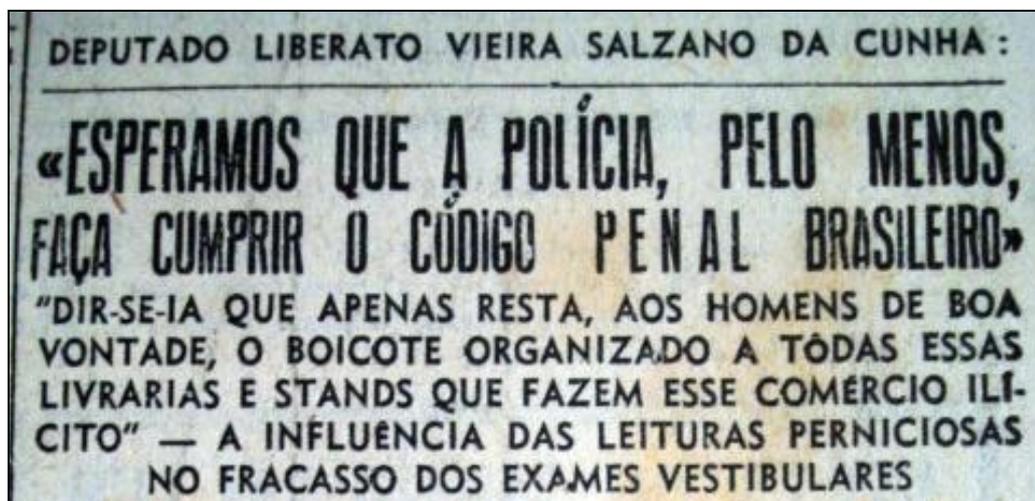


Figura 11 – Deputado atribui o fracasso nos exames vestibulares à influência das leituras perniciosas ⁴²

Conforme o deputado, é dever do governo a preservação moral da juventude e a higiene intelectual e moral das populações. Nesse sentido, associa o fracasso nos exames vestibulares ao desinteresse pelos estudos provocado pelas “leituras perniciosas”:

os mais argutos psicólogos já verificaram que esse desamor ao estudo que se vem acentuando na nossa mocidade e que se manifesta especialmente nos fracassos repetidos dos exames vestibulares deve-se, em grande parte, a uma subterrânea preguiça intelectual e manifesta fraqueza da vontade que são consequência dessas leituras pornográficas. (JORNAL DO DIA, 1952a, p. 8)

Nesse excerto, a idéia da preguiça mental mais uma vez comparece como efeito de determinada literatura, ao mesmo tempo em que busca no campo da psicologia o apoio que legitima seus argumentos.

Sobre os gibis também recaía a culpa pela retração do mercado livreiro. Uma reportagem do Correio do Povo, de 1953, atribuía a queda nas vendas de livros à perda de dois contingentes de leitores: as mulheres e a gurizada. É interessante observar como os argumentos são construídos no sentido de dar forma aos dois

⁴² JORNAL DO DIA, 1952a, p.8.

vilões da história, que, respectivamente, afastavam as mulheres e os jovens dos livros: as novelas radiofônicas e as histórias em quadrinhos:

O povo alega que não lê porque o livro está caro. Não é bem essa a razão. Aqui mesmo em Pôrto Alegre já tivemos leitura boa e barata. (...) Tudo da mais pura água. E foi águas abaixo. Preço do exemplar: 12 cruzeiros! Que estava fazendo o povo? Dormindo? Mas talvez para isso haja outra explicação. Geralmente, quando alguém compra um livro é para dá-lo à namorada, à noiva, à amiga. E dar de presente um valor de 12 cruzeiros, poderia parecer pão-durismo. Então, por que não presenteiam agora um 'livro caro', que aliás é um dos presentes mais baratos no caso? Pois um frasco de perfume custa muito mais. A resposta é mais dolorosa que a pergunta: é que as mulheres agora não lêem: descobriram outra mania, mais cômoda. Elas agora se entregam (e não querem outra vida) aos estereótipos suspeitos das novelas de rádio. (...) O mercado livreiro também perdeu outro contingente considerável: a gurizada. Bem sabemos da sede de leitura da infância e dos primeiros anos da adolescência, da voracidade com que buscam saciar a sua imaginação e a sua voracidade, através das obras de ficção. Mas têm agora as histórias de quadrinhos, aí à venda em qualquer esquina, e onde desaprendem os bons costumes e o bom português, nas poucas palavras que vêm desenhadas juntamente com as figuras. E isto para não falar nas publicações com histórias de crimes, aliás todas com a indicação: 'Proibido até 18 anos', mas cuja maior clientela é sabidamente constituída de menores. (CORREIO DO POVO, 1953d, p. 8)

Não raras vezes, atribuía-se às mulheres uma vulnerabilidade semelhante à atribuída aos jovens: elas se deixavam entregar pelas novelas de rádio com a mesma facilidade com que os jovens se deixavam capturar pelos gibis. Em alguma medida, esses argumentos buscavam autorizar e legitimar a intervenção das autoridades públicas e eclesiásticas e sua influência sobre a vida da maioria. Uma vez que não era possível controlar o acesso dos jovens a certos impressos, tão pouco baní-los dos stands da cidade, executava-se sua taxação, por força de leis e decretos propostos por vereadores e deputados. Com esse dispositivo, acreditava-se que seu consumo pudesse ser desestimulado ou mesmo abandonado. Por outra parte, uma vez que os pais não eram considerados totalmente capazes de proceder à formação adequada dos filhos, ampliavam-se as condições de possibilidade de o discurso católico, e também do campo pedagógico e político, reivindicarem para si o lugar de autoridade. A crítica a certas atitudes femininas, como o faz o jornal Correio do Povo no trecho da matéria acima citada, parece aumentar ainda mais a força desse argumento.

De alguma forma, cada um desses campos discursivos (o religioso, o pedagógico e o político) pretendia tomar para si a responsabilidade pela orientação

moral e “sadia” da sociedade. Quando irrompeu, em Porto Alegre, com toda a força, a campanha “Pró boa literatura”, em 1953, o vereador Ary Sanhudo afirmava que um dos fundamentos daquela campanha residia no “esclarecimento dos pais, dos mestres, dos responsáveis pela educação das crianças. Esta é a grande importância desta campanha”, dizia ele (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1075). Os discursos pedagógicos, por sua vez, especialmente aqueles veiculados na Revista do Ensino, procuravam argumentar que somente a escola, através da biblioteca escolar, era capaz de oferecer às crianças “boa” literatura; a ela também cabia orientar os pais, as famílias, estendendo aquela campanha até os lares. Esse intento igualmente era da Igreja Católica. A “Comissão Arquidiocesana de Defesa da Fé e dos Costumes”, por exemplo, criada por iniciativa do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, atuava no sentido de orientar os jovens e as famílias para as “boas” escolhas (de bons filmes, boas leituras, etc.). No entanto, de forma alguma esses discursos eram conflitantes. Ao contrário disso, naquele momento histórico em particular, apoiavam-se e reforçavam-se, aumentando a força de persuasão de seus argumentos.

Mas nem todo impresso era passível de condenação. Edissa de Campos salientava, na Revista do Ensino, a “inocência” de determinadas revistas, por seu conteúdo “recreativo” e orientação no “bom sentido” e manifestava seu contentamento ao verificar que “a maioria das crianças que se submeteram a [...] estudo votaram pela preferência das revistas aceitáveis: Pato Donald, Branca de Neve, Vida Infantil, Sezinho, Tico-Tico, Mindinho, Cirandinha, Pinduca e outros” (RE, 1956d, p. 50).

Sem negar, por um lado, a popularidade atingida pelos quadrinhos entre as crianças e os jovens, tampouco deixar de reconhecer as “vantagens” da sua “técnica”, a professora orientava, por outro lado, a necessidade de “incrementar o bom emprego da técnica das histórias em quadrinhos”. Precisava-se, assim, de “melhores revistas”. E anunciava como se poderia atingir tal meta:

- a) realizando policiamento e proibição da venda das publicações condenadas;
- b) melhorando as revistas consideradas aceitáveis;
- c) empregando a técnica dos quadrinhos dos nossos heróis, dos nossos tipos brasileiros, na divulgação das nossas lendas, do nosso folclore, das histórias que retratem o nosso meio, a nossa gente, a nossa terra (Ibid.).

Entretanto, a professora advertia para os *perigos* que cercam o excesso de leitura das revistas, mesmo quando inofensivas e educativas:

entendemos que não se deva por esta razão abusar deste tipo de leitura, isto porque iria a sua prática contribuir para a aquisição de preguiça mental. A criança que se habitua a este tipo de história não se sentirá mais encorajada a ler uma obra de real valor literário. (Ibid.)

Essa “dietética” aplicada à leitura, que alerta para o problema da preguiça mental, induzida pelas leituras dos quadrinhos, identificam um dentre os argumentos que sustentavam a necessidade de controle, reforçados no uso da metáfora do “envenenamento” e da idéia de “deformação”, referidos anteriormente. Esses argumentos se repetem, por exemplo, em uma coleção dos anos 1940 intitulada “Mundo da Criança”⁴³. Na introdução ao primeiro volume da obra, Ângelo Patri escreve que “as boas leituras são tão necessárias para a formação do espírito da criança, como o bom alimento é indispensável ao seu desenvolvimento físico” (1947, p. 6). Ter acesso às “boas” leituras, ou “não abusar” das “não-recomendadas”, equivale à ingestão habitual de alimentos “saudáveis”, visando preencher as necessidades específicas de um indivíduo, incluindo e/ou excluindo certos itens de sua alimentação. As prescrições referentes à leitura, feitas pelos especialistas da educação, encontram correspondência nas normas alimentares sugeridas pelo médico, reforçando, assim, a força dos argumentos para o controle visado.

É de se considerar, ainda, o argumento que associava os efeitos da leitura aos da leitura dos livros de magia, capazes de desencadear efeitos imediatos e temíveis. Conforme Daniel Fabre (2001), as fábulas sobre os livros de mágicas e sobre a eficácia de seu poder surgem quando “a escrita progride como uma inundação” (p. 202), quando igualmente proliferam as competências de leitura. Por isso, aquela prática de leitura sofrerá dupla censura: por parte do Estado (até o final do século XIX) e da Igreja (até nossos dias). Os argumentos que procuram legitimar o interdito se tornam ainda mais fortes quando essas duas censuras se encontram e se reforçam, produzindo efeitos do tipo “não li, mas disseram-me que era mau” (p. 209). Observamos uma manifestação muito semelhante a essa em uma sessão plenária da Câmara Municipal de Porto Alegre, na qual se desdobrava uma longa discussão sobre a pertinência da censura ou não de certo filme então em cartaz na capital, considerado imoral. Na ocasião, o vereador Josué Guimarães interpelou o também vereador Alfredo Hofmeister, dizendo que este não deveria criticar um filme sem antes assisti-lo. A resposta se deu assim: “Não vi, mas tive conhecimento das

⁴³ Coleção em 15 volumes. O primeiro volume, cuja introdução referimos no texto, intitula-se “Poemas da Primeira Infância”. Ver O MUNDO DA CRIANÇA, 1947.

cenar do filme. (...) Todo filme que tiver um fundo imoral eu não assistirei e estarei pronto a criticá-lo” (SESSÃO PLENÁRIA, 123, 1953, p. 991).

Ademais, a Revista do Ensino veiculava imagens de leitura que visavam reforçar a vontade de disciplinar e sugerir os contextos, as práticas e os gestos de leitura desejáveis. Nesse sentido, a maior parte das cenas de leitura representadas na Revista são de crianças lendo ou na biblioteca da escola ou em casa, na sala e na companhia atenta dos pais. No contexto da imagem que segue (Figura 12), a prática da leitura parece cercada por certa formalidade, por uma circunstância regrada. A cena é composta pela presença do adulto que, na sala, acompanha e orienta a leitura das crianças. É ele quem segura o livro e, assim, conduz a leitura da menina. Do sofá e, portanto, de uma posição que indicia certa superioridade ou domínio, acompanha a leitura do menino, que lê sozinho e de forma mais descontraída sobre o tapete.



Figura 12 – Cena de leitura no lar veiculada na Revista do Ensino ⁴⁴

Ao mesmo tempo em que se defendia a importância do livro e da leitura, alertava-se para os perigos das *más escolhas*, especialmente no caso do leitor criança ou jovem. A seção da Revista do Ensino intitulada “Biblioteca Escolar Infantil” é emblemática em difundir imagens e epígrafes que expressam essa idéia e que tinham a função de reforçar o sentido dos textos publicados. Certa vez, a seção foi inaugurada com uma frase atribuída a Vanvenarges, que diz: “Não pode haver grandes almas nem talentos sagazes sem a leitura” (1953b, p. 24). “Uma casa sem livros é como um jardim sem flores”, anunciava outra, atribuída a D’Amicis (1954a, p. 18). Outro elogio à leitura vinha do poeta Castro Alves (1954b, p. 17):

Oh! Bendito que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n’alma
É gérmen que faz a palma,

⁴⁴ REVISTA DO ENSINO, 1954b, p. 17.

É chuva – que faz o mar.

No entanto, era preciso ter cuidado, pois “se o livro pode criar mundos, pode desmoroná-los” (1956c, p. 24). Era preciso estar atento à literatura – “quando *boa*, opera milagres” (MORAES, 1962, p. 4).



Figura 13 – Cena de leitura na adversidade veiculada na Revista do Ensino ⁴⁵

É o que sugere a imagem anterior (Figura 13), que mostra a leitura como ocupação legítima e sadia. A menina, mesmo presa a uma cadeira de rodas e com um dos braços imobilizados, sorri, em demonstração dos efeitos que somente a “boa” literatura, o “bom livro” é capaz de produzir.

Do exposto até aqui, algumas idéias se destacam: a) a crença no poder do livro (para o bem e para o mal) em detrimento do sujeito leitor, concebido como desprovido de autonomia, sugestionável, influenciável; b) a crença no perigo das “leituras perniciosas de que o mercado está cheio” (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p. 71), as quais se deve, sem vacilo, interditar. Ainda, e como desdobramento, prevalece a crença de que todo livro contém, a priori, um sentido – edificante ou maléfico – apreendido pelo leitor no ato da leitura, e que este, sem a orientação do adulto e da escola, não saberá fazer a “melhor escolha”, não saberá escolher a “melhor leitura”.

⁴⁵ REVISTA DO ENSINO, 1954a, p. 19.

Por fim, as leituras levadas a cabo pelos jovens fora da escola não desfrutam do mesmo reconhecimento ou legitimidade frente àquelas indicadas pela e na instituição escolar, cuja leitura pode e deve ser tutelada pelo mestre ou autoridade pedagógica, como por exemplo, a “professora-bibliotecária”. Fora da escola, os jovens ou não lêem, ou lêem muito pouco, ou ainda, lêem “subliteratura, inconveniente, histórias em quadrinhos de atrativos aptos a despertar os instintos baixos e a viciar as grandes atitudes do ser humano, na fase mais bela e perigosa da vida” (REVISTA DO ENSINO, 1956c, p. 24).

Esses são, em síntese, alguns enunciados sobre o leitor e a leitura juvenil no contexto em estudo. A discursividade analisada evidencia uma relação direta entre a leitura e os efeitos por ela produzidos no leitor. Há, portanto, uma desqualificação do leitor, ao mesmo tempo em que se superestimam os objetos (impressos), sejam eles livros ou revistas, os quais têm a força ou o poder de imprimir marcas indelévels naquele que lê. Desconsideram-se, com isso, as práticas de leitura efetivas levadas a cabo pelos jovens leitores, bem como o sentido que estes, de fato, atribuíam às supostas leituras que faziam – sentido esse tão fugidio e difícil de conhecer. Conforme observa Chartier, “o difícil (...) é poder, a cada vez, reconstruir a relação prática que liga aquele que escreve, os leitores que ele supõe e para os quais ele fala e aqueles reais, que no ato da leitura produzem uma significação do texto (2004, p. 48).

Para o autor, como vimos insistindo, não há uma relação direta como a apontada nos discursos referidos nesse estudo. O conjunto de discursos reunidos acerca do livro e da leitura parece encontrar ancoragem na idéia segundo a qual “o leitor é sempre visto pelo autor (ou pelo crítico) como necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada” (CHARTIER, 1995, p. 213). Entretanto,

(...) ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual. Seja lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significações e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Ler é uma resposta, um trabalho, ou, como diz Michel de Certeau, um ato de ‘caçar’ em propriedade alheia. (Idem, p. 214)

Nessa perspectiva, o leitor, embora circunscrito a diversos controles, dá sentido ao texto, apropriando-se dele de forma inventiva e criativa no ato da leitura. O sentido não está dado plenamente a priori. Para Certeau, “a criatividade do leitor

vai crescendo à medida que vai decrescendo a instituição que a [controla]" (2002, p. 267-268).

Os discursos aqui referidos, ao contrário do que anunciam Chartier e Certeau, reforçavam o sentido de supremacia do texto, somado ao fato de dirigirem-se ao leitor criança ou jovem "em formação" e, por isso, moldável. A prática da leitura estava, assim, longe de ser entendida como "um lugar de produção de sentidos, de compreensão e de gozo" (GOULEMOT, 2001, p. 107). Ler não parecia ser uma possibilidade de construir sentidos, mas de deixar-se imprimir pelo conteúdo dos textos e de suas idéias. Era, antes, uma prática tão perigosa quanto os efeitos de um livro de magia, imagem esta que, em alguma medida, simboliza os efeitos de toda leitura, as metamorfoses daí decorrentes e que podem levar o leitor a empreender leituras mais livres do mundo em que habita.

3 MOLDÁVEL COMO A CERA: JUVENTUDE E LEITURAS INFAMES

A idéia que associa o jovem à cera mole, como forma de expressar sua suscetibilidade ao vício, aos males e perigos da vida e, assim, justificar a necessidade de tutelamento e controle sobre seus atos de leitura, encontrou forte receptividade e condições de legitimação nos anos 50 do século XX. Tal concepção se observa, especialmente, nos discursos que, no Rio Grande do Sul, procuravam justificar o controle sobre o consumo cultural da juventude, especialmente o de impressos periódicos a ela dirigidos. O discurso do deputado Liberato Salzano Vieira da Cunha, publicado no Jornal do Dia é testemunho emblemático dessa vontade:

Constitui motivo de grave preocupação (...) a larga difusão que vem tendo entre nós uma série de publicações imorais que vem sendo exposta à venda em quase todos os stands e livrarias. Do contato com essa literatice o adolescente volta sempre inferior a si mesmo. Maus fermentos depositam-se em seu subconsciente para virem à supuração na primeira oportunidade. Se nalguma idade se impõe a vigilância da leitura é precisamente na da adolescência. Idade em que o espírito, particularmente desperto e curioso, procura um caminho. A plasticidade do espírito e do corpo é então mais notável do que nunca e o vinco que nele se grave é a bem dizer indelével. Horácio já escrevia: **o adolescente é mole como a cera para inclinar-se ao vício**. E que dizer das figuras imorais e pornográficas? Ignorar o mal que elas fazem à formação da juventude é ignorar a força retroativa das imagens a que se refere William James. É ignorar todas as leis da psicologia que regem a imaginação. Será que os importadores, exportadores e vendedores desses livros, revistas e estampas, ignoram essas leis da ciência psicológica? Não, eles não ignoram. Pelo contrário, conhecem-nas, e porque as conhecem é que as exploram, num comércio ilícito e infame. Uma das passagens que sempre que me impressionaram, no Evangelho, é aquela em que Cristo diz que melhor fora atar-se u'a mó e lançar-se no fundo do mar aqueles que escandalizam a juventude. (...) Haverá remédio para esse mal? Pode-se, ao menos, atenuar a extensão do seu dano, desde que os órgãos governamentais cumpram a lei. (1952a, p.8, grifo nosso)

A psicologia, tomada como lei, comparece ao lado do Evangelho e da legislação vigente no país, que poderia aplacar o dano, desde que executada. Seriam assim evocados se não desfrutassem de significativa força de legitimação? Cabe ressaltar que esse discurso é de 1952, anterior, portanto, às proposições dos projetos de lei no âmbito do legislativo municipal e estadual. Nesse momento, a referência legal ainda é a legislação federal, à qual se atribuía o poder para conter a onda de leituras imorais. As manifestações sobre o tema normalmente iniciam, a exemplo desse, pela explicitação de uma ação exterior a que o jovem é sempre vítima, para daí justificar todas as proposições que, trazendo consigo também outros interesses de grupo, investem no argumento do amparo, da proteção e da defesa aos jovens contra as más influências. O vereador Fernando Schneider afirmava que “se não tivermos a preocupação necessária de incutirmos nestes espíritos jovens a ação moral, por certo amanhã teremos a degradingolada dos costumes, o que estamos observando a cada passo” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953.p. 1074).

A frase que associa o jovem à cera mole, atribuída a Horácio, filósofo e poeta romano, dá a dimensão do quanto a história, ao invés de linear é feita de continuidades e descontinuidades, em que certas práticas se reatualizam, reorganizando-se sob novas motivações e em novos contextos. A vontade de dirigir e vigiar, implícita nessa metáfora, pautou, em diferentes tempos, o discurso católico. E ao intento de se erguer contra a imoralidade, as Encíclicas papais se associavam muito bem. Tomemos como exemplo a Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, escrita em 1929, acerca da educação cristã da juventude. De acordo com esse documento, qualquer ambiente em que o jovem venha a encontrar-se, a orientação se dá sempre no sentido de “remover” as “más ocasiões, proporcionando-lhes as boas, quer nas recreações quer mesmo nas companhias, já que as más conversas corrompem os bons costumes” (VATICANO, 1923). A Encíclica também lamenta: “Quantas depravações juvenis, por causa dos espetáculos modernos e das leituras infames, não têm hoje que chorar os pais e os educadores!”. Por isso, impunha-se afastar “para longe da juventude aquele veneno moral que nesta idade, inexperiente e volúvel, costuma ter mais fácil aceitação e mais rápida extensão na prática” (Ibid.). Esse mesmo documento pontífice assim se posiciona sobre publicações periódicas e espetáculos:

São pois dignas de louvor e incremento todas as obras educativas que, com espírito sinceramente cristão de zelo pelas almas dos jovens, atendem com determinados livros e publicações periódicas, a tornar conhecidos, especialmente aos pais e educadores, os perigos morais e religiosos muitas vezes traiçoeiramente insinuados nos livros e espectáculos, e se consagram a difundir boas leituras e a promover espectáculos verdadeiramente educativos, criando até, com não pequenos sacrifícios, teatros e cinematógrafos em que a virtude não só não tenha nada a perder, mas até muito a ganhar. (Ibid.)

O arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, ordenado sacerdote em Roma, à época de Pio XI (seu pontificado se estendeu de 1921 a 1938), assim teria se manifestado sobre os três anos em que passou na capital italiana: “tudo (...) me facilitou uma visão mais ampla e diversificada dos problemas de toda a ordem que em qualquer tempo e lugar os indivíduos e os povos enfrentam” (MOESCH, 2007, p. 21). A educação dos jovens parece se constituir claramente num desses “problemas” que, em qualquer tempo e lugar, exige atenção constante e o empenho de forças sempre reinvestidas. A juventude parece, assim, permeável aos conflitos históricos de seu tempo, e os discursos que dela se ocupam evidenciam tais conflitos. É o mesmo que dizer que os discursos, ao justificarem o quanto a cera é mole, capitalizam para essa discussão, para esse problema, outros interesses em cena. No princípio dos anos 1950, tais interesses podem ser traduzidos, por exemplo, no desejo de recristianização ou, conforme as próprias palavras do D. Vicente, no “rearmamento moral” da sociedade, movimento em franco recrudescimento naquele tempo. À Igreja outros grupos se associam no esforço redobrado e reforçado de manutenção da ordem social e moral.

Conforme Cury (1978), o rompimento com o Padroado, evento que se oficializa com a proclamação da República, faz com que “os laços com a Sé Romana [comecem] a se tornar mais e mais fortes” (p. 14). E essa maior vinculação com Roma torna possível a aplicação das doutrinas católicas elaboradas na Europa aqui no Brasil” (Ibid.). Essa vai ser uma tendência sempre crescente, motivo pelo qual referenciamos a Encíclica de Pio XI no contexto deste estudo. E o mesmo fazemos em relação à Encíclica *Miranda Prorsus*, de Pio XII, de 1957, que trata da cinematografia, do rádio e da televisão. Um dos motivos que leva a Igreja a interessar-se especialmente por esses meios de comunicação foi assim explicitado nesse documento:

é que Ela [a televisão] superior a todos os demais, tem o encargo de transmitir aos homens uma mensagem universal de salvação: "anunciar aos povos as (...) riquezas de Cristo, e mostrar a todos qual é a economia do mistério escondido desde o começo em Deus, que tudo criou"; (...) mensagem esta de incomparável riqueza e força, que deve ser recebida na alma de todos os homens, sejam quais forem a nação ou tempo a que pertençam. (VATICANO, 1957).

Tendo em vista o exposto acima, bem como o "rearmamento moral" reivindicado pela Igreja Católica, decorre que a vigilância não deveria se dar apenas em relação às leituras "infames". Pelos mesmos motivos e com os mesmos argumentos, filmes, peças de teatro e novelas de rádio também eram alvo de severas críticas nos princípios dos anos 1950. A manifestação de D. Vicente acerca da Campanha Pró Boa Literatura Infanto-Juvenil, verificada com maior intensidade no ano de 1953, reforça o sentido de "cruzada" contra todos os "vícios sociais", não só os impressos:

(...) Praza a Deus, que o salutar movimento, que ora se generaliza com enderêço limitado, venha estender-se igualmente ao combate a outros vícios sociais, como as revistas e teatros despudorados, os programas radiofônicos impregnados de aberto ou disfarçado sensualismo, o jôgo, o alcoolismo, a propaganda do divórcio e outros desvios morais que são ao mesmo tempo pecado e atentados ao bem particular e coletivo. (REVISTA UNITAS, 1953b, p. 256-257)

Em outro discurso, D. Vicente elogia os romancistas de rádio cariocas, por terem organizado e assinado um "dodecálogo ético" através do qual se comprometiam, perante a censura oficial, "a não glorificar, justificar ou apresentar de maneira atraente o adultério, a não fazer alusões a perversões sexuais, a não estimular a prática de amores ilícitos". Ainda, o compromisso daqueles escritores, segundo o arcebispo, incluía "o tratamento respeitoso e elevado dos assuntos religiosos, das figuras e das tradições nacionais". Permeado por uma interpretação maniqueísta da realidade, que em tudo presentifica a oposição entre o bem e mal, o certo e o errado, o documento propunha que "nenhuma novela (...) poderá girar em torno de histórias em cujo final não sejam punidos os culpados e premiados os vitoriosos". Trazia, ainda, outras normas, cuja observância "na rádio difusão e na imprensa em geral contribuirá para a necessária restauração dos costumes e o advento de dias melhores" – assim concluía o arcebispo (REVISTA UNITAS, 1953b, p. 206).

O desejo de perpetuar uma ordem social, tradicional, calcada nos valores morais católicos se expressa, inúmeras vezes, na forma como principalmente certas publicações dirigidas à juventude eram adjetivadas. Afamá-las de “subversiva”, “deletéria”, “dissolvente” e “corruptora” trazia, em alguma medida, esse sentido de “inversão” de uma ordem social e moral que alguns grupos não queriam que fosse “invertida”, nem mesmo ver “diluída”. Assim como certas publicações tinham a força de sugestão suficiente para levar um jovem ao crime, também o tinham para dissolver, corromper costumes, subverter a ordem social e moral. Contra tais forças, todos estavam convocados pela Igreja a agir. Um compêndio de moral católica dirigido ao clero em geral e aos leigos, escrito em 1955 e publicado no Brasil em 1959, assim traduzia o direito canônico referente à “proibição de livros”:

O direito e o dever de denunciar os livros perigosos incumbe: a) a todos os fiéis; b) mais especialmente ao clero; c) e de modo particular aos eclesiásticos destacados por dignidade e por doutrina; d) e por um título muito particular, aos Legados Apostólicos, os Bispos e os Reitores das Universidades católicas (cân. 1397). (DEL GRECO, 1959, p. 415)

O manual, escrito pelo Pe. Teodoro Del Greco, doutor em direito canônico, esclarece que sob o termo “livro” estavam compreendidos “também todos os jornais, periódicos, revistas e publicações semelhantes, impressos e divulgados ao público” (Idem, p. 411). O autor explica que, na legislação canônica concernente aos livros, era necessário distinguir: a) a censura prévia dos livros; b) a proibição de ler certos livros. Define a censura como um “juízo que a autoridade eclesiástica emite e respeito da conformidade da doutrina contida no livro, com a doutrina católica” (Ibid.). Assim, a censura costumava recair sobre os livros da Sagrada Escritura ou que tratam sobre ela. Por outra parte, os “livros maus ou perigosos” em geral, incluindo aí a diversidade de impressos mencionada acima, poderiam ser “proibidos (...) pela lei natural, mais ou menos gravemente, segundo o perigo mais ou menos grave para a fé ou para a moral que cada um pode encontrar em tal livro”. (Idem, p. 414). Como observamos, muitos perigos foram encontrados nos impressos que então circulavam e que tinham no público infanto-juvenil seu alvo. Conforme Souza (2000), a partir do século XIX

e até bem pouco tempo atrás, o ato da leitura foi percebido como meramente instrumental: através da aprendizagem da decodificação do texto, as palavras saltariam do papel para vir a se imprimir na mente do leitor, como na metáfora da cera mole, transformado em puro receptor. (p. 133)

Essa idéia da “transparência da leitura” (Souza, 2000), de que trata o excerto, foi questionada por autores como Certeau e Chartier, como vimos insistindo, que tornaram possível perceber a pluralidade e a historicidade das formas com que os leitores se apropriam ou interpretam os textos e fazem uso dos objetos impressos que os comunicam. Nesse sentido, uma diferenciação a ser feita é a existente entre o “texto” e o seu “suporte”. Conforme Chartier (1995), “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legitimidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor” (p. 220). Explica o autor que entre o texto, o objeto que o comunica e o ato que o apreende existe uma relação muito estreita e complexa, e qualquer variação dessa relação produz mudanças de significado (Idem, p. 221). Com isso, o significado pode até ser previsível, esperado, por autores, editores e impressores. Estes, a partir de uma idéia pré concebida acerca dos leitores, de suas prováveis expectativas e competências de leitura, lançam mão das mais variadas estratégias (textuais, editoriais, etc.) para conquistá-los e para forjar um sentido autorizado nos textos e em suas formas impressas. Entretanto, o sentido nunca será completamente determinado *à priori*. Por outra parte, Chartier reconhece que essa liberdade do leitor não é absoluta ou infinita, mas sempre “cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos” (1999, p. 77). No entanto, adverte que o sentido não está nos textos. Essa compreensão torna a “transparência da leitura” ainda mais estranha, e a concepção de *cera mole* insustentável.

4 ENTRE O LIVRO E O LEITOR: A ESCOLA E A BIBLIOTECA ESCOLAR

(...) A história de toda a humanidade está perpetuada nos livros. (...) Esta herança tem sido transmitida de geração em geração a fim de que as crianças possam, quando chegada a sua vez, imprimir nas suas próprias vidas as mais preciosas experiências dos que as precederam. Os bons livros são, portanto, o mais caro legado para a infância e nenhuma criança pode dele ser espoliada, sem deixar de, com isso, sofrer graves prejuízos espirituais. (Angelo Patri, 1947)

O ascenso da idéia de controle da literatura e de tutelamento da leitura infanto-juvenil, nos anos 50 do século XX, parece ligar-se ao modo como então eram pensadas essas práticas culturais. Segundo Chartier, é antigo o “discurso defensivo, que julga mais perigosos os riscos da leitura do que vantajosa a sua difusão” (1999, p. 110). E, na história de longa duração que é a da difusão dos impressos, a “idéia da proliferação das leituras incontroladas anda de mãos dadas com a da multiplicação dos leitores incontrolados” (Ibid.). O problema se coloca da seguinte maneira: diante da profusão dos impressos oferecidos à leitura, graças às novas técnicas, há o perigo das más escolhas! Considerando essa relação formulada pelo autor, acrescentamos que a difusão e proliferação dos impressos foi acompanhada por dois outros processos: a ampliação da leitura e, portanto, dos leitores, em decorrência do acesso crescente à escolarização básica, e a acelerada urbanização. A profusão dos mais variados tipos e das mais variadas formas de impressos atingiu, em primeira mão, os habitantes das cidades e se associa à progressiva ampliação da escolarização e das competências de leitura e escrita.

Em estudo sobre a disseminação do livro popular nas duas últimas décadas do século XIX, no Rio de Janeiro, Alessandra El Far constata a “proliferação de

edições populares, [...] a existência de um competitivo mercado livreiro que tudo fazia para conquistar novos clientes” (2007, p. 6). A autora relaciona essa expansão do mercado editorial carioca, o investimento nas coleções populares, com os expressivos índices de alfabetização pelos quais a cidade do Rio de Janeiro se destacava no contexto brasileiro do final do oitocentos. Através de anúncios de jornais da época e com base no Almanak Laemmert, a autora vislumbra os mais variados gêneros literários, as mais diversas publicações então oferecidas ao grande público. E esclarece o sentido atribuído pelos livreiros às “edições populares”:

Nesse contexto, vale a pena sublinhar que quando um livreiro divulgava na imprensa seus ‘Livros para o Povo’, ele não estava se referindo às camadas pobres e de baixa renda. Seu desejo era, acima de tudo, extrapolar as fronteiras econômicas e sociais, que antes limitavam a compra de livros a grupos específicos da sociedade, com o intuito de expandir esse comércio a uma camada urbana, assalariada e alfabetizada que crescia diariamente. Para além de um público definido, as obras populares eram aquelas que recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção para, com isso, dinamizar seu consumo. (EL FAR, 2007, p. 4)

Na mesma direção, em seus estudos sobre a produção e circulação de livros escolares no Estado de São Paulo, Marcia Razzini também encontra “estreita relação entre a expansão da escola pública primária [...] e a expansão editorial no período da chamada República Velha (1889-1930)” (2007, p. 1).

No que diz respeito aos impressos periódicos dirigidos ao público infanto-juvenil, especialmente as histórias em quadrinhos e de aventuras, seu mercado se consolidará, progressivamente, a partir da década de 1930. Mais especificamente, a partir de 1934, quando jornais cariocas passaram a investir pesado na edição de suplementos temáticos. A receita é trazida dos Estados Unidos, onde o mercado editorial se beneficiava das modernas tecnologias de impressão e onde os “suplementos aumentavam substancialmente as vendas dos diários, pois muitos leitores compravam os jornais apenas para lê-los” (JUNIOR, 2004, p. 24-25). Esse movimento, que inicia no Rio de Janeiro, atingirá rapidamente o mercado e os leitores de outras capitais, a exemplo de Porto Alegre. E, da produção de suplementos, publicados periodicamente nos jornais de grande circulação, passar-se-á, em seguida, à produção de revistas.

Lígia Magalhães (1982) afirma que a tendência da escola foi a de impossibilitar a aproximação desse tipo de leitura com os textos escolares, uma vez

que a instituição “consagra o acadêmico por oposição [...] [às] expressões culturais produzidas ou consumidas espontaneamente, para além dos muros escolares” (1982. p. 83). A autora aponta um dos efeitos que decorre dessa atitude da escola em excluir certas modalidades de leitura:

Estabelece-se uma oposição processada não somente pela instituição, mas estabelecida também pela própria criança. A diferença consiste em que a primeira apóia a distinção na dicotomia adequado/não adequado, enquanto a disjunção dos pequenos leitores é outra: imposto/não imposto. (Ibid.)

Chartier, ao invés do rechaço de certos impressos, da sua exclusão do campo de visão dos jovens, sugere outra conduta: a de “tentar apoiar-se sobre essas práticas incontroladas e disseminadas para conduzir [os] leitores (...) a encontrar outras leituras” (1999, p. 104), mais “densas” e “mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e de pensar” (Ibid.). Regina Zilberman (1982), por sua parte, observa a existência de um certo consenso contemporâneo em torno da idéia de que os jovens não lêem livros (consenso este também observado por Chartier) e de que a culpa é da indústria cultural e seus artefatos (rádio, televisão, revistas em quadrinhos, etc). Para os defensores dessa proposição, a solução seria investir na literatura infanto-juvenil, atribuindo-lhe uma “função protetora” (Idem, p. 94-95), contra o “avanço irrefreável da cultura de massas [...]. Uma defesa segura contra a invasão dos malefícios da indústria cultural e a consolidação de saudáveis hábitos intelectuais, como a o da leitura” (Ibid.). Leitura de “bons livros”.

A proliferação incontrolada dos impressos abalou esse ideal apregoado, e desestabilizou a escola. Diante do acesso fácil e progressivamente mais barato a certos impressos, o leitor infanto-juvenil tendeu a ser considerado incapaz de se posicionar criticamente e de fazer “boas” escolhas. No contexto dessa pesquisa, a escola, preocupada em formar hábitos e atitudes, procurou intervir na relação entre o livro e o leitor. A investigação sugere, no entanto, que esse movimento não partiu das escolas, destacando, nesse intento, o papel de vereadores, deputados, religiosos e, também, de especialistas do campo da educação. As práticas de interdição efetivas eram exercidas, como assinalamos antes, através da legislação estadual, que fazia incidir impostos mais elevados sobre a venda dos impressos condenáveis.

Em relação ao consenso contemporâneo referido por Zilberman (1982), segundo o qual os jovens não lêem, sublinhamos que ele pode decorrer de um juízo apressado e estereotipado em relação às práticas de leituras juvenis. Idéias como essa dependem muito do que se entende que deva ser a leitura, pois muitas vezes “aqueles que são considerados não-leitores lêem, mas lêem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima” (CHARTIER, 1999, p. 104).

Assim, desde os processos de ampliação da escolarização básica e da urbanização, que se imbricam, há uma tendência de emancipação das práticas de leitura frente às ordens e normas que as controlam (Idem, p. 113). Para Certeau (2002), tal emancipação é salutar, resultando desse processo leitores mais criativos. Talvez, em alguma medida, isso explique porquê políticos, religiosos, professores e técnicos em educação, no contexto deste estudo, investiram tanto na idéia de controle da leitura infanto-juvenil. Não seria uma forma de impedir as práticas de leitura incontroladas, empreendidas pelos jovens fora da escola e longe do seu tutelamento?

Para Chartier, na Europa do século XIX, “as autoridades estavam tão chocadas pela possível proliferação dos leitores quanto estão hoje pela sua suposta rarefação” (1999, p. 105). Naquele contexto, e para além dele, a preocupação com o excesso de leitura e de leitores “traduz o modelo estatal estático e fixista da sociedade do Antigo Regime, na qual os filhos devem copiar os pais. (...) É um imaginário muito forte, (...) que não concebe a ordem social a não ser como reprodução idêntica das condições do passado” (Idem, p. 108). Tais considerações remetem à epígrafe com a qual iniciamos este capítulo. Ela atribui ao livro a função de porta-voz de uma herança que se quer perpetuar. As crianças, orientadas pelos adultos, seja em casa ou na escola, devem seguir os ensinamentos e as experiências que as boas leituras são capazes de lhes transmitir. A leitura é assim entendida como uma prática que *educa*, pois transmite valores, princípios, experiências – exemplares ou não. Tem o poder de *formar* ou *deformar* a personalidade das crianças e jovens, uma vez que estes se deixam facilmente imprimir pelo conteúdo dos impressos que lhes são dados a ler, bem como pelos valores e princípios neles contidos, orientadores ou desviantes em relação aos comportamentos esperados, segundo uma moral vigente. Assim, a relação do leitor com o objeto de leitura é sempre pautada por uma dualidade em que o bem e o mal estão em jogo; implica sempre um benefício ou um prejuízo.

Ainda segundo Zilberman, a literatura infanto-juvenil “assumiu, desde a sua origem uma personalidade educativa. Ao invés do lúdico, adotou uma postura pedagógica, englobando valores e normas do mundo adulto para transmiti-las às crianças” (1982, p. 100). Uma origem que remonta, segundo a autora, ao século XVIII, época em que se difunde um processo de escolarização de massas na Europa. A literatura infantil, desde o seu aparecimento, “tecia relações com a arte, donde seu valor estético, mas também tecia relações com a pedagogia, devendo possuir valor educativo”, também esclarece Ângela de Castro Gomes (2004, p. 2). Quanto às publicações que privilegiavam o lúdico, elas eram normalmente desqualificadas por seu caráter escapista e fantasioso. No rol dos impressos relegados, figuravam os periódicos em quadrinhos, cujo consumo tendia a se efetuar longe do tutelamento da escola e, também, da Igreja e da família. Conclui Zilbermann que a forma com que a escola, por muito tempo, lidou com a questão da leitura e da literatura infanto-juvenil acabou “gerando um anseio de libertação que pode coincidir com o rechaço do livro” (1982, p. 101).

Na Revista do Ensino, em diversos exemplares consultados, são recorrentes discursos que apontam para o papel da escola, da biblioteca escolar e do professor-bibliotecário na formação integral das crianças. Há indicações quanto à necessidade de um trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários e para a aproximação de metas e práticas que orientam as leituras das crianças e jovens. Na seção da Revista intitulada “Biblioteca Escolar Infantil”, a professora de biblioteconomia do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Porto Alegre, Elida de Freitas e Castro Druck, escrevia com regularidade sobre a importância da biblioteca como local privilegiado de formação dos “bons” leitores e de difusão, para além do espaço da escola, da “boa” literatura. Naquela seção, a professora costumava ceder espaço para alunas e ex-alunas compartilharem experiências e sugestões de atividade envolvendo as bibliotecas escolares da cidade.

Nos vários discursos do campo pedagógico, que tiveram como um dos principais veículos de enunciação esse periódico, mais uma vez comparece a idéia segundo a qual a família não se constituía em expressiva orientadora das atitudes e atividades de seus filhos: “Na maioria dos casos, pai e mãe trabalham fora do lar, pois as múltiplas solicitações da vida de hoje assim o exigem”, constatava a orientadora educacional Luiza Prates Pacheco (REVISTA DO ENSINO, 1956b, p. 5). O que tornava o papel da escola ainda mais imperativo. No mesmo sentido, a

educadora Flora Nobre, em uma entrevista, também destacava o “meio familiar deficiente, quer moral, quer materialmente” mas, em contrapartida, sinalizava que “em mãos de técnicos e especialistas das questões educativas e sociais, [os] problemas iriam sendo solucionados em tempo oportuno” (REVISTA DO ENSINO, 1954b, p. 32-33). Essa mesma confiança também costumava aparecer nos demais campos discursivos, que reforçavam, cada um a seu modo, a confiança na intervenção das autoridades públicas e também da Igreja. Na visão da orientadora educacional Luiza Pacheco, era papel da escola a “formação integral do indivíduo, que orienta inclusive nas horas de lazer” (REVISTA DO ENSINO, 1956b, p. 5). Como orientação para essas horas, sugeria:

boas leituras no lar, na biblioteca da escola ou pública, indicar uma lista de livros ou revistas que contenham sadia orientação; prática de esportes; excursões com objetivos educacionais; visitas a exposições de pintura ou escultura; sessões cinematográficas devidamente recomendadas; organizar coleções de selos, moedas, plantas; organizar festivais com finalidades educativas. (Ibid.)

Zilda Ehlersz, por sua vez, sugeria palestras aos pais e professores, através do Círculo de Pais e Mestres da escola, “sobre o valor e a necessidade da Biblioteca (...), valorizando ao mesmo tempo a boa leitura e salientando seu valor na formação da personalidade”. Além disso, prescrevia que para esses eventos deveriam ser previamente preparadas “listas bibliográficas (...) distribuídas aos presentes a fim de evitar doações que não preencham os fins da Biblioteca” (REVISTA DO ENSINO, 1953b, p. 24).

Lucília Minssen, bibliotecária da E. N. João N. da Fontoura (RS), salientou, certa vez, a centralidade que deveria ocupar a biblioteca na vida escolar, uma vez que somente ela

poderá dar a quase toda a criança o luxo e o prazer de uma leitura interessante. Uma percentagem muito pequena terá um atlas em casa; menor grupo, ainda, lerá fora da escola alguma literatura que não seja a das já célebres e imoralíssimas ‘revistas em quadrinhos’ (REVISTA DO ENSINO, 1953a, p 51).

Prevalece, nesse excerto, a idéia que indica a importância da biblioteca como mediadora da leitura, assim como uma idéia pré-concebida do leitor jovem, especialmente daquele tido como pertencente às camadas populares, por sua

suposta impossibilidade de acessar leituras tidas como interessantes fora da escola. Supõe-se, aí, uma correspondência “demasiado simples entre níveis sociais e horizontes culturais” (CHARTIER, 2004, p. 13). Com base em Chartier, compreendemos que os sujeitos acessam e se apropriam de forma muito plural dos objetos que circulam no mundo social. Essa circulação é mais fluida do que normalmente se pensa, ultrapassa fronteiras sociais. Nessa perspectiva, o poder econômico não é necessariamente o fator preponderante que possibilita ou impede o acesso aos diferentes objetos culturais de uma época. O acesso ao livro não se limita à compra ou à propriedade individual, podendo se dar através do uso coletivo, de empréstimos, intercâmbios. Portanto, não há como forçar ou generalizar essa relação.

Em outro número da Revista do Ensino, na mesma seção, a professora Adir Coccaro, formada no Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação de Porto Alegre, escreve sobre a articulação entre a Biblioteca Escolar e o lar ou a sociedade, como forma de garantir a difusão do livro e colaborar com a “campanha da boa leitura”. A professora defendia que

a Biblioteca necessita ampliar o seu raio de ação, (...) transpor os limites da área escolar, para ir ao Lar levar a ele aquilo que, por ignorância, não vem buscar em seu meio. (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p. 13)

Em relação às leituras recreativas, supostamente “livres”, pois empreendidas em casa ou mesmo em outros espaços que não o escolar, não se propunha um modelo qualitativamente diferente daquele que se prescrevia na escola. Além de se considerar como única leitura válida a leitura de livros (“bons” livros), tratava-se sempre de ler para se *instruir*, a partir da escolha cuidadosa de “bons livros” como instrumento de moralização.

Ainda sobre o artigo da professora Coccaro, ela se referia à criança como um ser “em formação” e, portanto, “incompleto”. Nessa condição, cabia ao adulto responsável por ela, bem como ao bibliotecário, deter conhecimentos de psicologia infantil “para mais facilmente penetrarem no [seu] pequenino mundo espiritual, repositório de grandes promessas” (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p. 13). Entendida numa perspectiva “evolucionista” e “adultocêntrica” (Ibid.), sua personalidade e moral podem ser “formadas” ou “deformadas” irreparavelmente pelas suas leituras; ou melhor, pelas leituras que lhe são oportunizadas no percurso de sua formação.

Por isso os adultos não podem vacilar, menos ainda a biblioteca, que “deve ter obras selecionadas, sugestivas, atraentes, de fundo moral, exemplos de bondade e devotamento, sentimentos de humanidade etc.” (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p. 71).

Dizia-se ser atribuição da escola introduzir a criança no mundo da *boa* leitura, por meio das ações empreendidas pela e na biblioteca escolar. Cabia também aos adultos responsáveis por esse setor o controle da difusão da leitura no lar, levando os pais ou responsáveis a saberem proceder, sem receio, às indicações e controles recomendados. Sugere-se, no artigo, que “o livro, penetrando no Lar, vai assistir àquela determinada criança e às demais crianças, amiguinhas da que está sendo atendida diretamente. Dá-se, aí, a difusão do livro, a campanha da boa leitura” (Ibid.).

Havia, portanto, um desejo manifesto de que a escola, através da biblioteca e seus profissionais, assumisse um lugar central na difusão das orientações e das ações de controle da leitura infanto-juvenil. O que chama a atenção nessas formulações de indicação e controle da leitura é a dimensão moral que as fundamentava. As publicações periódicas dirigidas ao público infanto-juvenil eram avaliadas por sua capacidade ou não de veicularem idéias “sadias”, “edificantes”, conforme os princípios da moral católica. As más leituras “envenenam” e “desviam” o sujeito das condutas esperadas. A metáfora do envenenamento, recorrente nos artigos da Revista do Ensino, sugere que ler algo não-recomendado equivale a “envenenar-se”. Nessa medida, caberia à escola o esforço em evitar os “desvios” e a “intoxicação” que as más leituras produzem, orientando os pais e a sociedade em geral.

Esse intento de difundir *bons* hábitos de leitura era, muitas vezes, justificado pelo fato de a família não ser considerada preparada para essa tarefa, especialmente diante das “leituras perniciosas de que o mercado [estava] cheio”. Os pais eram tidos como desprovidos de “senso crítico [e] sem orientação dos efeitos da leitura sobre a personalidade da criança em desenvolvimento”. Por conta disso, “colocam nas mãos dos filhos (...) horas talvez de envenenamento com prejuízos incalculáveis, irreparáveis por vezes”. Essa responsabilidade cobrada daqueles que dão livros ou revistas às crianças se justifica, em parte, pelo fato de se acreditar que o livro “tem o poder de marcar um indivíduo para a vida toda, especialmente quando é uma vida em formação” (Ibid).

Em um compêndio de literatura infantil para o 3º ano normal⁴⁶, impresso e distribuído no Brasil, em 1959, a autora recomendava a “jovens professoras” como orientar as leituras infantis em sala de aula. A autora, que era professora, prescrevia tais lições em seu manual, tendo em vista que “a imaginação e a fantasia são fontes inexoráveis na criança, que lhe alimentam a inteligência, aperfeiçoam o caráter e purificam o espírito” (p. 5). No capítulo dedicado especificamente ao tema da biblioteca infantil, destacava a finalidade de uma biblioteca com essa especificidade, bem como o papel da bibliotecária. Afirmava que “a biblioteca infantil reúne uma “tríplice finalidade: social, moral e intelectual” (p. 124). E que nela “se encontram duas forças que se conjugam: a atividade da criança e a influência orientadora da bibliotecária” (p. 125). O sentido visado por essa orientação era assim explicitado: “a criança, rodeada de simpatia, sentir-se-á sem constrangimento e terá, conseqüentemente, maior liberdade para demonstrar suas preferências” (Ibid.). Este era o ponto e a tônica daquele momento: conhecer as preferências das crianças e dos jovens, para melhor governar suas escolhas e também suas condutas. Esse também era o conselho encontrado na Revista do Ensino, em uma epígrafe cuja autoria era atribuída a Clarisse Harlowe: “Se tens interesse em conhecer um jovem, começa por conhecer os livros que êle lê” (REVISTA DO ENSINO, 1954e, p. 21). Ou ainda, para conhecer uma criança, não há outro caminho senão o de “poner el alma nuestra como um oído junto a la sua intimidad” (REVISTA DO ENSINO, 1955b, p. 12). Assim, para tornar propósitos dessa natureza possíveis, a autora do manual a que estamos nos referindo sugeria o uso de uma ficha de leitura (Figura 14), em cujo verso a criança era levada a contar o que havia lido, sua opinião acerca do que leu, de quem mais gostou e o motivo:

⁴⁶ Ver CARVALHO, 1959.

COMPÊNDIO DE LITERATURA INFANTIL 133
DEPARTAMENTO DE CULTURA — Biblioteca Infantil FICHA DE LEITURA Nome Idade Autor Título da obra Data
(Dimensões: 0,12x0,12)
VERSO DA FICHA DE LEITURA Conte nestas linhas o que você leu: Que achou do livro? De quem você mais gostou? Por que?
(Dimensões: 0,12x0,12)

Figura 14 - Ficha de leitura do Compêndio de Literatura Infantil para o 3º ano Normal de 1959

Logo abaixo desse exemplo de ficha a ser utilizada na biblioteca infantil, encontra-se explicitado o sentido dessa prática:

Fazemos, mensalmente, inquéritos, para verificar o autor e livro preferidos nesse período. O livro lido por maior número de consulentes, parece-nos, tem variado de acôrdo com o interêsse do momento. Assim, o cinema influiria na preferência da leitura. Temos verificado, após a exibição nos cinemas da nossa capital [São Paulo], de 'films' cujo enrêdo foi aproveitado para a literatura infantil, que êsses livros são vencedores no mês, como obras mais lidas. (Idem, p. 133-134)

Esse “inquérito” a que as crianças eram submetidas parecia ser, assim, mais uma forma de materializar a vontade, o desejo de regulação das práticas de leitura e, conseqüentemente, assegurar boas condutas e comportamentos desde essa fase da vida. Na mesma direção, Elida de Castro, na Revista do Ensino, iniciava seu

artigo com a epígrafe da seguinte frase atribuída a São Bernardo: “Um bom livro te ensina o que deves fazer, te instrui sobre o que deves evitar e te mostra o fim a que deves aspirar”. E completa, afirmando que a professora-bibliotecária tem diariamente centenas de oportunidades para concretizar tais palavras (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p. 13). O psicanalista Luiz Fraga é ainda mais incisivo ao iniciar um artigo com a epígrafe de uma frase atribuída a Confúcio: “É preciso que todo indivíduo se conduza como se estivesse sendo observado por dez olhos e apontado por dez mãos” (Idem, p. 35).

Para o vereador Alfredo Hofmeister, também era indiscutível “que a formação de nossa juventude tem que ser intelectual, moral, espiritual e cívica” (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1072). Era preciso “cultivar no aluno o primado das virtudes morais, o senso de dever, o respeito quase religioso pela lei, o amor ao trabalho, o espírito de ordem e a disciplina”, também afirmava o então Secretário Estadual de Educação e Cultura, Liberato Salzano Vieira da Cunha, em uma mensagem ao magistério do RS publicada na Revista do Ensino (1956a, p. 2). Complementava ele que:

para executar essa tarefa ciclópica – que é bem maior do que a simples e mecânica missão de instruir – o professor, antes de mais nada, deve ser exemplo dessas virtudes que deve desencadear. Vivemos numa época transloucada e transviada, que só gestos desta natureza podem salvar. (Ibid.).

Aos professores cabia “formar as novas gerações com um espírito novo, formar os homens públicos de amanhã”, completava Vieira da Cunha (Ibid.). Especialmente os professores primários, eram o “adubo singelo da árvore, boa ou má, da nossa democracia”, reiterava a professora Ivone Ribeiro de Moraes, atribuindo a autoria da frase a Humberto de Campos (REVISTA DO ENSINO, 1962, p. 5). Ainda julgava que é na biblioteca infantil e “nos livros que [os adultos] lhes põem ante os olhos e na mão, que a criança se educará e se tornará o jovem que SABE LER” (REVISTA DO ENSINO, 1954e, p. 21, grifo do autor).

Se hoje o leitor se vê em grande parte atendido em sua súplica por liberdade e autonomia para ler o que gosta, como e quando lhe convém, no contexto deste estudo, o aprendizado da leitura estava associado a uma série de ordenamentos que davam ao livro, ao impresso, a preferência da súplica, como sugere, de forma emblemática, a imagem que segue (Figura 15):

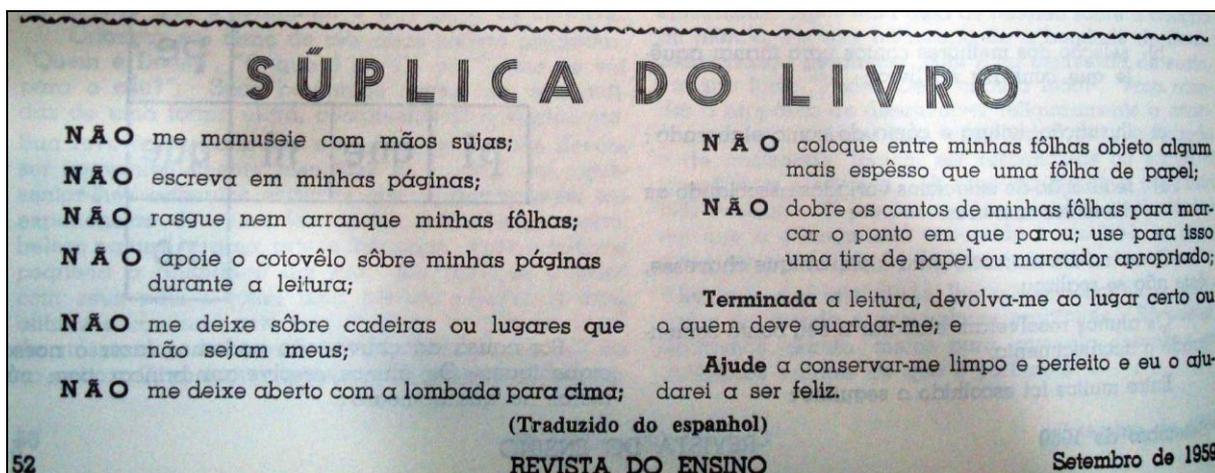


Figura 15 – Súplica do livro, publicada na Revista do Ensino em 1959⁴⁷

O “saber ler” estava, assim, associado a um modelo autorizada de leitura, que previa regulações muito precisas para esse ato. As prescrições procuravam dar conta de todos os gestos envolvidos na leitura, incluindo aí o próprio manuseio com o objeto impresso, como se ele próprio “suplicasse” por uma ordenação. Da regulação da literatura circulante e dos atos de leitura, sejam eles empreendidos na escola ou fora dela, passaremos a seguir para uma compreensão contextualizada dessa vontade.

Práticas como as descritas neste estudo, envolvendo a elaboração de listas com títulos de livros ou periódicos destinados ao público infanto-juvenil, devidamente classificados, recomendados ou interditados, não se circunscreveram ao Rio Grande do Sul, nem mesmo à década de 1950. A idéia segundo a qual a literatura *molda* o sujeito e por esse motivo manifesto deve ser controlada, norteou, também, as iniciativas levadas a cabo por outra Comissão, que atuou em âmbito nacional e se dedicou especialmente à produção de obras de literatura infanto-juvenil. Trata-se da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI)⁴⁸, criada em abril de 1936, pelo Ministro de Educação e Saúde do governo do presidente Getúlio Vargas, Gustavo

⁴⁷ REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 52.

⁴⁸ Andrea Milán Vasques Pautasso, mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação desta Universidade e colega de linha de pesquisa, investiga o papel da Comissão de Literatura Infantil, criada em 1936, no processo de nacionalização do ensino brasileiro. Ver PAUTASSO (2009).

Capanema. Tal Comissão era formada basicamente por literatos e pedagogos e suas atribuições foram assim explicitadas por Ângela de Castro Gomes:

realizar levantamentos sobre a situação desse tipo de produção literária; selecionar livros para serem traduzidos; classificar, por idades, as obras existentes e censurar as que fossem perniciosas; organizar um projeto de bibliotecas infantis e, com destaque, promover o desenvolvimento de uma boa literatura para crianças e jovens. (2004, p. 1)

Como é possível observar, a “triagem” de obras estava igualmente aí colocada, na intenção de separar as publicações “perniciosas” das demais. Uma das justificativas que sustentavam a criação dessa Comissão era a dita “pobreza” da produção literária dirigida ao público infanto-juvenil, que não conseguia conquistar as editoras e livrarias, mais interessadas, naquele momento, nas revistas em quadrinhos que começavam a ganhar a meninada e o mercado do impresso no Brasil. Entre as principais ações dessa Comissão, destacam-se: organização de um catálogo preliminar de obras de literatura infantil em língua portuguesa, de bibliotecas infantis com lista de livros “aprovados” e “recomendados” e concurso de livros infantis, com o objetivo de “estimular a redação de novas histórias e boas histórias” (Ibid., p. 3). Conforme Andrea Pautasso (2009), as atividades da CNLI foram paralisadas em 1938, ficando a cargo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP as atividades referentes ao levantamento e controle das publicações de circulação nacional.

A “ameaça” representada pelos gibis se acentuará ao longo da década de 40 e 50, como vimos, fazendo surgir, também no Rio Grande do Sul, uma tal preocupação com a “pobreza” atribuída à produção literária infanto-juvenil e a necessária inversão dessa situação. Exemplo emblemático é o projeto de lei nº 396 (de 03/11/1952) de autoria do deputado estadual Adail Morais. Sua preocupação com o estímulo aos escritores gaúchos é assim esclarecida:

Não se há de desejar que se escrevam muitos livros, se estes forem maus livros. Mas o Rio Grande do Sul tem-se mostrado pobre, nos últimos tempos, em sua produção literária. À exceção da hoje laureada figura de Érico Veríssimo, os demais escritores riograndenses sofrem as terríveis limitações da crise de editores. (RIO GRANDE DO SUL, 1952)

O deputado criticava a indiferença das editoras, afirmando não haver, no Estado, “ambiente convidativo para as cogitações literárias de certo vulto” (Ibid.). Ao apresentar os motivos que o teriam levado a apresentar tal projeto, destacava a leitura “da feliz reportagem do brilhante colega de imprensa, jornalista Abdias Silva, publicada no Correio do Povo (...), sob a epígrafe sugestiva: ‘SITUAÇÃO DRAMÁTICA DAS LETRAS RIO-GRANDENSES’” (Ibid., grifo do autor). Publicada em novembro de 1952, a matéria apoiava-se na seguinte idéia: “romancistas, poetas, críticos e ensaístas gaúchos produzem em silêncio, sem esperanças de serem publicadas as suas obras” (Ibid.). O deputado encerra suas argumentações com este apelo:

Não permitamos que inteligências robustas, culturas ilustres, mergulhem no desalento, porque o Estado lhes tem ignorado os problemas e se mostra como que despreocupado de projetar-se longe, através do livro, no mundo do romance, da história, do ensaio, da crítica literária, enfim! (Ibid.)

O projeto previa, assim, o apoio material do Estado, através de prêmios anuais, custeio de edições de obras, cooperação financeira para pesquisas, entre outras providências. Sete meses depois de apresentado o projeto, chegou o Parecer nº 6, de 11/6/53, da Comissão de Educação e Saúde da Assembléia Legislativa, totalmente favorável às proposições nele contidas, tendo em vista

a literatice de inferior categoria que conseguiu, graças ao apoio de editores pouco avisados ou mesmo gananciosos, publicar certos livros destituídos de qualquer cultura e que melhor fora nunca terem saído à luz do dia. (RIO GRANDE DO SUL, 1952)

Também em junho de 1953, uma carta assinada por cinco escritores gaúchos, dentre eles Érico Veríssimo, contendo sugestões para a implementação da proposta do deputado, chegou à Assembléia. Tal carta encontra-se anexada ao processo (nº 1.510) do projeto e as sugestões nela contidas podem ser assim sintetizadas:

- a) substituir os pequenos prêmios, distribuídos anualmente, por um único, de maior valor e conferido de 5 em 5 anos a autor de renome;

- b) designar o prêmio de “Partenon literário”, “evocando-se, assim, e perpetuando-se na memória dos vindouros, o maior movimento literário do Rio Grande do Sul”;
- c) incluir, entre as providências, a reedição de obras antigas que não interessariam mais às editoras privadas;
- d) decidir que a concessão dos prêmios e auxílios decorra sempre de indicação da Comissão Estadual do Livro e não da autoridade política em exercício, uma vez que “o governador do Estado terá sempre dificuldade em transformar-se em árbitro de questão literária”;
- e) A Comissão Estadual do Livro deveria ficar a cargo da Associação dos homens de letras do Rio Grande do Sul – que congregava “os elementos mais expressivos da cultura gaúcha” – e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de seu Conselho Universitário.

O projeto passou pela análise de várias comissões da Assembléia Legislativa, estendendo-se o assunto até agosto de 1953. Após o Parecer nº 87, de 06/8/1953, da Comissão de Serviços e Assistência Social, que colocava em dúvida a viabilidade constitucional dos seus dispositivos, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, sendo, depois disso, retirado de pauta pelo autor, sem êxito naquele momento. No legislativo municipal, o vereador Ary Sanhudo também reconhecia no comércio dos impressos periódicos o principal concorrente aos escritores gaúchos:

Este ramo de comércio constitui a maior concorrência aos nossos escritores que sempre esforçaram-se em oferecer ao público leituras decentes, morais e que estimulam o espírito a conhecimentos mais consentâneos a uma vida sã. (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1065)

Além dessa preocupação com a produção literária dirigida às crianças e jovens, a Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI) dos anos 30 também legou aos anos 50 a definição de literatura infantil: “aquela que, por excelência, investia na imaginação infanto-juvenil e, nesses termos, contribuía para educar” (GOMES, 2006,

p. 2). Dito ainda de outra maneira, “para a CNLI, a virtude e o poder da literatura infantil estavam justamente em educar apelando para a imaginação” das crianças e jovens (Ibid.). Portanto, toda e qualquer publicação que, no entendimento dos especialistas da área literária e pedagógica, se afastasse do projeto educativo pretendido, estaria sujeita a interdições, triagens e intervenções. Ainda com base na definição de literatura infantil apresentada pela CNLI, encontravam-se excluídos do gênero apenas os “textos com explícitos objetivos didáticos e programáticos, além daqueles de caráter técnico e científico” (Ibid.). As histórias em quadrinhos, então estariam naturalmente nele incluídas. No entanto, a ela restou a alcunha de “falsa” literatura, por incutir nas crianças e jovens “falsos” valores – valores morais que contrariavam o projeto educativo que se queria hegemônico.

Conforme observa Diana Marchi, a literatura infantil “é extremamente permeável às ideologias provenientes dos conflitos históricos, evidenciando, desse modo, os traços constitutivos da sociedade da qual faz parte” (2000, p. 8). Para a autora, particularmente no período entre 1935 a 1956, a literatura infantil vivia o seguinte embate:

Particularmente nesse período, há o confronto entre a literatura infantil de vanguarda, que segue os pressupostos do Modernismo e a literatura tradicional, apegada aos valores do passado. Neste modelo, a criança imaginária [com a qual a criança “real” se identifica] surge sempre como um ser passivo, que deve ser doutrinado, cabendo à literatura infantil o papel normativo que indicará a esses comportamentos preferenciais. (Idem, p. 90)

No período destacado, a maioria das obras de literatura infantil produzidas no Rio Grande do Sul apresentavam justamente este traço: a preocupação com a formação moral. O mesmo embate descrito no excerto acima se verificará no campo pedagógico. Desde os anos 1930, opunham-se os projetos pedagógicos da Escola Nova, “que (...) defendia o predomínio dos estudos científicos sobre os estudos sociais e de moral e cívica” (Idem, p. 70) e os projetos que visavam a reprodução da história oficial, a contenção dos questionamentos aos valores tradicionais, a preservação e reafirmação da estrutura familiar tradicional, por exemplo. Há, ainda, outros pontos que ligam as concepções expressas pela CNLI e pela Comissão Especial dos anos 1950, particularmente no que diz respeito ao leitor jovem:

os membros da CNLI afirmavam que as leituras realizadas na infância influenciavam de maneira especial a 'psique do indivíduo', habitando o 'espírito do leitor' até a velhice e constituindo-se em 'lastro inestimável' para o resto da vida. Além disso, era essa a literatura que 'entrava nos lares', espaço vedado à regulamentação estatal. (Idem, p. 3)

Temos aí a dupla preocupação: com tudo o que possa servir de “alimento” à imaginação das crianças e jovens e também com os lares – porta de entrada de muitos males, se mal orientados. A preocupação com as marcas indeléveis deixadas pelas leituras feitas na infância também comparece em um discurso do vereador Ary Sanhudo que, em 1953, assim se manifestava:

Precisamos forjar uma mentalidade sadia e apta para os dias de amanhã e não será indubitavelmente com literaturas fantásticas e fantasmagóricas que consolidaremos o pensamento dos homens e das mulheres que dirigirão os destinos do Brasil no futuro. (SESSÃO PLENÁRIA, 163, 1953, p. 1083)

Por isso as leituras “livres”, empreendidas fora da escola deveriam seguir o mesmo modelo educativo, instrutivo, da leitura escolar incentivada por meio das ações da biblioteca escolar infantil. Conforme destaca Razzini (2005), “a tendência moralizante da leitura escolar, traduzida em contos, fábulas e provérbios, nos livros didáticos e na literatura infantil resistiu até a década de 1960” (p. 108). Todo o esforço se dava, então, no sentido de não desvirtuar o jovem do intento educativo nele investido. Essas mesmas idéias comparecem com acentuada força nos anos 50, como já explicitamos através dos discursos de professoras e bibliotecárias, bem como de autoridades políticas e religiosas. A CNLI e suas ações representavam uma intervenção centralizada do Estado. Era nisso que apostava o ministério de Gustavo Capanema, nos anos 30, conforme Gomes (2006, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, práticas como as descritas neste estudo não se limitaram ao estado do Rio Grande do Sul aos anos 1950. Entretanto, nessa década observamos uma intervenção “amplificada”, disseminada e reivindicada por vários grupos, através de manifestações, ações e intervenções que partiam não só do Estado. É nesse contexto e cenário, bem mais prolífero em termos de produção e circulação dos impressos e de discursos sobre seu consumo pela juventude que se situa o estudo apresentado. Nos anos 50 do século XX, no Rio Grande do Sul, os dispositivos que buscavam efetivar, em alguma medida, a vontade de regular a literatura infanto-juvenil, manifesta em uma profusão de discursos, serão sistematizados a seguir:

- a) regulação dos impressos dirigidos às crianças e jovens, através de leis e decretos de taxação/fixação de imposto sobre a venda de certos periódicos; neste caso, observa-se a intervenção direta das autoridades políticas, através das proposições de projetos de lei, bem como da aprovação e sanção de alguns deles;
- b) criação de uma Comissão Especial, ligada ao CPOE/RS – órgão normatizador da educação pública no RS e diretamente vinculado à SEC/RS. Tal Comissão procedia ao exame e triagem das publicações que então circulavam, através de listas/nominatas classificatórias dos impressos analisados, procedendo, em seguida, à divulgação desse material produzido. Para além disso, suas ações também incluíam visitas a editoras, cursos, palestras, orientações a professores, entre outras;
- c) policiamento da venda de publicações consideradas imorais e cassação de licença ou alvará dos estabelecimentos que vendiam impressos condenáveis;
- d) boicote às publicações “perniciosas”, inúmeras vezes proposto através dos discursos analisados;
- e) criação e renovação de bibliotecas escolares, com acervo “cuidadosamente” escolhido, evitando doações que não preenchessem os fins da biblioteca;

- f) criação da Revista Infantil Cacique pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS), para fazer frente aos periódicos considerados “imorais”;
- g) divulgação de “bons” filmes, jornais, revistas e programas de rádio, bem como a projeção de filmes “educativos” no âmbito das escolas;
- h) fomento à criação de clubes escolares, nos quais fossem programados e executados códigos de “bons costumes”;
- i) incentivo à promoção de clubes de pais e mestres e de “ex-alunos” e campanhas que concorressem para a elevação de hábitos morais da comunidade em que as escolas estivessem inseridas;
- j) orientações para o “bom” uso da técnica dos quadrinhos (melhoramento das revistas “aceitáveis”, de forma que se tornassem mais atraentes às crianças);
- k) campanhas “pró-bona literatura”, veiculadas na imprensa gaúcha;
- l) realização de pesquisas empíricas, através de questionários (“inquéritos”), para descobrir as preferências de leitura das crianças e, com isso, melhor conduzi-las à literatura autorizada e desejável.

Os discursos apontavam para um trabalho colaborativo que dotasse de êxito as “vontades” expressas acima. Especialmente as listas classificatórias elaboradas e divulgadas pela Comissão Especial do CPOE/RS, com base na legislação estadual, tinham o sentido de norma prescrita em relação à qual principalmente os professores e bibliotecários escolares não poderiam se afastar. Nada foi encontrado, no entanto, sobre a eficácia dessa norma, sobre se ela realmente era seguida, bem como sobre as supostas resistências ou vontades que se obstinassem a não tomá-la como prescrição. Por fim, o que se desejava era a ampla moralização da imprensa e dos costumes.

Dessa forma, o movimento de regulação dos impressos dirigidos ao público infanto-juvenil, traduzido no desejo de interdição/censura de certas publicações, nas ações de triagem e nas intervenções das autoridades, ocorrido com fortes evidências no Rio Grande do Sul, nos anos 50, relaciona-se a um movimento anterior, deflagrado no país ainda nos anos 30 – limite provisório do nosso “holofote”. Por hora, não retrocederemos no tempo em busca do *fio da meada*, embora saibamos, através de Ângela de Castro Gomes (2004), que o “conhecimento sobre livros e leitores infantis vinha se desenvolvendo, no Brasil, desde os anos

1920, com o movimento da escola-nova e a fundação da Associação Brasileira de Educação (1924)” (p. 2). Esse período legou, por exemplo, o uso de certas metodologias que apontavam para a realização de “inquéritos” e uso de questionários para apurar o que as crianças e jovens gostavam de ler. (Ibid.). Explicitamos, ao longo dessa escrita, alguns exemplos dessa prática, à qual muitas professoras-bibliotecárias se dedicaram.

A mobilização da Igreja em direção a uma atuação mais intensa na sociedade iniciou ainda nos 1920 e se intensifica a partir da década de 1930, não só na capital do país, através da articulação de lideranças eclesiais como D. Leme, mas também no Rio Grande do Sul, com os arcebispos D. João Becker e, a partir de 1947, D. Vicente Scherer.

Em linhas gerais, a Igreja buscava o fim da laicidade republicana e educativa, considerada a “grande heresia dos tempos modernos” (Idem, p. 32). A exemplo de D. Leme, no Rio de Janeiro, dedicado à formação de uma elite intelectual católica e atuante, D. João Becker “se empenhou em dotar a Arquidiocese de Porto Alegre de um laicato inserido na vida da Igreja e atuante na sociedade civil”, além de um “clero disciplinado” (Idem, p. 25). Daí seu investimento na disseminação das escolas católicas e na formação de futuros sacerdotes (Ibid.).

A Igreja, nesse contexto, adotava um discurso combativo em relação ao comunismo e a todas as forças que, na sua perspectiva, concorriam para a dissolução dos princípios católicos e da família. Em colaboração com tais discursos, Vargas nomeou católicos para várias funções importantes no aparelho de Estado, a exemplo do Conselho Nacional de Educação, e oficializou as faculdades católicas do Rio de Janeiro, posteriormente elevadas à condição de universidades católicas (CURY, 2005, p. 175). De acordo com Rodeghero (2003), o anticomunismo católico

foi um dos pilares de um conjunto maior de representações e de ações de combate ao comunismo, denominado *imaginário anticomunista*, o qual fazia parte de um enfrentamento – mais amplo e antigo – da Igreja com o mundo moderno, frente aos processos de modernização, laicização e secularização. (p. 22)

A autora complementa que tal processo de enfrentamento da Igreja Católica com o mundo moderno “manifestava-se nas interpretações que a Igreja e outros setores da sociedade faziam dos problemas vividos na época” (Ibid.). No Rio

Grande do Sul, D. Vicente, através de seus pronunciamentos, buscava aproximar os ensinamentos pontífices da realidade local, tendo afirmado que “a raiz da maior parte dos males sociais hodiernos decorre da indiferença e mesmo desprezo à religião (laicismo) nos assuntos públicos” (MOESCH, 2007, p. 31). Denunciava que o comunismo não resolvia o problema do liberalismo econômico e seu desrespeito pela classe trabalhadora; ao contrário, ficava agravado, “pois desrespeita o indivíduo em favor do Estado, não reconhece a propriedade privada e, ainda por cima, ataca violentamente a religião” (Ibid.). Estava em cena uma certa disputa pelo proletariado, tido como mais permeável às proposições socialistas que outros grupos sociais. Num momento em que a Igreja começava a se interessar pela Questão Social (relação capital-trabalho), a cooptação dos trabalhadores também se tornava pauta de atenção frente ao avanço das idéias comunistas que tinham no proletariado sua causa maior.

Os confrontos ocorreram, com a mesma intensidade, no campo educacional, entre aqueles que defendiam o fortalecimento da escola pública e a renovação dos métodos de ensino e os intelectuais católicos, mais preocupados com a formação moral e cívica das futuras gerações. O discurso do Chefe de Polícia de Porto Alegre, João Giuliano, que se encontra explicitado à [página 60](#), indicia, em alguma medida, tais confrontos.

Não raras vezes, deparamo-nos com discursos que apontavam para os anos 1950 como uma época “trágica” e “transloucada”. Frente a ela, colocava-se a necessidade de uma ação “ciclópica” e enérgica de todos e, em especial, dos educadores. A Igreja tinha o remédio: “a reforma do indivíduo em seu mais profundo interior; a reforma dos indivíduos, por sua vez, leva à transformação da sociedade; esta será tanto melhor quanto mais se deixar influenciar pelo ensinamento da Igreja” (MOESCH, 2007, p. 31). Portanto, a sociedade deveria se abrir e se deixar guiar pela Igreja. Acolhendo os ensinamentos de Pio XII, D. Vicente propunha o “retorno às crenças dos ideais cristãos”, aos valores da civilização cristã, como solução para a “progressiva descristianização individual e social” (Idem, p. 34). Para esse propósito, chamava ao engajamento a população, fazendo-a reconhecer os principais inimigos, dentre os quais, destacava-se o comunismo:

Na ordem internacional, os aliados de ontem são os inimigos de hoje. A desconfiança entre as nações livres, a indiferença moral e a instabilidade econômica são o que resta ao mundo, do triunfal e efêmero fastígio de pós-

guerra. Nunca, na ordem internacional e na ordem interna, soou mais próxima a hora do comunismo – a hora propícia à subversão planificada de todos os valores da civilização cristã. Diante desta situação, (...) Sua Santidade o Papa Pio XII dirigiu aos fiéis de Roma uma insistente exortação em que chamava todos os homens de boa vontade a um trabalho coordenado e intenso para a renovação profunda das consciências e do mundo. (...) ‘Está na hora de despertarmos do sono’” (REVISTA UNITAS, 1953b, p. 26)

Para além dos desafios apresentados pelo comunismo – mais próximo do que nunca naquele momento, conforme palavras de D. Vivente – outros aspectos históricos concorriam para que os discursos assumissem um tom cada vez mais grave. Conforme bem situa Marchi (2000), o crescente aumento da população contribuía para formar “um mercado jovem no qual a cultura trazida pelos pais e avós (...) começava a ficar para trás, dando lugar às novas exigências de uma sociedade em formação e em busca de sua identidade” (p. 58). No mesmo sentido, Hobsbawm (1995) observa que, na segunda metade do século XX, uma série de arranjos básicos há muito existentes começavam a mudar com grande rapidez: aumento do número de pessoas vivendo sós, retração da família nuclear ocidental clássica (casal casado com filhos), crise da família relacionada com as transformações nos “padrões públicos que governam as condutas sexuais, a parceria e a procriação” (p. 315-316), entre vários outros aspectos. O autor ressalta, ainda, que “grandes ou pequenos, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo o globo ‘modernizante’. Em parte alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura (...) jovem” (Idem, p. 317).

No Brasil, a modernização da indústria nacional e dos meios de difusão cultural levava a uma maior circulação dos impressos que, ao lado do rádio, da televisão e do cinema, foram logo tidos como as principais portas de entrada para uma infinidade de vícios e males sociais, que atingiam em cheio os lares e, portanto, a juventude. Num mundo que priorizava, na formulação daqueles discursos, o materialismo consumista, a “falsa” literatura dos gibis, o rádio e a televisão, a leitura dos jovens tornava-se uma causa nacional, expressa na quantidade de proposições de projetos de lei que, no transcurso da década de 1950, tentavam sua regulação.

É, pois, nesse cenário que encontramos as condições de possibilidade de irrupção/emergência, proliferação e ascenso de práticas discursivas que se ocuparam do regramento da literatura e da leitura infantil e jovem no Rio Grande do Sul. Encontramos aí a contingência e historicidade dos discursos analisados, como o

do vereador Manoel Osório da Rosa, que assim se manifestava sobre sua expectativa em relação ao cinema, por exemplo: “Uma das principais missões do Cinema é a culturação do povo e dar a êste uma boa formação moral através da revelação do belo, do justo, do digno” (SESSÃO PLENÁRIA, 124, 1953, p. 21). A crítica a certos filmes seguia a mesma lógica daquela que se dirigia aos impressos e outros “vícios sociais”, traduzidos nos diversos objetos de consumo cultural daquele momento: são “atentatórios aos padrões cristãos da família brasileira” (Idem, p. 22). Contra tais perigos, propunha “vigilância” para que se “alivie a nossa sociedade de tantos assaltos da corrupção e dos instrumentos da imoralidade e da deseducação” (Idem, p. 22-23). Em outra sessão plenária, em que buscava justificar a pertinência de um projeto de lei por ele elaborado, o mesmo vereador assim se manifestou sobre as revistas imorais:

Sabido é que as revistas imorais pululam pela cidade, causando tremendo dano moral à infância e à juventude, que se vêm presas fáceis da deturpação do sentido são e elevado da vida. (...) Torna-se necessário pôr uma barreira, um dique, um fim a essa máquina propositadamente organizada para solapar os princípios cristãos que orientam o nosso povo. (...) É profundamente deletério para os interesses nacionais, pois a depravação dos costumes traz o germe da baixa natalidade, da moleza do caráter, da família desunida e fraca, das doenças e das misérias. (Idem, p. 983-984)

É na referência à moral católica, aos males sociais que, vindos de “fora”, invadiam as mentes e os lares, à permeabilidade da juventude, que a tudo se deixa impressionar, bem como à possibilidade de uso do dispositivo legal que se fundamentaram os argumentos que tentavam justificar e autorizar como verdade o controle da literatura circulante e o tutelamento da leitura das crianças e dos jovens. A necessidade manifesta de controle dos variados objetos de consumo cultural apontavam para outros controles – o controle sobre a visão do mundo e da história, traduzido no desejo de não ver dissolvidos certos valores e princípios.

Retomando o alerta de Darnton (1986), muitas são as áreas de “opacidade” e “silêncio” encontradas nos documentos analisados. Talvez a essas áreas devêssemos reservar maior atenção, por indiciarem o universo das apropriações plurais, as possibilidades de fuga da vontade de disciplinar, dando lugar a outra forma de compreender a juventude e sua relação com os objetos culturais a ela dirigidos. Trata-se, segundo Certeau, de “descobrir uma atividade criadora ali onde

foi negada” (2002, p. 262) e de recusar a idéia do consumo passivo, do “consumo-receptáculo” e do leitor moldável pelo escrito.

Os concursos ou promoções encontradas nas capas das revistas em quadrinhos, em que figurinhas de heróis podiam ser colecionadas, podem ser um exemplo dessa opacidade, do que acontecia longe dos intentos prescritivos e regulatórios, assim como os anúncios dos filmes em cartaz na capital, veiculados nos mesmos jornais que publicavam os discursos moralizantes. Os títulos dos filmes então em exibição são para nós sugestivos e talvez indiciem sobre a pouca eficácia dos discursos contra eles dirigidos: “Aventureira do Cairo”; “Ilha do desejo”; “Uma rua chamada pecado”, entre tantos outros.

Segala (2007) também adverte que a homogeneidade do modelo “tridentino” de Igreja, baseado nas proposições do Concílio de Trento (século XVI) e normalmente apresentado como vitorioso no Brasil e no Rio Grande do Sul, não existiu: “percebe-se nos fiéis, especialmente entre as camadas médias e pobres, uma religiosidade não vinculada ao catolicismo clerical” (p. 73). Essa observação é importante na medida em que chama a atenção para o fato de que a diversidade étnica e cultural que constitui o Rio Grande do Sul é bem mais variada do que normalmente se apresenta e que os encontros culturais, as trocas e intercâmbios de experiências levam a usos igualmente variados do religioso – usos esses considerados pelo autor “vitais para os indivíduos e comunidades” (Ibid.), apesar de nem sempre desfrutarem de legitimidade.

Da mesma forma, o pessimismo em relação ao mercado do livro, muitas vezes apresentado como “falido” por causa do crescente consumo de gibis, por parte da juventude, e de novelas radiofônicas, por parte das mulheres, também precisa ser relativizado. Marchi (2000) observa que, no período compreendido entre 1935 e 1958, verificou-se, no Rio Grande do Sul, um crescimento acentuado tanto do mercado livreiro quanto do público escolarizado e provável leitor, com melhorias nas condições de circulação e distribuição de obras, presença de novas editoras, bem como ampliação das já existentes (p. 73). A instalação da primeira Feira do Livro de Porto Alegre, em 1953, e a criação do Instituto Estadual do Livro (IEL), em 1954, são indícios de um movimento que aponta muito mais para uma popularização do livro do que para o seu abandono. O aparecimento do suporte quadrinhos não implica, necessariamente, o abandono do livro. Não há como forçar essa relação.

Por tudo isso, não buscamos apresentar aqui um “resgate do passado em si”, mas de alguns “sentidos conferidos ao mundo”, conforme sugere Pesavento (2005). Tais sentidos se manifestam em “palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (Idem, p. 17). Foi, pois, nas práticas discursivas e nos dispositivos que visavam a interdição e a triagem severa dos impressos circulantes, bem como a intervenção das autoridades públicas e eclesiásticas nos assuntos referentes à literatura e à leitura infanto-juvenis, que buscamos alguns sentidos conferidos ao mundo daquele tempo e fundamentamos nossa explicação.

As práticas discursivas e os dispositivos explicitados neste estudo apontam para um desejo expresso de forma emblemática na frase que segue: “um bom livro ensina o que se deve fazer, instrui sobre o que se deve evitar e mostra o fim a que se deve aspirar” (REVISTA DO ENSINO, 1954c, p.13). A relação com a literatura e a leitura, no contexto deste estudo, é perpassada/atravessada por essa vontade aí expressa de governo e regulação das condutas da maioria. É uma mensagem que se apóia no desejo de prescrever o que fazer, em oposição ao que descartar/evitar, e no ensinamento de como se mover no universo prolífero dos impressos, sem se “perder” diante do perigo das “más” escolhas. O livro (ou qualquer outro impresso), nesse caso, é considerado meio eficaz e sugestivo que leva o leitor às condutas esperadas, ao mesmo tempo em que pode afastá-lo delas – daí o perigo que representa e a regulação que demanda. Por fim, o desejo de homogeneizar os comportamentos, fixar um sentido único do mundo e da história, supõe o apagamento das apropriações que contrariam a suposta eficácia dos modelos e das normas de leitura autorizadas, das diferenças que, em cada tempo e espaço, caracterizam as sociedades. O modelo da leitura “instrutiva”, visando a formação moral de orientação católica, é o que se quer ver hegemônico, daí o tutelamento sobre as leituras “livres”, que jamais devem se afastar do modelo de leitura preconizado pela e na escola. Busca-se, através de múltiplas “vozes”, dotar de êxito tais vontades, circunscrevendo ao máximo a liberdade e a autonomia do leitor.

A “cruzada” comum contra a imprensa infantil, especialmente contra os impressos periódicos e em quadrinhos dirigidos a tal público, conseguiu unir, também em outros tempos e lugares, a escola, a biblioteca e as autoridades, fato nem sempre observável na longa história do livro e da leitura. Anne-Marie Chartier relata que, na França, os impressos ilustrados também foram considerados o “obstáculo fundamental à leitura de livros” (2007, p. 136). Segundo a autora, foi

preciso “esperar uma circular de 1976 para que um professor pudesse ter o direito (...) de introduzir a imprensa na escola” (Idem, 137). Ela explica o motivo de tal concessão: “é que, em vinte anos, toda a relação com a leitura mudou” (Ibid.).

Tal mudança teria sido provocada pelos sucessivos desafios colocados à escola, cada um em seu tempo: a televisão, a ampliação da oferta escolar e o prolongamento da sua obrigatoriedade, o fracasso escolar de inúmeras crianças, a necessidade de ler rápido e eficazmente textos funcionais e científicos, tendo em vista as inúmeras transformações sociais, as novas profissões e exigências da vida especialmente nas cidades urbanizadas. Com isso, o significado do “ler” mudou radicalmente: “ler é compreender sozinho todos os tipos de texto, literários, científicos, mas também funcionais” (CHARTIER, 2007, p. 140).

O consenso contemporâneo deslocou-se para o lado oposto daquele observado no Brasil há aproximadamente meio século: “ler passou a ser um gesto valorizado de modo incondicional, quaisquer que fossem os conteúdos ou os suportes dos textos” (Idem, p. 142). Ao invés de denunciar certos impressos, passou-se a defendê-los, como forma de “promover e perpetuar o gesto essencial de leitura” (Idem, p. 138). No lugar de prescrever o que ler e de que modo ler, incentivar toda e qualquer leitura. À “súplica do livro”, referida ao final do quarto capítulo, impõe-se a súplica do leitor: “ler o que se quer, quando se quer, como se quer, segundo seu ritmo, etc.” (Idem, p. 125).

De acordo com Silva, “o problema da leitura no contexto brasileiro deve ser colocado, figurativamente falando, em termos de uma *lei-dura*, isto é, em termos de um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura” (1995, p. 23, grifo do autor). Assim, são muitos os desafios ainda colocados à escola e à sociedade em geral que perpassam a relação com a literatura e com a leitura. O problema, por exemplo, do analfabetismo funcional, dos entraves que dificultam o pleno desenvolvimento das competências de leitura e do acesso desigual aos usos da escrita apontam para a necessidade de (re)pensar, no tempo que é o nosso, aquela relação. Diante disso, coloca-se o nosso maior desejo: o de poder, através deste estudo, contribuir com a história da educação em sua intersecção com a literatura e com a leitura. Paralelamente a esse, impõe-se outro desejo já anunciado no início da escrita e agora reiterado: o de deixar pelo caminho do labirinto percorrido fios e rastros para outros estudos.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Camara. *A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.
- _____. Divertir, educar e formar: Cacique – a revista da garotada gaúcha (1954-1963). V. 5, n.2, 2006, pp. 49-62.
- CAMPUOCO, Antônio. *Era uma vez... uma revista chamada Cacique*. Correio do Povo, Porto Alegre, p. 10. 21 jun. 1981.
- CARVALHO, Bárbara Vasconcelos. *Compêndio de literatura infantil para o 3º ano normal – De acordo com o programa oficial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.139p.
- CERTEAU Michel de. *A invenção do cotidiano 1 – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean (Org.). *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995. 590 p.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano, PESAVENTO, Sandra Jatahy, VELLOSO, Mônica Pimenta (orgs). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores, biblioteca na Europa, entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CORBIN, Alain. Alain Corbin: o prazer do historiador. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 25, n. 49, jan.-jun. 2005.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 jun. 1953a.
- _____. _____. 21 jun. 1953b.
- _____. _____. 25 jun. 1953c.
- _____. _____. 27 jun. 1953d.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978, 201p.

_____. O legado da Era Vargas: educação e a Igreja Católica. In: Revista de Educação Pública. v. 14, n.25, jan-jun. 2005.

DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL GRECO, P. Teodoro da Tôrre. *Teologia moral: compêndio de moral católica para o clero em geral e leigos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. 862p.

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. São Paulo: Edusc Editora, 2003.

EL FAR, Alessandra. *A disseminação do livro popular nas últimas duas décadas do século XIX e a trajetória editorial de Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo*. Disponível em <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/index.htm>>. Acesso em 20 ago. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Folha de São Paulo, 1995.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 206.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva, 2005. 304 p.

GOMES, Ângela de Castro. *As aventuras de Tibicuera: literatura infantil e História do Brasil na Era Vargas*. 2004. Disponível em http://www.unesp.br/propp/palestra_pibic.htm>. Acesso em: 13 nov. 2006.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

JORNAL DO DIA. Porto Alegre, 24 jul. 1952a.

_____._____. 25 jul. 1952b.

_____._____. 26 jul. 1952c.

_____._____. 27 jul. 1952d.

_____._____. 30 jul. 1952e.

_____._____. 31 jul. 1952f.

JUNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MAGALHÃES, Lígia Cademartori. Em defesa dos quadrinhos. In: ZILBERMAN, Regina (org.). *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MARCHI, Diana. *A literatura infantil gaúcha: uma história possível*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 310p.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago. 2004.

MOESCH, Eduardo Pretto. *Dom Vicente Scherer: a voz de um pastor*. Porto Alegre: Padre Réus, 2007. 300p.

MORAES, Yvonne Ribeiro de. Exortação. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, v. 11, n. 81, p.4-5, mar. 1962.

O MUNDO DA CRIANÇA. Rio de Janeiro: Editora Delta, v.1., 1947.

PAUTASSO, Andrea Milán Vasques. *Nacionalização do ensino: um estudo acerca da Comissão de Literatura Infantil*. 2009. 50p. (Projeto de dissertação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PÉCORA, Alcir. O campo das práticas da leitura, segundo Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatamy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PORTO ALEGRE (Município). Indicação nº 352, de 24 de julho de 1952. Solicita que a Casa se dirija aos senhores Secretário do Interior e Chefe de Polícia, secundando o movimento dirigido pelo Verº P. Pauquet, contra as publicações atentatórias à moral pública. Câmara Municipal. Poder Legislativo, Porto Alegre, RS.

_____. Projeto de Lei nº 86, de 30 de setembro de 1953a. Determina a cassação de licença para o comércio de revistas imorais, estabelece licença especial para a venda de publicações impróprias e exibições de filmes ou espetáculos imorais, e dá outras providências. Câmara Municipal. Poder Legislativo, Porto Alegre, RS.

_____. Projeto de Lei nº 136, de 19 de novembro de 1953b. Altera tabela da Lei nº 183, de janeiro de 1949, que dispõe sobre imposto de indústria e profissão. Câmara Municipal. Poder Legislativo, Porto Alegre, RS.

QUADROS, Claudemir de. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 429f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *A Livraria Francisco Alvez e a expansão da escola pública em São Paulo*. Disponível em <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/index.htm>>. Acesso em 20 ago. 2007.

_____. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Educação e Cultura. v.3, n.18, out. 1953a.

_____._____, v.3, n.19, nov.1953b.

_____._____, v.3, n.20, mar. 1954a.

_____._____, v.3, n.21, abr. 1954b.

_____._____, v.3, n.22, maio.1954c.

_____._____, v.4, n.25, set. 1954d.

_____._____, v.4, n.26, out. 1954e.

_____._____, v.4, n.27, nov. 1954e.

_____._____, v.4, n.28, mar. 1955a.

_____._____, v.4, n.31, jun. 1955b.

_____._____, v.5, n.36, mar. 1956a.

_____._____, v.5, n.38, mai-jun. 1956b.

_____._____, v.6, n.40, set. 1956c.

_____._____, v.6, n.41, out-nov.1956d.

_____._____. v.9, n.63, set. 1959.

REVISTA INFANTIL CACIQUE. Porto Alegre: Livraria e Editora do Globo, v. 4, n. 69, 15 jun. 1958.

REVISTA UNITAS. Porto Alegre, fasc. 2, jun. 1953a.

_____. _____, fasc. 4, dez. 1953b.

_____. _____, fasc. 1, mar. 1954a..

_____. _____, fasc. 4, dez. 1954b.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais* – anos de 1956-1957. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1957.255p.

_____. _____. _____. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais* – ano de 1958. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1958. 447p.

_____. _____. _____. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais* – ano de 1959. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1959. 347p.

_____. _____. Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas. *Classificação Pedagógica das publicações examinadas até 31 de outubro de 1957*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1958. 18p.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Decreto nº 4.898, de 13 de março de 1954. Regula o ensino religioso nas escolas oficiais do estado do Rio Grande do Sul. Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 1954.

_____. Decreto nº 5.922, de 14 de janeiro de 1955. Regulamenta a Lei nº 2.220, de 17 de dezembro de 1953, que foi alterada pela Lei nº 2.341, de 28 de janeiro de 1954. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 1955.

_____. Lei nº 2.220, de 17 de dezembro de 1953. [descrição]. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 1953.

_____. Lei nº 2.341, de 28 de janeiro de 1954. Altera a Lei nº 2.220, de 17 de dezembro de 1953. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 1954.

_____. Projeto de Lei nº 396, de 03 de novembro de 1952. Dispõe sobre o estímulo à produção literária no Rio Grande do Sul, institui prêmios e dá outras providências. Serviço de Comunicações e Arquivo da Assembléia Legislativa. Poder Legislativo, Porto Alegre, RS.

_____. Projeto de Lei nº 105, de 01 de julho de 1953. Eleva a taxa de imposto sobre vendas e consignações nas operações de venda, consignações ou transferência de artigos que refere. Serviço de Comunicações e Arquivo da Assembléia Legislativa. Poder Legislativo, Porto Alegre, RS.

RODEGHERO, Carla. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Passo Fundo: UPF, 2003. 158p.

SEGALA, Aldino Luiz.. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul: da separação do Estado às vésperas do Vaticano II. In: BERNARDI, J. (Org.). *História e Missão da Igreja no RS*. 1ª ed. Porto Alegre: EST, 2007, p. 50-76.

SESSÃO PLENÁRIA, 172, 1953, Porto Alegre. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul: anais, v. 77. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1953.

_____, 123, 1953, Porto Alegre. Câmara Municipal de Porto Alegre: anais, v.8. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre, 1953a.

_____, 157, 1953, Porto Alegre. Câmara Municipal de Porto Alegre: anais, v.8. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre, 1953b.

_____, 163, 1953, Porto Alegre. Câmara Municipal de Porto Alegre: anais, v.8. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre, 1953c.

SILVEIRA, Juracy. *Leitura na escola primária*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais/INEP, 1960. 310p.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *A escola e a memória*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2000. 196p.

VATICANO. Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, de 31 de dezembro de 1929. Acerca da educação cristã da juventude. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acessado em: 13 de abril de 2009.

_____. Carta Encíclica *Miranda Prorsus*, de 08 de setembro de 1957. Sobre a cinematografia, a rádio e a televisão. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acessado em: 13 de abril de 2009.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil: livro, leitura, leitor*. In: ZILBERMAN, Regina (org.). *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

ANEXO A - Nominata das publicações periódicas analisadas até 31 de outubro de 1957 e classificadas, do ponto de vista técnico-pedagógico, pela Comissão Especial do CPOE/RS⁴⁹.

⁴⁹ A nominata que aqui transcrevemos foi publicada, em 1958, pela Secretaria de Educação e Cultura e CPOE/RS, através da Imprensa Oficial do Estado.

Revistas recomendáveis

Título	Editora	Gênero	Categoria
A Família Cristã	Edições Paulinas	Miscelânea	Adultos
A Ordem	A. A. Lima	Cultura	Idem
A Recreativa	Owen Ranieri Mussolin	Enigmista	Idem
Ave Maria	P. P. Claret	Religião	Todos
Bem-Te-Vi	Fernando Buonaduce	Miscelânea	Infantil
Brasil Enigmista	Irineu Villas Boas Esteves	Enigmista	Adultos
Cacique	SEC/RS	Miscelânea	Infanto-Juvenil
Casa e Jardim	Monumentos S. A.	Decoração	Todos
Ciências em quadrinhos	Ebal	Ciência	Adultos
Coquetel de Palavras Cruzadas	Tecnoprint Gráfica	Enigmista	Idem
Enciclopédia em Quadrinhos	Rio Gráfica	Cultura	Juvenil
Enigmística Moderna	O. R. Mussolin	Idem	Adultos
Era uma vez...	S. Maria	Miscelânea	Infantil
Espírito Santo	Albano Issler	Religião	Adultos
Estudos	A. Camâra	Cultura	Idem
Estrela do Mar	Pe. Luiz Rem	Religião	Juvenil
Flores de Carmelo	Padres Carmelitas	Idem	Adultos
Lady	Monumento	Miscelânea	Feminina
La Família	Libros y Revistas	Modas	Idem
Leitores e Livros	Liga Universitária Católica	Cultura	Adultos
Mundo Agrícola	Mundo Agrícola	Técnica	Agricultores
Nosso Amiguinho	M. Maly	Miscelânea	Infanto-Juvenil
O Apóstolo do S. S.	P. P. Sacramentinos	Religião	Adultos
O Crisol	Homero Mazarem Brum	Miscelânea	Infanto-Juvenil
O Éco	P. Inácio Valle S. J.	Religião	Juvenil
Palavras Cruzadas	Tecnoprint Gráfica	Enigmista	Adultos
Palavrinhas Cruzadas	Idem	Idem	Infanto-Juvenil
Parque de Diversões	Idem	Idem	Juvenil
Pinguinho	O Malho	Miscelânea	Infantil

Título	Editora	Gênero	Categoria
Revista da ASA	R. Poyares	Cultura	Adultos
Revista de Automóveis	Murillo Reis	Técnica	Idem
Revista do Ensino	SEC/RS	Educação	Professores
Série Sagrada	Ebal	Religião	Todos
Sesinho	SESI	Miscelânea	Infanto-Juvenil
Tiquinho	O Malho	Idem	Infantil
Grandes Figuras	Ebal	Cultura	Todos

Aceitáveis

Título	Editora	Gênero	Categoria
Álbum Pinóquio	Vecchi Ltda	Aventuras	Infantil
Abbot & Costello	La Selva	Idem	Infanto-Juvenil
Aconteceu	Rio Gráfica	Miscelânea	Adultos
Alterosa	Alterosa	Idem	Idem
A Voz do Planalto	J. J. S. Jun	Idem	Idem
Batuta	Orbis	Fantasia	Infantil
Calunga	Orbis	Idem	Idem
Capitão Z	Ebal	Idem	Idem
Cirandinha	O Malho	Miscelânea	Idem
Diálogo	SCEC	Cultura	Adultos
Disco Voador	Orbis	Aventuras	Juvenil
Edição Maravilhosa	Ebal	Romance	Adultos
Enigmista Moderna	Gráfica Sangirard	Charada	Idem
Epopéia	Ebal	Romance	Idem
Esporte Ilustrado	Americana	Esporte	Idem
Foto-Revista	S. F. F.	Técnica	Fotógrafos
Frajola	Orbis	Fantasia	Infanto-Juvenil
Fon-Fon	André S. Silva	Miscelânea	Feminina
Idealista	C. Sévigné	Noticiário	Juvenil
It, magazine	Alterosa	Miscelânea	Adultos
Jornal das Moças	Jornal das Moças	Modas	Feminina
Jujuba	Rio Gráfica	Fantasia	Infantil
Lassie	Ebal	Aventuras	Juvenil
Luluzinha	O Cruzeiro	Fantasia	Infantil

Título	Editora	Gênero	Categoria
Mascote	Abril	Miscelânea	Idem
Mickey	Idem	Fantasia	Infanto-Juvenil
Mickey Mouse	Idem	Idem	Idem
Nancy	Novo Mundo	Romance	Juvenil
Nick Holmes	Rio Gráfica	Aventuras	Idem
O Corvo e a Raposa	Orbis	Fantasia	Infantil
O Pato Donald	Abril	Idem	Infanto-Juvenil
O Tico-Tico	O Malho	Miscelânea	Idem
Papai Noel	Ebal	Fantasia	Infantil
PN	Empresa Jornalística P. N.	Miscelânea	Adultos
Petiz	Orbis	Fantasia	Infantil
Pica-Pau	Orbis	Idem	Idem
Pinduca	Ebal	Aventuras	Infanto-Juvenil
Pirulito	Orbis	Fantasia	Infantil
Popeye	Ebal	Idem	Idem
Possante	Ebal	Idem	Idem
Princesinha	Ebal	Idem	Idem
Rin-tin-tin	Ebal	Aventuras	Juvenil
Revista Ilustrada	Ersol	Idem	Adultos
Vida do Crack	W. Barbosa	Esporte	Todos
Visão	R. Visão L.	Miscelânea	Adultos
Você	Abril	Romance	Juvenil

Aceitáveis com certa restrição

Título	Editora	Gênero	Categoria
A Cigarra	O Cruzeiro	Miscelânea	Adultos
Aventuras Heróicas	La Selva	Idem	Idem
Boa Vontade	Boa Vontade	Religião	Idem
Capricho	Abril	Romance	Idem
Cinderela	Rio Gráfica	Idem	Infanto-juvenil
Ciência Popular	A. Lobo	Ciência	Adultos
Cine-Fan	La Selva	Cinema	Idem
Cinelândia	Rio Gráfica	Idem	Idem

Título	Editora	Gênero	Categoria
Cinemim	Ebal	Idem	Idem
Coyote	Monterrey	Avent. Far.	Idem
Coletânea	Vida Doméstica	Miscelânea	Idem
Eu Sei Tudo	Americana	Idem	Idem
Expoente	José de M. S.	Idem	Idem
Filmelândia	Rio Gráfica	Cinema	Idem
Grande Hotel	Vecchi	Romance	Idem
Life (em espanhol)	First Sank	Miscelânea	Idem
Manchete	A. Block	Idem	Idem
Meia Noite	Rio Gráfica	Policial	Idem
Mistério Magazine	Ellery Queen	Policial	Idem
Misterinho	Ebal	Idem	Idem
O Cruzeiro	O Cruzeiro	Miscelânea	Idem
O Mundo Ilustrado	Rio Gráfica	Miscelânea	Idem
O Santo	Rio Gráfica	Policial	Idem
Querida	Rio Gráfica	Romance	Idem
Radiolândia	Rio Gráfica	Rádio	Idem
Radial	J. R. Fontes	Rádio	Idem
Revista do Globo	Globo	Miscelânea	Idem
Revista do Rádio	Bureli F. ^o	Rádio	Idem
Revista da Semana	C. Silveira	Miscelânea	Idem
Rosalinda	Ebal	Romance	Juvenil
Seleções de Idílio	Ebal	Romance	Idem
Seleções Reader's Digest	Ypiranga	Miscelânea	Adultos
Sexta-feira, 13	Orbis	Terror	Idem
Tudo	Tudo	Idem	Idem
TV	Quevedo	Rádio	Idem
Vamos rir	Revista do Rádio	Humorismo	Idem
Vida doméstica	Vida doméstica	Miscelânea	Idem
X 9	Rio Gráfica	Policial	Idem

Aceitáveis com restrições à linguagem

Título	Editora	Gênero	Categoria
---------------	----------------	---------------	------------------

Fuzarca e torresmo	La selva	Fantasia	Infanto-juvenil
Jornalzinho	Edições paulinas	Aventuras	Juvenil
Juju faisca	Seleções em quadrinhos	Idem	Infanto-juvenil
Mindinho	Ebal	Fantasia	Infantil
Os sobrinhos do capitão	Seleções em quadrinhos	Aventuras	Juvenil
O gato félix	La selva	Fantasia	Infantil
Pim-pim	Orbis	Idem	Idem
Super mouse	La selva	Aventuras	Idem

Aceitáveis a critério de pais e professores

Título	Editora	Gênero	Categoria
Cara pálida	Orbis	Aventuras	Juvenil
Cisco kid	Orbis	Idem far.	Idem
Gavião dos mares	La selva	Aventuras	Idem
Jim das selvas	La selva	Idem	Idem
Júnior	Rio gráfica	Idem	Idem
Justiceiros	Orbis	Idem	Idem
Mandrake	Rio gráfica	Fantasia	Idem
O herói	Ebal	Aventuras	Idem
Pecos bill	Vecchi	Idem	Idem
Pele vermelha	Orbis	Idem far.	Idem
Roy rogers	ebal	Idem	Idem
S.O.S	Orbis	Idem	Idem
Super X	Ebal	Idem	Idem
Tarzan	Ebal	Idem	Idem
Vida infantil	Vida doméstica	Miscelânea	Infantil
Vida juvenil	Vida doméstica	Idem	Juvenil

Desaconselháveis

Título	Editora	Gênero	Categoria
Águia negra	Rio gráfica	Aventuras	Juvenil
Ái, mocinho!	Ebal	Idem far.	Idem
Almanaque Dom chicote 1958	Rio gráfica	Aventuras	Idem

Título	Editora	Gênero	Categoria
Idem flecha ligeira 1958	Rio gráfica	Idem	Idem
Idem rocky lane 1958	Rio gráfica	Idem	Idem
Aventuras estranhas	Seleções em quadrinhos	Terror	Adultos
Bat-man	Ebal	Aventuras	Juvenil
Bill kid	La selva	Idem far.	Idem
Billy furacão	Seleções em quadrinhos	Idem far.	Idem
Biriba shazan	Rio gráfica	Idem	Idem
Búfalo bill	Rio gráfica	Idem	Idem
Buster crab	La selva	Idem	Idem
Capitão marvel	Rio gráfica	Aventuras	Idem
Capitão radar	La selva	Aventuras	Idem
Capitão fantasma	La selva	Idem	Idem
Cavaleiro fantasma	La selva	Idem	Idem
Ciência e progresso	Cipro ed. Ltda.	Ciência	Adultos
Cavaleiro negro	Rio gráfica	Aventuras	Juvenil
Confissões de amor	Orbis	Romance	Feminina
Contos de mistério	La selva	Policia	Adultos
Corações	Seleções em quadrinhos	Romance	Feminina
Cowboy	Seleções em quadrinhos	Avent. Far.	Juvenil
Cowboy romântico	Ebal	Idem	Idem
Crime e justiça	Seleções em quadrinhos	Policia	Adultos
Dom chicote	Rio gráfica	Avent. Far.	Juvenil
Emoção	La selva	Policia	Adultos
Fantasma	Rio gráfica	Aventuras	Juvenil
Fantastic	Cinelar	Terror	Adultos
Flecha ligeira	Rio gráfica	Aventuras	Juvenil
Foto-romance	Legislação federal	Romance	Adultos
Foto-romance gigante	Abreu	Idem	Idem
Gavião negro	La selva	Aventuras	Juvenil
Garras da lei	Coluna sel	Policia	Adultos
G-men	Seleções em quadrinhos	Idem	Idem
Gene autry	Ebal	Aventuras	Juvenil
Gibi mensal	Rio gráfica	Aventuras	Idem

Título	Editora	Gênero	Categoria
Gilda	La selva	Aventuras	Idem
Johnny mack brown	Ebal	Avent. Far.	Idem
Johnny Wayne	La selva	Aventuras	Idem
Marruá	Orbis	Idem	Idem
Marvel (magazine)	Rio gráfica	Idem	Idem
O falcão fantasma	Seleções em quadrinhos	Idem	Idem
O globo juvenil	Rio gráfica	Idem	Idem
O guri	O cruzeiro	Idem	Idem
O idílio	Ebal	Romance	Idem
O pequeno scherriff	Vecchi	Avent. Far.	Idem
O rei das selvas	La selva	Aventuras	Idem
Polícia montada	Orbis	Idem	Juvenil
Política magazine	Legislação federal	Policial	Adultos
Quem foi?	Ebal	Avent. Far.	Idem
Rancho grande	Orbis	Idem	Juvenil
Reis do faroeste	Ebal	Avent. Far.	Idem
Rocky Lane	Rio gráfica	Avent. Far.	Idem
Seleções das moças	La selva	Idem	Idem
Shazan	Rio gráfica	Aventuras	Idem
Superman	Rio gráfica	Aventuras	Idem
Texas kid	Seleções em quadrinhos	Idem far.	Idem
Vingadores	Orbis	Idem	Idem
Zorro	Ebal	Idem	Idem

Reprováveis

Título	Editora	Gênero	Categoria
Amor em revista	Jornal das moças	Miscelânea	Juvenil
Artelândia	Brasilidade	--	Adultos
Bem-me-quer	Orbis	Romance	Juvenil
Biriba	Rio gráfica	Aventuras	Idem
Brasilidade	Brasilidade	--	Adultos
Capitão fantasma	Tecnprint gráfica	Aventuras	Juvenil
Casos de amor	Orbis	Romance	Idem
Contos de terror	La selva	Terror	Adultos

Título	Editora	Gênero	Categoria
Correio sentimental	Brasilidade	Romance	Idem
Dick Tracy	Rio gráfica	Aventuras	Juvenil
Detetive	O cruzeiro	Policial	Adultos
Gato preto	Seleções em quadrinhos	Terror	Idem
Guerra ao crime	Tecnprint gráfica	policial	Idem
Manon (grandes amores)	Abreu	Idem	Idem
Medo	--	Terror	Idem
Modelos	--	fotografias	Idem
Mundo das sombras	Seleções em quadrinhos	terror	Idem
Namorada	Tecnprint gráfica	Romance	Juvenil
Noites de terror	Seleções em quadrinhos	Terror	Adultos
Polícia	R. Unidas	Policial	Idem
Revista policial	L. piranema	Policial	Idem
Rumba	Giorgette	Romance	Juvenil
Sobrenatural	--	Idem	Idem
Scotland Yard	Rio gráfica	Aventuras	Idem
Terror negro	La selva	Terror	Adultos
Vida e beleza	--	Nudismo	Idem
Xuxá	Vecchi	Aventuras	Juvenil

Classificação variável de acordo com o conteúdo de cada número

Título	Editora	Gênero	Categoria
Álbum gigante	Ebal	Romance	Adultos
Cine-revelação	ersol	Idem	Idem
Cine-mignon	Abreu	Idem	Idem
Cine-romance	Abreu	Idem	Idem
Mademoiselle	Abreu	Idem	Adultos
Pequenina	Ebal	Idem juv.	Juvenil

Proibidas mediante portaria do Juizado de Menores

Título	Editora	Gênero	Categoria
A caricatura	--	Humorismo	Adultos
Ciência e sexualidade	Abreu	sexualidade	Idem

Título	Editora	Gênero	Categoria
Conselhos sexuais	--	Idem	Idem
Fotografia artística	--	Fotografia	Adultos
O governador	O governador	Humorismo	Idem
O riso	--	Humorismo	Idem
Naturalismo	--	--	--
Reportagem proibida	Abreu	Pornografia	Adultos
Risolândia	--	Humorismo	Idem
Seleções sexuais	Abreu	Pornografia	Idem
Só ... rindo	--	Humorismo	Idem

ANEXO B - Relação das publicações classificadas em 1958 pela Comissão Especial do CPOE/RS.

Publicações Livres (não taxadas)

Nº	Título	Editora	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
1	Álbum Gigante	Ebal	Romance	Adultos	Aceitável
2	Brasil em Jornal (O)	Reforma S.A.	História	Todos	Recomendável
3	Cacique	SEC	Miscelânea	Infanto-Juvenil	Recomendável
4	Capricho	Abril	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
5	Capitão Z (O)	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável
6	Cinemim	Ebal	Cinema	Adultos	Aceitável com restrições
7	Cirandinha	O Malho	Miscelânea	Infantil	Aceitável
8	Conquista (A)	C. Sto. Inácio	Religião	Todos	Recomendável
9	Correio Infantil	Correio do Povo	Miscelânea	Infanto-Juvenil	Aceitável
10	Crisol (O)	As. O Crisol	Miscelânea	Juvenil	Recomendável
11	Edição Maravilhosa	Ebal	Romance	Infanto-Juvenil	Aceitável
12	Epopéia	Ebal	Romance	Adultos	Aceitável
13	Gene Autry	Ebal	Aventura	Adultos	Desaconselhável
14	Grandes Figuras	Ebal	Cultura	Todos	Recomendável
15	Grande Hotel	Vecchi	Romance	Adultos	Aceitável com restrições
16	Herói (O)	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professores
17	Hora Estudantil (A)	a Hora	Miscelânea	Juvenil	Aceitável
18	Horinha (A)	a Hora	Miscelânea	Juvenil	Aceitável com restrições
19	Invictus	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
20	Lassie	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
21	Mindinho	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável c/ restr. à Linguagem
22	Mocidade	C. Publ. Bras.	Cultura	Juvenil	Recomendável
23	Nosso Amiguinho	C. Publ. Bras.	Miscelânea	Infanto-Juvenil	Recomendável
24	Papai Noel	Ebal	Fantasia	Juvenil	Aceitável
25	Pequenina	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável
26	Pinduca	Ebal	Aventura	Infanto-Juvenil	Aceitável com restrições
27	Popeye	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável com restrições
28	Possante	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável com restrições
29	Princesinha	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável
30	Prossigamos	E. N. S. José	Miscelânea	Infantil	Recomendável
31	Rin Tin Tin	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
32	Rosalinda	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
33	Roy Rogers	Ebal	Aventura Faroeste	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professores
34	Seleções de Idílio	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
35	Sétimo Céu	Bloch	Miscelânea	Adultos	Aceitável com restrições
36	Star Álbum	Ebal	Cinema	Adultos	Aceitável com restrições
37	Superxis	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professores
38	Suplemento Infantil	Folha da Tarde	Miscelânea	Infanto-Juvenil	Aceitável com restrições
39	Tarzan	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professores
40	Tico-Tico (O)	O Malho	Miscelânea	Infantil	Aceitável
41	Vias Vértas Et Vita	Paulinas	Pedagogia	Professores	Aceitável
42	Vida e Saúde	C. Publ. Bras.	Higiene	Todos	Recomendável
43	Voz de Assis	Miss. Capuchinhos	Miscelânea	Todos	Aceitável c/ restr. à Linguagem

Títulos cuja classificação podia variar, conforme o conteúdo de cada número

Nº	Título	Editora	Gênero	Categoria
1	Cine-Romance	E. Abreu	Cinema	Adultos
2	Cine-Mignon	S. Roncoli	Cinema	Adultos
3	Meu sonho	Tecnoprint	Romance	Juvenil